



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO XCIX - 100ª DA REPÚBLICA - Nº 26.820

BELÉM - SEXTA-FEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1990

**GOVERNADOR DO ESTADO**  
**HÉLIO MOTA GUEIROS**

**VICE-GOVERNADOR**  
**HERMÍNIO CALVINHO FILHO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

*Mário Chermont*

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

*Almir de Lima Pereira*

**CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO**

*Coronel PM Roberto Pessoa Campos*

**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO**

*Frederico Coelho de Souza*

## SECRETARIADO

### ADMINISTRAÇÃO

*Maria de Nazaré de Kós Miranda Marques*

### JUSTIÇA

*Arthur Cláudio Mello*

### FAZENDA

*Frederico Aníbal da Costa Monteiro*

### VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Ismar Pereira da Silva*

### SAÚDE PÚBLICA

*Paulo Mendes Barroso Rebello*

### EDUCAÇÃO

*Therezinha Moraes Gueiros*

### AGRICULTURA

*Joaquim Lira Maia*

### SEGURANÇA PÚBLICA

*Mário Monteiro Malato*

### PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

*Odineia Leite Caminha*

### CULTURA

*João de Jesus Paes Loureiro*

### INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

*Fernando Teruo Yamada*

### TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

*Paulo Roberto de Campos Ribeiro, em exercício*

### TRANSPORTES

*Luiz Otávio Oliveira Campos*

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

*Edith Marília Maia Crespo*

### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

*Edgard Olynto Contente*

### CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

*Daniel Queima Coelho de Souza*

## NESTA EDIÇÃO

### DECRETOS

Do Governo do Estado

### PORTARIAS E RESUMO DE PORTARIAS

Das Secretarias de Estado de Administração, Fazenda, Trabalho e Promoção Social, Indústria Comércio e Mineração e Agricultura

### EXTRATO DE CONTRATO

Do Banco do Estado do Pará S.A.

### TRANSFERÊNCIA DE ABERTURA DE

LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 047/90

Da Secretaria de Estado de Transportes

### EDITAIS Nºs. 19, 20 e 21

Da Academia de Polícia Civil do Pará

### BOLETINS

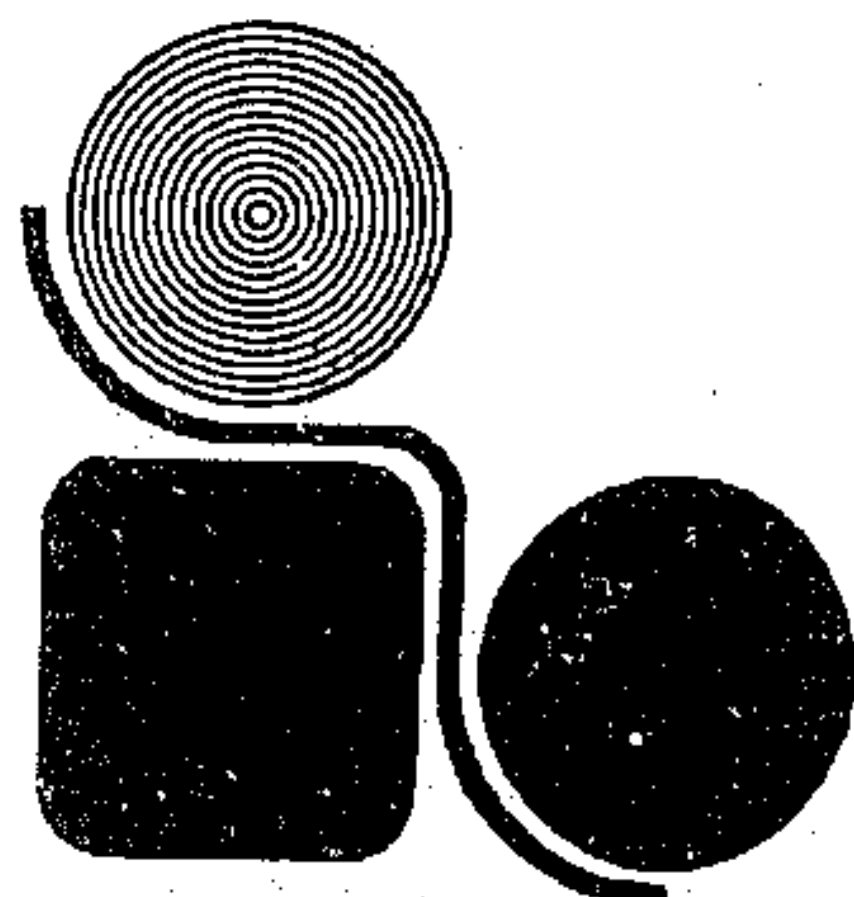
Da Justiça Federal

### AVISO

Avisamos os clientes e usuários do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, que o Expediente para receber matérias se encerra IMPRETERIVELMENTE às 18:30 horas. Portanto, depois do horário mencionado, a I.O.E., não receberá mais anúncios sob hipótese alguma.

2 Cadernos

40 Páginas



# IMPRENSA OFICIAL



## SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 689 DE 02 DE OUTUBRO DE 1990.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 4º do Decreto nº 6665 de 05/03.90;

RESOLUÇÃO:

I - Fica aprovado na forma do anexo I desta Portaria o Regulamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 02 DE OUTUBRO DE 1990.

*Maria de Nazare de Xos Miranda Marques*  
MARIA DE NAZARE DE XOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração

REGULAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN

## TÍTULO I

DAS FINALIDADES E FUNÇÕES BÁSICAS

## CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, criada pela Lei nº 4.583, de 24 de setembro de 1975, tem por finalidade o estudo, o planejamento, a orientação, a coordenação, o controle e avaliação dos assuntos relativos à Política de Planejamento e Desenvolvimento do Estado.

## CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES BÁSICAS

Art. 2º - São funções básicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral:

I - coordenar em articulação com as diversas esferas do Poder Público e da sociedade civil, a elaboração e a execução da política de planejamento e desenvolvimento do Estado;

II - definir e coordenar a execução e o acompanhamento das políticas de desenvolvimento metropolitano e municipal de forma articulada com os órgãos das diferentes esferas do Governo;

III - programar, coordenar e normalizar a atividade de planejamento governamental, bem como, orientar metodologicamente a execução pelos órgãos da administração pública estadual na concepção e desenvolvimento dessa atividade.

IV - acompanhar, controlar e avaliar de forma sistemática o desempenho da administração estadual, na obtenção dos objetivos consubstanciados em seus planos, programas, projetos, convênios interinstitucionais e orçamentos;

V - orientar os órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos anuais, efetuando a consolidação crítica desses, no Orçamento do Estado, bem como, o acompanhamento e execução orçamentários;

VI - promover, em articulação com os órgãos competentes do sistema, estudos e pesquisas necessários à elaboração de projetos sociais, econômicos e institucionais ligados à sua área de atuação ou de caráter multidisciplinar ou de prioridade especial;

VII - gerenciar recursos especiais e extra-orçamentários destinados a financiamento de programações, cuja administração seja repassada à sua competência.

## TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 3º - Para cumprimento de sua finalidade a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, contará com a seguinte composição organizacional básica:

## I - NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR

- a) Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
- b) Secretário Adjunto

## II - NÍVEL DE ATUAÇÃO VINCULADA

- a) Companhia de Desenvolvimento Econômico do Tocantins Araguaia - CODAT
- b) Companhia de Desenvolvimento do Arquipélago do Marajó - CODAM

## III - NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

- a) Gabinete do Secretário
- b) Assessoria Técnica - ATEC
- c) Assessoria de Informática - AINF

## IV - NÍVEL DE ATUAÇÃO SETORIAL

- a) Núcleo de Desenvolvimento Organizacional - NDO

## V - NÍVEL DE GERÊNCIA SUPERIOR

- a) Diretoria de Planejamento - DIPLAN
- b) Diretoria de Assuntos Municipais e Metropolitanos - DIAME
- c) Diretoria de Recursos Especiais - DIRES
- d) Diretoria Administrativo-Financeira - DIAF

## VI - NÍVEL DE ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA

- a) Coordenadoria de Programação
- b) Coordenadoria de Orçamento
- c) Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação
- d) Coordenadoria de Programas Regionais
- e) Coordenadoria de Ação Municipal
- f) Coordenadoria de Ação Metropolitana
- g) Coordenadoria de Estudos Básicos
- h) Coordenadoria de Operações
- i) Departamento de Recursos Humanos
- j) Departamento de Recursos Materiais
- l) Departamento de Serviços Gerais
- m) Departamento de Finanças

## VII - NÍVEL DE ATUAÇÃO REGIONAL

- a) Núcleos Regionais

§ 1º - As Coordenadorias e Departamentos atuarão com grupos de trabalho para operacionalização de suas atividades, cuja formalização decorrerá de ato do Secretário de Planejamento.

§ 2º - As atividades temporárias ou permanentes executadas pelos grupos referidos no parágrafo anterior não se constituirão em unidades menores, devendo ser responsabilidade de supervisores e encarregados.

§ 3º - A representação gráfica desta estrutura é demonstrada no organograma anexo a este Regulamento.

## TÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

## CAPÍTULO I

DO NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

## SEÇÃO I

DO GABINETE DO SECRETÁRIO - GS

Art. 4º - Ao Gabinete do Secretário, subordinado diretamente ao Secretário de Estado, compete, apoiá-lo no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais e particulares; executar serviços de relações públicas e de comunicação social; exercer atividades de representação do Secretário, quando designado, e outras correlatas.

## SEÇÃO II

DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 5º - A Assessoria Técnica, subordinada diretamente ao Secretário de Estado, compete, prestar assistência técnica ao Secretário e demais diretorias do órgão no desenvolvimento de estudo e proposições de ações, sugerindo medidas e opinando sobre assuntos específicos relativos às finalidades da Secretaria e de sua representação nos diferentes órgãos colegiados.

## SEÇÃO III

DA ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Art. 6º - A Assessoria de Informática, subordinada diretamente ao Secretário de Estado, compete, assessorar o Secretário e demais Diretorias do órgão, no campo de sua especialidade, nas áreas gerencial e de apoio técnico-operacional, promovendo o contínuo aperfeiçoamento dos serviços de processamento de dados da Secretaria; desenvolvendo programas que visem agilizar o funcionamento interno do órgão; interligando o Sistema de



Microcomputadores, de forma a garantir informações gerenciais imediatas e fidedignas e promover a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas em cada unidade administrativa.

## CAPÍTULO II

## DO NÍVEL DE ATUAÇÃO SETORIAL

## SEÇÃO ÚNICA

## DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Art. 7º - Ao Núcleo de Desenvolvimento Organizacional, diretamente subordinado ao Secretário de Estado, compete, planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar diagnóstico organizacional, redefinição e implantação de estruturas; simplificação e racionalização de rotinas, procedimentos, lay-out; informatização de sistemas e desburocratização, no âmbito da Secretária.

## CAPÍTULO III

## DO NÍVEL DE GERÊNCIA SUPERIOR

## SEÇÃO I

## DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Art. 8º - A Diretoria de Planejamento, subordinada diretamente ao Secretário de Estado, compete, propor políticas e diretrizes; coordenar, normalizar, supervisionar, controlar e compatibilizar as ações relativas ao Sistema de Planejamento-orçamento do Estado, bem como a elaboração de proposta da legislação pertinente ao Sistema de Planejamento-Orçamento do Estado e tomar as medidas necessárias à elaboração do Plano de Desenvolvimento Estadual, conforme dispuser lei estadual.

## SEÇÃO II

## DA DIRETORIA DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E METROPOLITANOS

Art. 9º - A Diretoria de Assuntos Municipais e Metropolitanos, subordinada diretamente ao Secretário de Estado, compete, coordenar, normalizar, controlar, supervisionar e avaliar as ações relativas a programas de cooperação técnica com as administrações municipais e entidades representativas da sociedade civil, bem como, promover estudos, visando oferecer subsídios ao planejamento econômico-social municipal, metropolitano e regional.

## SEÇÃO III

## DA DIRETORIA DE RECURSOS ESPECIAIS

Art. 10 - A Diretoria de Recursos Especiais, subordinada diretamente ao Secretário de Estado, compete, propor políticas e diretrizes, planejar, normalizar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar as ações relativas a captação de recursos para projetos específicos do Governo do Estado, bem como a execução das ações pertinentes ao Fundo Estadual de Desenvolvimento do Pará, inclusive emitir pareceres ou informações sobre quaisquer assuntos relacionados e convênios, contratos e acordos firmados com as diferentes esferas administrativas.

## SEÇÃO IV

## DA DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Art. 11 - A Diretoria Administrativo-Financeira, subordinada diretamente ao Secretário de Estado, compete, planejar, coordenar, controlar e avaliar as ações relativas a recursos humanos, materiais e financeiro; programar e executar os serviços de suporte administrativo em articulação com os Secretários de Estado da Fazenda e Administração, bem como, controlar os recursos extra-orçamentários captados para projetos específicos.

## CAPÍTULO IV

## DO NÍVEL DE ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA

## SEÇÃO I

## DA COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO

Art. 12 - A Coordenadoria de Programação, subordinada diretamente a Diretoria de Planejamento, compete:

I - coordenar a elaboração dos planos plurianual e anual do Governo do Estado;

II - articular com os órgãos da Administração Pública Estadual no sentido de obter as informações necessárias a elaboração de instrumentos de planejamento;

III - participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Estado, conforme dispuser a lei estadual;

IV - orientar e assessorar os órgãos da administração pública estadual sobre matérias de sua competência.

## SEÇÃO II

## DA COORDENADORIA DE ORÇAMENTO

Art. 13 - A Coordenadoria de Orçamento, subordinada diretamente a Diretoria de Planejamento, compete:

I - coordenar a elaboração do Projeto de Lei das Diretrizes orçamentárias da administração pública estadual;

II - coordenar a elaboração dos orçamentos fiscal, de investimento das empresas do Estado e da seguridade social;

III - elaborar a programação financeira estadual de desembolso trimestral, ressalvando, no que couber, a competência da Secretaria de Estado da Fazenda;

IV - elaborar relatórios trimestrais de execução orçamentária da administração direta e indireta;

V - analisar e proceder as alterações que se fizerem necessárias no decurso da execução orçamentária;

VI - elaborar estudos e análises sobre a receita estadual, com o objetivo de subsidiar a programação orçamentária e financeira;

VII - orientar e assessorar os órgãos da administração pública estadual sobre matérias orçamentárias.

## SEÇÃO III

## DA COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 14 - A Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação, subordinada diretamente à Diretoria de Planejamento, compete:

I - acompanhar e avaliar a execução físico-financeira da programação estadual, a nível espacial e setorial;

II - acompanhar as atividades relativas ao endividamento do Estado, ressalvada a competência da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - elaborar e analisar indicadores de avaliação para realimentar o processo de planejamento;

IV - subsidiar a Coordenadoria de Orçamento no que concerne às informações, originadas pelo PROCAEDE (Programa de Controle e Avaliação das Entidades da Administração Descentralizada do Estado), necessárias à elaboração do Orçamento de Investimento das Empresas do Estado;

V - assessorar as unidades de Planejamento dos órgãos da Administração pública estadual, em matérias de sua competência.

## SEÇÃO IV

## DA COORDENADORIA DE PROGRAMAS REGIONAIS

Art. 15 - A Coordenadoria de Programas Regionais, subordinada diretamente à Diretoria de Assuntos Municipais e Metropolitanos, compete:

I - coordenar a elaboração de estudos sobre o processo de ocupação sócio-econômico do espaço paraense, visando subsidiar o planejamento microregional e regional;

II - promover a articulação com os diversos organismos que atuam no espaço microregional e regional do Estado, objetivando compatibilizar o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum, de modo a maximizar as ações governamentais de âmbito regional;

III - promover e coordenar o planejamento regionalizado do Estado, especialmente nos seus aspectos físicos-espaciais, objetivando a redução das desigualdades regionais no território paraense.

## SEÇÃO V

## DA COORDENADORIA DE AÇÃO MUNICIPAL

Art. 16 - A Coordenadoria de Ação Municipal, subordinada diretamente à Diretoria de Assuntos Municipais e Metropolitanos, compete:

I - coordenar, promover e executar programas de cooperação técnica com as administrações municipais e entidades representativas da sociedade civil, respeitada a autonomia municipal;

II - coordenar a implantação e manutenção de instrumental de informações municipais, visando subsidiar o planejamento local e regional;

III - promover estudos, visando oferecer subsídios à ação do Estado na realização de planos econômicos-sociais e físico-espaciais, respeitando o preceito básico da autonomia municipal e garantindo a participação da sociedade civil organizada;



IV - subsidiar tecnicamente o Estado na elaboração da política de desenvolvimento municipal.

## SEÇÃO VI

## DA COORDENADORIA DE AÇÃO METROPOLITANA

Art. 17 - A Coordenadoria de Ação Metropolitana, subordinada diretamente à Diretoria de Assuntos Municipais e Metropolitanos, compete:

I - subsidiar tecnicamente o Estado na instituição de regiões metropolitanas no território paraense;

II - articular as ações globais do planejamento estadual com o planejamento da (s) região (ões) metropolitana (s), notadamente nos seus aspectos setoriais a nível físico-espacial, no sentido de compatibilizar e integrar o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum, com o objetivo maior de reduzir as desigualdades econômicas e sociais no (s) território (s) metropolitano (s) do Estado;

III - coordenar as ações na (s) região (ões) metropolitana (s) do Estado, respeitando o preceito básico da autonomia municipal e garantindo a participação da sociedade civil organizada no processo de planejamento dessa (s) região (ões)

IV - articular-se com os diversos órgãos de coordenação metropolitana na dos demais Estados, objetivando uma perfeita integração do planejamento metropolitano implementado no Estado do Pará com aquele observado nas demais Regiões Metropolitanas brasileiras.

## SEÇÃO VII

## DA COORDENADORIA DE ESTUDOS BÁSICOS

Art. 18 - A Coordenadoria de Estudos Básicos, subordinada diretamente à Diretoria de Recursos Especiais, compete:

I - promover estudos e emitir pareceres sobre a legislação pertinente a acordos, convênios e contratos destinados a financiamento de projetos no âmbito da administração pública; e

II - prover a Diretoria com a documentação necessária à formalização de convênios a serem celebrados com órgãos das diferentes esferas administrativas.

## SEÇÃO VIII

## DA COORDENADORIA DE OPERAÇÕES

Art. 19 - A Coordenadoria de Operações, subordinada diretamente à Diretoria de Recursos Especiais, compete:

I - coordenar, controlar e acompanhar a movimentação referente aos recursos especiais do Governo do Estado;

II - executar as atividades relativas ao controle orçamentário e financeiro dos recursos;

III - subsidiar a Coordenadoria de Estudos Básicos com referência a microfilmagem de documentos oriundo de convênios;

IV - subsidiar a Diretoria quanto aos procedimentos relativos às operações de empréstimos externo, bem como à negociação ou renegociação de dívida;

V - emitir relatórios pertinentes a informações gerais de convênios firmados; e

VI - emitir relatórios demonstrativos físico-financeiros por projeto.

## SEÇÃO IX

## DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 20 - Ao Departamento de Recursos Humanos, subordinado diretamente à Diretoria Administrativo-Financeira, compete:

I - controlar e organizar os registros e a movimentação do pessoal da Secretaria;

II - promover incentivos e benefícios aos servidores da Secretaria;

III - apurar a frequência para efeito de elaboração da folha de pagamento;

IV - promover treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos aos servidores da Secretaria, e ao pessoal técnico da área de Planejamento dos órgãos da Administração Pública Estadual.

## SEÇÃO X

## DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS

Art. 21 - Ao Departamento de Recursos Materiais, subordinado diretamente à Diretoria Administrativo-Financeira, compete:

I - programar, controlar, executar e avaliar as atividades relativas à aquisição, guarda e distribuição de materiais da Secretaria;

II - efetuar o registro, tombamento e baixa dos bens patrimoniais da Secretaria, bem como propor alienação dos mesmos;

III - zelar pela conservação dos bens patrimoniais existentes na Secretaria;

IV - programar e controlar os serviços de conserto de máquinas, equipamentos e mobiliário da Secretaria;

V - acompanhar os processos licitatórios.

## SEÇÃO XI

## DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 22 - Ao Departamento de Serviços Gerais, subordinado diretamente à Diretoria Administrativo-Financeira, compete:

I - executar e/ou supervisionar as atividades de limpeza, conservação e vigilância do prédio da Secretaria;

II - controlar a circulação de visitantes e usuários nos prédios da Secretaria;

III - controlar a utilização, regularização, guarda e conservação dos veículos da Secretaria;

IV - informar quando de remanejamentos de bens patrimoniais entre as unidades da Secretaria;

V - executar as atividades de recebimento, registros, distribuição e expedição de atos administrativos internos e externos;

VI - acompanhar e controlar a tramitação de processos e documentos.

## SEÇÃO XII

## DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Art. 23 - Ao Departamento de Finanças, subordinado diretamente à Diretoria Administrativo-Financeira, compete:

I - controle e avaliação da movimentação orçamentária, extra-orçamentária e financeira da Secretaria;

II - organizar a documentação produzida e os registros contábeis;

III - controlar as operações de repasse de recursos e convênios;

IV - elaborar a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos da esfera federal.

## TÍTULO IV

## DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

## CAPÍTULO I

## DO NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR

## SEÇÃO I

## DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Art. 24 - São atribuições do Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, além das previstas na Constituição Federal, no art. 24, da Lei nº 4.780, de 19 de junho de 1978 e no art. 19 do Decreto nº 2.231, de 12 de maio de 1982:

I - assessorar ao Governador, bem como, aos Secretários de Estados, em assuntos pertinentes à pasta;

II - formular e assegurar o cumprimento da Política de Planejamento e Desenvolvimento do Estado;

III - executar as atividades político-institucionais da Secretaria;

IV - promover a administração geral da Secretaria, em estreita observância às disposições legais e normativas da Administração Pública Estadual, e quando aplicável, da Federal;

V - adotar medidas que visem assegurar o funcionamento sistêmico dos diferentes níveis da estrutura organizacional, com os demais órgãos que compõem o poder executivo;

VI - aprovar o orçamento-programa e o plano anual de trabalho da Secretaria;

VII - estabelecer convênios, contratos ou ajustes que visem a ação conjunta, completar ou suplementar, no desenvolvimento do Sistema;

VIII - referendar os atos do poder executivo, concernentes à pasta e os de caráter geral;

IX - designar, entre assessores e dirigentes de unidades da Secretaria, representantes para solenidades e outros eventos;

X - transmitir ao Governador do Estado, indicações ou designações de pessoas para posição de direção, no âmbito das entidades vinculadas à Secretaria;



XI - exercer funções do Secretário Executivo do Conselho Superior de Desenvolvimento, providenciando e controlando a execução das respectivas resoluções;

XII - exercer funções de Secretário Geral do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belém, providenciando e controlando a execução das respectivas resoluções.

## SEÇÃO II

## DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Art. 25 - São atribuições do Secretário Adjunto, além do previsto nos termos do art. 19, do Decreto nº 2.231, de 12 de maio de 1982:

I - manter informado o Secretário de Estado das atividades realizadas pela Secretaria;

II - realizar as atividades delegadas pelo Secretário de Estado;

III - substituir o Secretário de Estado nas ausências e impedimentos quando designado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado;

IV - assessorar ao Secretário de Estado nas suas atribuições legais;

V - representar o Secretário de Estado, quando designado, em solenidades oficiais.

## CAPÍTULO II

## ASSESSORAMENTO SUPERIOR

## SEÇÃO I

## DO CHEFE DE GABINETE

Art. 26 - Compete ao Chefe de Gabinete, diretamente subordinado ao Secretário, promover a administração do Gabinete e o apoio e a assistência ao Secretário, no desempenho de suas atribuições; realizar tarefas de caráter reservado ou confidencial, bem como representar o Secretário em solenidades e eventos, quando por ele determinado; e submeter a consideração do Secretário os assuntos que, pelo caráter de urgência e importância, mereçam sua imediata aprovação.

## SEÇÃO II

## DOS ASSESSORES

Art. 27 - Compete aos Assessores prestar assistência técnica especializada ao Secretário e demais dirigentes, sob a forma de estudos, pesquisas, investigações, pareceres, avaliações, exposições de motivos, minutas e controle de legalidade de atos administrativos; e desenvolver atividades solicitadas pelo Secretário, com vistas ao acompanhamento e à avaliação de resultados das ações desenvolvidas pelos órgãos de atuação vinculada.

## CAPÍTULO III

## GERÊNCIA SUPERIOR

## SEÇÃO ÚNICA

## DOS DIRETORES

Art. 28 - Compete aos Diretores, nas respectivas áreas de atuação, programar, organizar, dirigir e controlar as atividades da Secretaria, submeter à consideração do Secretário e/ou do Secretário Adjunto os assuntos que excedam a sua competência; e delegar competências específicas do seu cargo, com o conhecimento prévio do Secretário.

## CAPÍTULO IV

## ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA

## SEÇÃO ÚNICA

## DOS COORDENADORES

Art. 29 - Compete aos Coordenadores assegurar a execução das funções inerentes às suas respectivas áreas através de Grupos de Trabalho, com objetivos, metodologia e prazos definidos.

## CAPÍTULO V

## DEMAIS OCUPANTES DE CHEFIA

Art. 30 - Aos demais ocupantes de Chefia compete as responsabilidades definidas pelos instrumentos que regem as suas vinculações ao órgão, bem como atos, instruções normativas, ordens de serviço e correspondências internas emanadas da Secretaria.

## TÍTULO V

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 - Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução deste Regulamento, serão dirimidos pelo Secretário, que baixará, para tal fim, os atos necessários.

Art. 32 - As funções de Defesa Civil, enquanto não forem absorvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar, continuam, em caráter transitório, sendo exercidas por esta Secretaria.

Art. 33 - O Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, enquanto não for implantada a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, permanece vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 34 - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO ESTADO

## EXTRATO DE CONVENIO FUNDEPAR Nº 637/90

CONVENIENTES: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN.

OBJETO: Implantação de um Sistema Independente de Comunicação Telefônica.

VALOR: Cr\$ 7.633.236,00 (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E TRINTA E TRES MIL E DUZENTOS E TRINTA E SEIS CRUZEIROS).

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 32.000-32.101 - FUNDEPAR - 03091831.095 - Programação a Cargo de Outras Fontes de Recursos/OFR-00; 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

NOTA ORÇAMENTÁRIA Nº: 000682, DE 04/10/90.

PPAZO: 26 de dezembro de 1990.

DATA: 04 de outubro de 1990.

ASSINATURAS: ODINEA LEITE CAMINHA, Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; HERCULES JOSE DA SILVA, Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará e HELIO MOTA GUEIROS, Governador do Estado do Pará.

VISTO: MARIA ADALCINDA DOS SANTOS MONTEIRO, Coordenadora de Estudos Básicos.

(Ext. nº 24.142, Reg. nº 42.764, Dia 05/10/90)

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVENIO FUNDEPAR Nº 576/90

CONVENIENTES: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Município de Tailândia - Prefeitura Municipal.

OBJETO: Acréscimo do valor total do Convênio supracitado.

VALOR: Cr\$ 5.941.459,54 (CINCO MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE CRUZEIROS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 32.000-32.101 - FUNDEPAR - 03091831.095 - Programação a Cargo de Outras Fontes de Recursos/OFR-00; 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

NOTA ORÇAMENTÁRIA Nº: 000676, DE 28/09/90.

DATA: 28 de setembro de 1990.

ASSINATURAS: ODINEA LEITE CAMINHA, Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; FRANCISCO NAZARENO GONÇALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal e HELIO MOTA GUEIROS, Governador do Estado do Pará.

VISTO: MARIA ADALCINDA DOS SANTOS MONTEIRO, Coordenadora de Estudos Básicos.

(Ext. nº 24.142, Reg. nº 42.764, Dia 05/10/90)

nador do Estado do Pará.

VISTO: MARIA ADALCINDA DOS SANTOS MONTEIRO, Coordenadora de Estudos Básicos.

## EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVENIO FUNDEPAR Nº 077/90

CONVENIENTES: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Tribunal de Contas do Estado - TCE.

OBJETO: Alterar o Plano de Aplicação do Quarto Termo Aditivo supracitado.

DATA: 25 de setembro de 1990.

ASSINATURAS: ODINEA LEITE CAMINHA, Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; MANUEL AYRES, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

VISTO: MARIA ADALCINDA DOS SANTOS MONTEIRO, Coordenadora de Estudos Básicos.

(Ext. nº 24.144, Reg. nº 42.766, Dia 05/10/90)

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO PARÁ

## EDITAL Nº 19/90

A ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO PARÁ, através do presente Edital, cumpridas as exigências curriculares, considera APROVADOS, nos Cursos de Formação de Policiais Cíveis, os alunos abaixo relacionados, com suas respectivas médias finais:

MÉDICOS LEGISTAS: Marília Carneiro Godinho (9,46) e Francisco Armando Alvino de Aragão (9,33).

PERITOS CRIMINAIS: Paulo Roberto Pinto Bentes (9,70) Benedito Cardoso do Vale Júnior (9,68); Wagner Vianna Barreto (9,68); Rosimara Lima de Sousa Lopes (9,66); Silvia Lillian Rodrigues Viana (9,66); Mirtes Heloisa Cardoso da Silva (9,65); Zenóbio da Silva Mera (9,65); Dinorah Silva Diógenes (9,61);

Angela Ramos de Oliveira (9,60); Paulo Cesar da Cunha Condurú (9,56); Maria Emilia de Lima Tostes (9,55); Hélio Dourado de Albuquerque (9,55); Denise Maria Moraes Lisboa (9,54); Mauro Nazareno Fortes Magalhães (9,53); Rubens Pampolha Coutinho (9,51); Joaquim Batista Freitas de Araújo (9,48); Maria Luiza Alves da Silva (9,48); Aldenor Santos da Silva (9,47)

Rejane Nazaré Cunha Dórea (9,46); Raimundo de Souza Belém (9,46); Carlos Eduardo Altman Ferreira (9,45); Stélio José Batista dos Santos (9,42); José Renato Cruz de Andrade (9,39); Antonio Tadeu Rodrigues Malcher (9,33); Paulo Sérgio Ferreira Ozela (9,22) e Jefferson José Sodré Ferraz (8,88).

PAPILOSCOPISTAS: José Ribamar Silva Lobato (9,83);

Mário Raul Vicente Brasil (9,77); Nobuo Hino (9,76);

Roberto Mauro Silva Larrat (9,75); Ludimar Gaspar Oliveira (9,68); Marco Aurélio Silva de Oliveira (9,68);

Jorge Luiz Barbosa Souza (9,67); Jacob Carneiro da Cunha Filho (9,66); Ted Wilson Rodrigues Lobato (9,66);

Edilene das Graças da Silva Santos (9,65); Avelino Nazareno Martins Calandrini (9,64);

Nilmar Rodrigues Vidal (9,64); Carlos Alberto de Oliveira Castro (9,62);

Aurea de Nazaré Escórcio Barbosa (9,61); Justino dos Santos de Oliveira (9,61);

Iris Pereira Custódio (9,60); Francisco Carlos Bittencourt (9,60); Zilma Nunes Negrão (9,59); Eliana Sabá Sacramento (9,59);

Eurico Oliveira da Rocha (9,59); João Batista de Souza Honorato (9,59);

Pedro da Silva Souza (9,59); Ana Maria da Rosa Pimentel (9,58);

Neucy Rodrigues Oliveira (9,56); Edinilde Nagata Corrêa (9,54);

Ana Cláudia Cardoso Martins (9,52);

Cristina Olimpia das Neves (9,52); Alcides Silva de Carvalho (9,52);

Gerson de Moraes Ferreira (9,51); Murilo Nobre Campos (9,49);

Magdala de Souza (9,49);

Marly Oliveira da Rocha (9,49); Eraldo Walber Nery Figueira (9,49);

Célia de Lima Cordeiro (9,48);

Maria de Nazaré da Silva (9,48); Marcos Alexandre Castro de Brito (9,48);

José Nazareno Marques Alves (9,48);

Tarciana Pará Batista (9,47);

Isa Bel Cristina das Neves Oliveira (9,46);

Carlos Jorge Freire Carneiro (9,46);

Raimundo Nonato dos Santos Silva (9,45);

José Reinaldo Ferreira Júnior (9,43);

Ricardo da Silva Brito (9,43);

Cirléia Maria Nascimento Florêncio (9,39);

Dimas Teixeira Campêlo (9,38);

Antonio Jorge da Silva Damous (9,37);

Helena Lúcia Miranda Hanna (9,36);

Pedro Ernesto dos Santos Filho (9,35);

João Batista da Cruz Reis (9,34);

Gisele do Socorro Campos da Silva Larrat (9,33);

Joaquim Afílio da Silva Júnior (9,32);

Manoel Ambrósio Vaz Vidal (9,31);

Maria do Carmo Alves Alho (9,30);

Charles Sobreira de Araújo Souza (9,28);

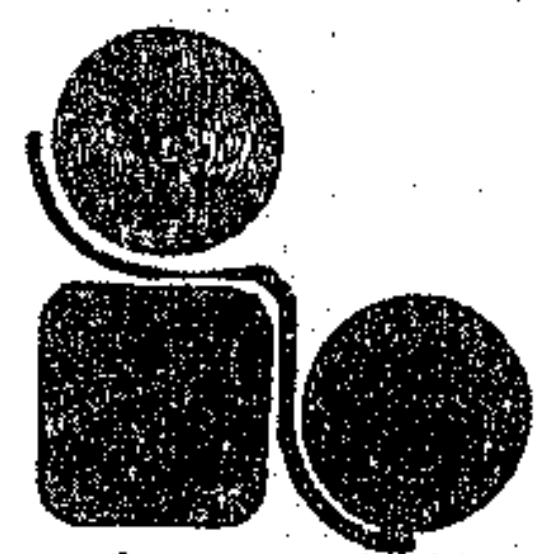
Benedito Casado Barbosa (9,28);

Laura



Ext. nº 24.140, Reg. nº 42.762, Dia 05/10/90)





# IMPRENSA OFICIAL

**DIRETORIA  
ADMINISTRAÇÃO  
REDAÇÃO  
PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso  
Belém - Pará

**PBX - 226-7888 (GERAL)**

Gabinete do Diretor-Presidente ..... 226-0078

Diretoria de Administração ..... 226-1196

FAX ..... 226-0556

*Diretor-Presidente*

**PEDRO DE OLIVEIRA PINTO**

Resp. pela Diretoria de Administração  
**DANIEL RUBI SIQUEIRA VALENTE**

*Diretor Técnico*

**JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO**

Resp. pela Chefia de Redação  
**ANTONIO CARLOS C. DOS SANTOS**

*Chefe da Revisão*

**RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO**

## TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES Na CAPITAL

Trimestral ..... CR\$ 3.179,00

Outros Estados e Municípios

Trimestral ..... CR\$ 9.713,00

Publicações: Página comum,

cada centímetro CR\$ 1.578,00

Preço por página CR\$ 321.964,00

Fotolito - centímetro CR\$ 50,00

## PREÇO DO EXEMPLAR ..... CR\$ 25,00

## MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO

Das 8:00 às 13:00hs. e das 15:30 às 18:30hs.,  
excetuando-se os sábados.

**RECLAMAÇÕES:** 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

**OFÍCIOS OU MEMORANDOS:** Devem acompanhar publicações a cobrar.

**ASSINATURAS:** Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.

**PAGAMENTOS:** Sempre em Cheque Nominal para a **IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO**

**OBS:** As assinaturas do **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO** não dão direito ao recebimento de *Caderno Especial*, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CONTRATADA: ELETRODATA - Francisco M. de Abreu

OBJETO: Fornecimento de Materiais e Equipamentos com Instalação para o Sistema de Automação Bancária Agência Abetetuba.

VALOR: Cr\$-1.150.000,00

ASSINATURA: 25.09.90

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CONTRATADA: ELETRODATA - Francisco M. de Abreu

OBJETO: Fornecimento de Materiais e Equipamentos com Instalação para o Sistema de Automação Bancária da Agência Estrada Nova.

VALOR: Cr\$-1.240.000,00

ASSINATURA: 25.09.90

(Ext. nº 24.139, Reg. nº 42.761, Dia 05/10/90)

COMPANHIA AMAZÔNIA TÊXTIL DE ANILAGEM - CATA  
CGC(MF) nº-04.896.759/0001-55

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA, DE 17 DE AGOSTO DE 1990.

DATA, HORA, LOCAL:- 17 de agosto de 1990, às onze horas, na sede da empresa, sito à avenida Bernardo Sayão nº-138, Belém-PA.

ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:- Por unanimidade foi aprovada a extinção do Escritório da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, instalado à avenida Nilo Peçanha nº 50, conjunto 818, conforme autorização dada pelo Conselho de Administração da Empresa, em reunião nesta data. Esta deliberação foi tomada com apoio na regra constante do art. 2º, dos estatutos sociais vigentes na empresa. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que depois de lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Belém (PA), 17 de agosto de 1990. VALDEMIRO AGUIAR MARTINS GOMES, ANTONIO A GUIAR MARTINS GOMES, DILERMANDO GUEDES CABRAL, CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LIMA e PIERGIORGIO MATTIETTO.

Confere com o original lançado em livro próprio.  
DILERMANDO GUEDES CABRAL - Secretário.  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - Certifico o arquivamento deste documento sob o número abaixo: 20 SET 90 001156. Sec. Geral ALFREDO COELHO.

(Ext. nº 24.138, Reg. nº 42.760, Dia 05/10/90)

## RESUMO E EXTRATO DOS ESTATUTOS DO "PROJETO VIDA NOVA"-PVN

Artigo 1º - O Projeto Vida Nova - PVN - Fundada em 23 de abril de 1.990, é uma sociedade civil de direito privado, religiosa cultural e científica, de caráter filantrópico, com sede e foro na cidade de Santarém/PA, de duração por tempo indeterminado, regida por estes estatutos e regulamentos baixados por órgãos competentes em tudo que não deva contrariar as leis do país. Artigo 2º o projeto, tem por finalidade ao tratamento e recuperação do toxicomaniaco e do entorpecedor, através de clínicas psicossomáticas em áreas apropriadas com compras de sítios e fazendas para ginásios e escolas orientados para o trabalho, difundir o ensino e a cultura por todos os meios de comunicações. Dos sócios: § Único: Os sócios não respondem social ou subsidiariamente pelas obrigações da sociedade. Da Assembleia Geral: A Assembleia Geral é o órgão soberano de deliberação. Artigo 11º A Assembleia Geral compete: opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos. Artigo 12º O Projeto Vida Nova é composto por: Diretor-Presidente, Diretor-Vice-Presidente, Diretor financeiro e Diretor-Secretário. § Único: A Diretoria não será remunerada de forma nenhuma e o projeto não distribuirá lucros. Artigo 18º Do Patrimônio: em caso de dissolução do projeto seu patrimônio será entregue a uma sociedade congênere do país, devidamente registrada no CNAS, em outra qualquer entidade a juízo da Assembleia Geral. Artigo 19º Qualquer alteração neste estatuto dependerá de dois terços dos sócios fundadores e cooperadores em Assembleia Geral.

Pr. ANTONIO PEREIRA MALTA  
Diretor-Presidente

(T. nº 14.357, Reg. nº 42.759, Dia 05/10/90)

UNDE DO PARÁ S/A-BENPASA  
Agricultura, Indústria e Comércio de Oleaginosas  
CGC - 04.834.784/0001-04  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL AUTORIZADO

Capital Autorizado ..... Cr\$-161.774.600,00  
Capital Subscrito ..... Cr\$-139.247.750,98  
Capital Integralizado ..... Cr\$-139.247.750,98

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores acionistas desta Companhia convocados a se reunirem às 10:00 horas do dia 10 de outubro de 1990, na sede social da empresa à travessa Piedade 651, nesta cidade, para deliberarem sobre:

- Reforma dos Estatutos Sociais;
  - Mudança da Sede Social; e
  - Outros assuntos de interesse geral.
- Belém, Pará, 02 de outubro de 1990

CHARLES FREDERIK KOMPIER  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Ext. nº 24.115, Reg. nº 42.733, Dias 02, 04 e 05/10/90)

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO

TO DE DADOS - SERPRO/2a.URO

CGC: 33.683.111/0003-60

AVISO

O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, ATRAVÉS DE SUA COMISSÃO PARA LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSCRIÇÃO DE DADOS, COMUNICA QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO ABAIXO INDICADA:

CONCORRÊNCIA Nº 001/90-DIVAD

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSCRIÇÃO DE DADOS, DE DOCUMENTOS DIVERSOS, FINDANDO PELA GERAÇÃO E ENTREGA AO SERPRO DE ARQUIVOS (FITAS) MAGNÉTICOS, UTILIZANDO INSTALAÇÕES, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS DA PROPONENTE.

DATA DA REALIZAÇÃO: 01 DE NOVEMBRO DE 1990, AS 10:00 HORAS.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: AV. PERIMETRAL DA CIÊNCIA, 2010 - BAIRRO TERRA FIRME - BELÉM - PARÁ.

HABILITAÇÃO: DEPENDERÁ DO INTERESSADO COMPROVAR QUE ESTÁ REGULARMENTE INSCRITO NO CADASTRO DE FORNECEDORES DO SERPRO, OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NO ANEXO I DO EDITAL, NO DIA 01/11/90, AS 10:00 HORAS.

O EDITAL DE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO ACIMA.

BELÉM, 02 DE OUTUBRO DE 1990.

COMISSÃO PARA LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSCRIÇÃO DE DADOS

(Ext. nº 24.110, Reg. nº 42.726, Dias 02, 04, 05, 09 e 10/10/90)

## INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: ITERPA e MANOEL DOS SANTOS MORAES  
OBJETO: Locação do imóvel situado na gleba denominada Maratininga, Vila Olho D'Água-Município do Mojú-Pará.

VALOR: Cr\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS) mensais.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14400-Instituto de Terras do Pará -14401-Departamento de Administração e Finanças -1440104-Agricultura -144010407-Administração -144010407021-Administração Geral -1440104070212001 - Funcionamento de Serv. Administrativos -300000-Despesas Correntes -310000-Despesas de Custeio -313000-Serviços de Terceiros e Encargos -313200-Outros Serviços e Encargos. VIGÊNCIA: 25.08.90 a 23.11.90  
FORO: Comarca de Belém

Belém(PA), 05 de outubro de 1990.  
ORLANDO DE A. CORRÊA FILHO MANOEL DOS S. MORAES  
Locatário Locador

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: ITERPA e CARLOS MESQUITA BEZERRA

OBJETO: Locação do imóvel situado na gleba denominada Jambuaçu, Vila Nova Vida-Município do Mojú-Pará.

VALOR: Cr\$ 5.000,00 (CINCO MIL CRUZEIROS) mensais

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14400-Instituto de Terras do Pará -14401-Departamento de Administração e Finanças -1440104-Agricultura -144010407-Administração -144010407021-Administração Geral -1440104070212001 - Funcionamento de Serv. Administrativos -300000-Despesas Correntes -310000-Despesas de Custeio -313000-Serviços de Terceiros e Encargos -313200-Outros Serviços e Encargos. VIGÊNCIA: 25.08.90 a 23.11.90  
FORO: Comarca de Belém

Belém(PA), 05 de outubro de 1990.  
ORLANDO DE A. CORRÊA FILHO CARLOS MESQUITA BEZERRA  
Locatário Locador

(Ext. nº 24.147, Reg. nº 42.769, Dia 05/10/90)

MELHORAMENTOS SUL DO PARÁ S/A - CGC 49.333.800/0001-13 - CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - São convidados os Senhores Acionistas, desta Companhia, a se reunirem no próximo dia 18 de outubro, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 10:00 horas, na sede social, à Av. Henrique Vitor, Quadra 20, Lote 14, Município de Santarém do Araguaia, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: a) Proposta do Conselho de Administração, de aumento do limite do Capital Social Autorizado em Cr\$ 68.000.000,00, com o aumento do limite de autorização emitindo-se mais 41.000.000 ON e 27.000.000 PN "A" e, consequentemente alteração estatutária; b) Proposta do Conselho de Administração de transformação de 16.911.228 PN "B" de Cl. Melhoramentos Norte do Brasil, em ON, c) Proposta do Conselho de Administração de aumento do capital social realizado, em mais 1.789.372 ações ON, sendo 10% de custo, realizado no ato da subscrição, d) Várias eventuais. Santarém do Araguaia, 25 de setembro de 1990. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

MELHORAMENTOS SUL DO PARÁ S/A - CGC 49.333.800/0001-13 - CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL - São convidados os Senhores Acionistas desta Companhia, titulares de ações preferenciais de classe "B", a se reunirem no próximo dia 18 de outubro, em ASSEMBLEIA ESPECIAL, a ser realizada às 11:00 horas, na sede social, à Av. Henrique Vitor, Quadra 20, Lote 14, Município de Santarém do Araguaia, Estado do Pará, a fim de analisar e ratificar, Proposta do Conselho de Administração, de reforma do "caput", do Art. 5º, do Estatuto Social, mediante transformação de parte das ações preferenciais de classe B, em ações ordinárias nominativas, a fim de se cumprir o § 2º, do Art. 15, da Lei 6404/76. Santarém do Araguaia, 25 de setembro de 1990. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

(Ext. nº 24.134, Reg. nº 42.755, Dias 04, 05 e 09/10/90)

CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE-CODENORTE, CGC/MF Nº 04731519/0001-09, ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, CONVOCAÇÃO-Convocamos os Srs. Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, na Sede Social sito no Loteamento Seriqueira, Lote 14, Setor "C", Mojú-PA, no dia 11 de outubro de 1990, às 9:00 hrs para tratarem dos seguintes assuntos: A) Aumento do Capital Autorizado de Cr\$ 20.000.000,00 para Cr\$ 40.000.000,00, afim de atender a subscrição de acionistas. B) Alteração-Consequente dos Estatutos Sociais, a ocorrer em Belém-PA, 01 de outubro de 1990. FRANCISCO DEL-TETTO MENDES DA SILVA-Presidente do Conselho de Administração.

(E. nº 14.352, Reg. nº 42.727, Dias 02, 04 e 05/10/90)



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - S/A

AVISO

EDITAIS DE LICITAÇÃO

A CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA, avisa aos interessados que realizará no seu Escritório Central, sito à Av. Gov. José Malcher nº 1670, nesta Cidade através das Comissões de signadas as seguintes licitações:

EDITAL	Tomada de Preços	Objeto	ABERTURA
AAL/ASU-ASU-230/90	AAL/ASU-ASU-230/90	Aquisição de Material de Expediente	15.10.90 09:00 hs
AAL/ASU-TMG-231/90	AAL/ASU-TMG-231/90	Aquisição de Baterias.	15.10.90 10:00 hs

Comunicamos as firmas interessadas o ADIAMENTO da Concorrência AAL/ASU-DA-031/90, referente a Aquisição de um Sistema para coleta de ponto dos funcionários (aprox. 2000) do Escritório Central da Empresa com cinco pontos de coleta concentrados em microcomputador tipo PC que será interligado ao sistema IBM 4381 através de controladora 3274, do dia 28.09.90 para o dia 05.10.90 às 10:00 horas.

Os Editais encontram-se a disposição dos interessados na Assessoria de Licitação sala 64, a partir do dia 01.10.90, no horário Comercial, ao preço de Cr\$ 500,00 QUINHENTOS CRUZEIROS para as TP'S 230 e 231/90, como indenização da documentação correspondente.

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO

Belém, 02 de outubro de 1990.

(Ext. nº 24113, Reg. nº 42731, Dias 02, 04 e 05/10/90)

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

Extrato do Contrato de Adjudicação de Serviços Nº AJ-107/90. Partes: SETRAN e COPPEM S.A. Proc. 3760/90. C.P. Nº 34/90. Objeto: Construção de 10 Flutuantes Metálicos para Transição. Prazo: 90 dias. Valor: Cr\$ 37.650.000,00. Dotação: 231011690-5671173.0.0.110.00-0.046. E.O.E. Nº 004140/90. Em, 27/09/90. a) JUIZ OTAVIO O. CAMPOS-SETRAN e DANIEL T. DIAS-ADJUDICATÁRIA

(Ext. nº 24.143, Reg. nº 42.765, Dia 05/10/90)

MARABÁ AGRÓ-PASTORIL S. A.  
C.G.C.M.F. nº 05.162.045/0001-86  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas desta Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, à Fazenda Barreira Branca, Marabá (PA), às 10:00 horas do dia 16 de outubro de 1990, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Homologação do aumento do capital social de Cr\$... 78.191.398,37 para Cr\$ 81.571.998,37, conforme deliberado e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - realizada em 28 de agosto de 1.990;
- Reforma do Estatuto Social - Capítulo II - Do Capital - "caput" do artigo 59, relativo ao capital social;
- Outros assuntos de interesse social.

Marabá, 19 de outubro de 1.990.

(a.) A DIRETORIA

(T. nº 14.358 Reg. nº 42.773, Dias 05, 09 e 10/10/90)

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO-PARATUR

PORTARIA Nº 121/90-DRH

O Presidente da PARATUR, para efeito de controle interno dos recursos transferidos pelo Estado a esta Entidade Supervisionada, autoriza o remanejamento dos recursos alocados em seus diversos Projetos/Atividades, referentes ao seu Orçamento Programa Anual do corrente exercício, conforme abaixo discriminado:

ALTERAÇÃO			
CÓDIGO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
2346			
3132.00	5.106.002,00	4.000.000,00	9.106.002,00
TOTAL		4.000.000,00	

REDUÇÃO			
CÓDIGO	DOTAÇÃO INICIAL	REDUÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
2396			
3132.00	2.272.650,00	1.500.000,00	772.650,00
2398			
3132.00	3.642.016,00	2.500.000,00	1.142.016,00
TOTAL		4.000.000,00	

Registre-se publique-se e cumpra-se.

Belém, 19 de setembro de 1990.

ANTONIO REGINO DO ESPÍRITO SANTO  
Diretor-Presidente

(Ext. nº 24.150 Reg. nº 42.775, Dia 05/10/90)

CAIBA-INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A-CGC/MF nº 05.837.350/0001-87-EXTRATO DA AGO e AGE REALIZADA EM 08/09/1990. REALIZAÇÃO: às 16:00 horas, na sede social, na Rua Siqueira Campos, nº 128, na cidade de Óbidos-PA. CONVOCAÇÃO: Carta - Convite. PRESENCIA: 99,57% dos Acionistas. MESA DIRETORIA: Presidente JOSÉ JAYME BITENCOURT BELICHA e Secretário MARCOS JAYME BENITHA BELICHA. DELIBERAÇÕES: a) Apreciação e aprovação do Relatório da Diretoria; b) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; d) Discussão e aprovação do aumento do Capital Social de Cr\$ 2.289.745,00 para Cr\$ 36.173.346,00, utilizando o saldo da Reserva de Correção Monetária do Capital, para realização; e) Discussão e aprovação do aumento do Capital Autorizado de Cr\$ 3.090.000,00 para Cr\$ 180.000.000,00. ENCERRAMENTO: Nada mais tendo a tratar, a ASSEMBLEIA foi encerrada. O texto Integral desta ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA sob o nº 001160, de 24.09.90. Secretário Geral Alfredo Coelho.

(Ext. nº 24.148, Reg. nº 42.770, Dia 05/10/90)

AGROPECUÁRIA RIO DAS ANTAS S/A - C.G.C./MF. - 04.364.519/0001-00 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas desta sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, no dia 15 de outubro de 1.990, às 8,00 horas, na sede social à Rua 15 de Novembro, 226 - 7º andar, conjunto 701, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aumento do limite do capital autorizado; b) consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. Belém, 04 de outubro de 1990. MAURÍLIO BIAGI FILHO - Presidente do Conselho de Administração

(Ext. nº 24.149, Reg. nº 42.771, Dias 05, 09 e 10/10/90)

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ - COSIPAR. CGC-MF nº 07.919.053/0001-50. Capital Autorizado: Cr\$ 1.500.000.000,00. Capital Subscrito e Integralizado: Cr\$ 130.918.485,00. EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 29.08.90. As 10:00 horas, em sua sede social, no Km 422, da Rodovia PA-150, Distrito Industrial de Marabá, na cidade de Marabá, Estado do Pará, reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberarem sobre a emissão de 10.974.608 Ações Ordinárias Nominativas e 56.101.057 Ações Preferenciais Nominativas, Classe "A", do valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, nos totais respectivamente de: Cr\$ 10.974.608,00 e Cr\$ 56.101.057,00 pelos possuidores das ações ordinárias e pelo FINAM, relativo ao ano de 1990, conforme Ofício GS-02821/90 de 28.08.90. Aprovadas por unanimidade a emissão e subscrição das ações e os Boletins de 13.09.90, foram assinados pelos Diretores Srs. Luiz Carlos da Costa Monteiro e Hélio Guido Jannotti Souza e os das Ações Preferenciais Nominativas pelos Srs. Paulo Cordeiro Saldanha e Luiz E.P. Lobão, representando o FINAM. A Ata foi encerrada em 17.09.90, sendo o texto integral da mesma, lavrado em livro próprio, registrado na forma da lei e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará, sob o nº 001165 em 24.09.90. Alfredo Coelho, Secretário Geral.

(T. nº 14.359 Reg. nº 42.774, Dia 05/10/90)

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

PORTARIA Nº 292/90 de 27.09.90

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições.

RESOLVE:

ADMITIR HUMBERTO CORDEIRO DINIZ FILHO, para função atividade Engenheiro Florestal, na qualidade de servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87, no período de 24 meses, a contar de 01.09.90.

DE-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE

SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, 27 de setembro de 1990.

Engº Agrº JOAQUIM DE LIRA MAIA  
Secretário de Estado de Agricultura

PORTARIA Nº 293/90 de 27.09.90

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições.

RESOLVE:

ADMITIR CLÁUDIA CRISTINA FERNANDES VALENTE, CLAUDIA PFIZ, FRANCY MARIA DA COSTA CORREIA, MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA GONÇALVES e MARIA RAIMUNDA DA CRUZ PINHEIRO, para função atividade Auxiliar Técnico, na qualidade de servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87 no período de 06 meses, a contar de 01.09.90.

DE-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE

SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, 27 de setembro de 1990.

Engº Agrº JOAQUIM DE LIRA MAIA  
Secretário de Estado de Agricultura

PORTARIA Nº 294/90 de 27.09.90

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições.

RESOLVE:

ADMITIR RUY DE CASTRO CONDURU, para a função atividade Engenheiro Agrônomo, na qualidade de servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87, no período de 24 meses, a contar de 17.09.90.

DE-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE

SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, 27 de setembro de 1990.

Engº Agrº JOAQUIM DE LIRA MAIA  
Secretário de Estado de Agricultura

PORTARIA Nº 295/90 de 01.10.90

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições.

RESOLVE:

ADMITIR SEBASTIÃO VALCIR DA SILVA PONTES, para a função atividade Técnico Agrícola, na qualidade de servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87, no período de 24 meses, a contar de 01.10.90.

ADIAMENTO

DE-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE

SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, 01 de setembro de 1990.

Engº Agrº JOAQUIM DE LIRA MAIA  
Secretário de Estado de Agricultura

RESUMO DE PORTARIAS DE LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA Nº 125/90 de 17.09.90. CONCEDER Licença Especial à CONCEIÇÃO DO CARMO MONTEIRO AZEVEDO, referente ao quinquênio 01.03.85 à 01.03.90  
PORTARIA Nº 126/90 de 17.09.90. CONCEDER Licença Especial à VALMIR DE CASTRO SOUZA, referente ao quinquênio 27.06.80 à 27.06.85  
PORTARIA Nº 130/90 de 19.09.90. CONCEDER Licença Especial à JAIME MARCELINO CARDOSO, referente ao quinquênio 01.09.83 à 01.09.88  
PORTARIA Nº 128/90 de 19.09.90. CONCEDER Licença Especial à EDGAR ARAÚJO MARQUES, referente ao quinquênio de 05.06.79 à 05.06.84  
PORTARIA Nº 129/90 de 19.09.90 CONCEDER Licença Especial à MANOEL ALBUQUERQUE PANTOJA, referente ao quinquênio 01.08.84 à 01.08.89  
PORTARIA Nº 127/90 de 18.09.90 CONCEDER Licença Especial à FERNANDO AUGUSTO BRAGA DUTRA referente ao quinquênio 01.11.78 à 01.11.83  
PORTARIA Nº 131/90 de 26.09.90 CONCEDER Licença Especial à LÍGE THEREZINHA ZAHUTH CENTENO referente ao quinquênio 31.08.83 à 31.08.88

(Ext. nº 24.151 Reg. nº 42.776, Dia 05/10/90)

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO

PORTARIA Nº 184 DE 25 DE Setembro DE 1990  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder a servidora ROSA DO SOCORRO SANTOS SOUZA, matrícula nº 0830178-13 e portadora do CIC nº 108926722-34, lotada nesta Secretaria, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, a quantia de Cr\$ 12.000,00 (DOZE MIL CRUZEIROS), a título de adiantamento para ser aplicado de acordo com a classificação orçamentária abaixo:

24101	11	07	020	2.173	3132.00	Cr\$ 6.000,00
24101	11	07	020	2.173	3120.00	Cr\$ 6.000,00

O prazo para aplicação deverá ser de 25.09 à 24.10.90 e findo o mesmo serão observados 30 (TRINTA) dias para a prestação de contas do Suprimento de Fundos ora determinado.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPA-SE  
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, em 25 de setembro de 1990.

FERNANDO TERUO YAMADA

Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

PORTARIA Nº 185 DE 25 DE Setembro DE 1990

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei nº 749 de 24.12.53, à funcionária LORENA GAMA TOBIAS, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, lotada nesta Secretaria, 15 (quinze) dias de Licença Saúde, no período de 17.09.90 à 01.10.90 conforme laudo nº 4869.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPA-SE  
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, em 25 de setembro de 1990.

FERNANDO TERUO YAMADA

Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração.

PORTARIA Nº 186 DE 27 DE Setembro DE 1990

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder aos servidores abaixo relacionados, 30 (TRINTA) dias de férias regulamentares, referente ao exercício de 1989/90.

Nome do Servidor	Cargo	Período
MARIA DE FÁTIMA F. MOURA	Dactilógrafa	01.10.89 a 30.10.90
Mª DO SOCORRO T. DA COSTA	Ag.Art.Práticas	18.10.89 a 16.11.90
SIMONE DE FÁTIMA M. FERREIRA	Aux.Técnico	01.10.89 a 30.10.90
PAULO RUBENS R. PEREIRA	Assessor	17.10.89 a 15.11.90



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE  
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, em 27 de setembro de 1990.

FERNANDO TERUO YAMADA  
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração.  
PORTARIA Nº 187 DE 28 DE Setembro DE 1990  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora ELIANA M<sup>a</sup> FERREIRA DIAS DANTAS ocupante do cargo de Técnico em Planejamento, lotada nesta Secretaria, para responder pela Divisão de Finanças, GEP-DAS 012.3, durante o impedimento da titular, no período de 10.10 à 19.10.90.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE  
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, em 28 de setembro de 1990.

FERNANDO TERUO YAMADA  
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração.

PORTARIA Nº 188 DE 28 de Setembro DE 1990  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora ADALGISA O. DE FIGUEIREDO, ocupante do cargo de Datilógrafa, lotada nesta Secretaria, para responder pela Seção de Execução e Controle Orçamentário, durante o impedimento da titular, no período de 10.10 à 19.10.90, com sua respectiva FG-3.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE  
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, em 28 de setembro de 1990.

FERNANDO TERUO YAMADA  
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração.

(Ext. nº 24.152 Reg. nº 42.777, Dia 05/10/90)

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATANTE: IPASEP  
CONTRATADO: FIRMA ABA ENGENHARIA LTDA.  
OBJETO: O IPASEP contrata os serviços profissionais da CONTRATADA, para execução de Obras de Reforma, adaptação e Acréscimo do Imóvel sede de sua Agência, sito a Rua Paes de Carvalho nº 296, no Município de Breves-PA.  
VALOR: CR\$-6.889.814,00  
PRAZO: 75 (SETENTA E CINCO) dias úteis com início a partir do reabimento da Ordem de Serviço.  
DATA DA ASSINATURA: 28.09.90  
MARIA DAS NEVES SEIXAS  
Presidente do IPASEP  
JAIME CORDEIRO  
P/CONTRATADA.

**RESUMO DE PORTARIAS**

PORTARIA Nº 1781 de 28.09.90. - Conceder a MARIA DE LOURDES FERRAZ GODINHO e JOSÉ MARCOS PEREIRA DA SILVA, 01 (uma) diária para cada um, para fazer face as despesas com alimentação nos municípios de São Miguel do Guamã e Paragominas, no dia 28.09.90, a serviço deste Instituto. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1784 de 01.10.90. - Conceder a MARIA IRACEMA NUNES DA SILVA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período de 05.06.89 a 04.06.90, a contar de 01.10.90. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1785 de 01.10.90. - Conceder a ARLDO JOSE REIS RODRIGUES, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período de 05.06.89 a 04.06.90, a contar de 01.10.90. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1786 de 01.10.90. - Conceder a JOAO BRITO BARATA 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período de 01.08.88 a 31.07.90, a contar de 01.10.90. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1788 de 01.10.90. - Conceder a ANTONIO MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES DE OLIVEIRA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período de 05.06.89 a 04.06.90, a contar de 01.10.90. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1789 de 01.10.90. - Conceder a VERA LUCIA BARROS CAVALLEIRO DE MACEDO, 30 (trinta) dias de Licença Especial, referente ao 1º quinquênio, no período de 01. a 30.10.90. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1790 de 01.10.90. - Designar RITA MARIA SANTOS OLIVEIRA, para substituir VERA LUCIA BARROS CAVALLEIRO DE MACEDO, na função gratificada de Secretária, código DAI-02.2, no período de 01. a 30.10.90. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1791 de 01.10.90. - Conceder a RAIMUNDA ROSINEIA PEREIRA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período de 05.06.89 a 04.06.90, a contar de 01.10.90. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.  
PORTARIA Nº 1793 de 01.10.90. - Tornar sem efeito a Portaria nº 1457 de 10.08.90, que concedeu a PATRICIA MARIA PINHO DA SILVA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 10.08.90.  
PORTARIA Nº 1794 de 01.10.90. - Tornar sem efeito a Portaria nº 1460 de 10.08.90, que concedeu a LUCIA DE NAZARE DA COSTA LOPES, 30 (trinta) dias de férias regulamentares. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 10.08.90.

(Ext. nº 24.153 Reg. nº 42.778, Dia 05/10/90)

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

RESUMO DE PORTARIA DO GABINETE DO SECRETÁRIO  
PORT. Nº 950 de 12.09.90 - Divulga a Quota-Parte Municipal do ICMS.

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe confere o art. 162 da Constituição Federal e no artigo 8º da Lei Complementar Federal 63, de 11 de janeiro de 1990.

**R E S O L V E :**

Informar o valor dos repasses da Quota-Parte Municipal do ICMS, relacionados em anexo.

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO  
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO PORTARIA Nº 950/90 de 12 de setembro de 1990  
Distribuição Quota-Parte dos Municípios ICMS relativo ao período de 03 à 07.09.90.

MUNICÍPIO ICMS - QPM ARRECADADO

1ª REGIÃO 17.153.073,82  
BELÉM 17.153.073,82

2ª REGIÃO 2.049.479,51  
S. MIGUEL GUAMÁ 102.885,52  
CASTANHAL 1.218.164,52  
COLARES 37.038,79  
CURUÇÁ 69.962,15  
IGARAPÉ-AÇÚ 102.885,52  
INHANGAPI 41.154,21  
M. BARATA 37.038,79  
MARACANÁ 49.385,05  
MARAPANIM 45.269,63  
STA. ISABEL PARÁ 0,00  
STA. MARIA PARÁ 61.731,31  
STO. ANTONIO TAUÁ 78.192,99  
S. CAETANO DE ODIVELAS 49.385,05  
S. FRANCISCO DO PARÁ 82.308,41  
VIGIA 74.077,57

3ª REGIÃO 1.946.593,99  
CURIONÓPOLIS 152.270,57  
PACAJÁ 53.500,47  
PARAUPEBA 94.654,68  
ITUPIRANGA 82.308,41  
JACUNDÁ 135.808,88  
MARABÁ 781.929,93  
S. JOÃO ARAGUAIA 90.539,26  
BREJO GRAND. ARAGUAIA 41.154,21  
BOM JESUS TOCANTINS 28.807,94  
TUCURUÍ 485.619,64

4ª REGIÃO 4.362.345,95  
ALÉNQUER 98.770,10  
ALMEIRIM 1.856.054,73  
AVEIRO 28.807,94  
RURÓPOLIS 37.038,79  
FARO 57.615,89  
ITAITUBA 497.965,91  
JURUTI 61.731,31  
MONTE ALEGRE 107.000,94  
ÓBIDOS 123.462,62  
ORIXIMINÁ 218.117,30  
PRAINHA 131.693,46  
SANTARÉM 1.144.086,96

5ª REGIÃO 868.353,77  
AFUÁ 90.539,26  
ANAJÁS 57.615,89  
BAGRE 49.385,05  
BREVES 201.655,61  
CHAVES 53.500,47  
CURRALINHO 49.385,05  
GURUPÁ 65.846,73  
MELGAÇO 57.615,89  
OEIRAS DO PARÁ 53.500,47  
PORTEL 144.039,72  
S. SEBASTIÃO B. VISTA 45.269,63

6ª REGIÃO 5.473.509,54  
ABAETETUBA 164.616,83  
BAIÃO 65.846,73  
BARCARENA 4.724.502,97  
CAMETÁ 185.193,93  
IGARAPÉ-MIRI 82.308,41  
LIMOEIRO DO AJURU 45.269,93  
MOCAJUBA 115.231,78  
MOJU 90.539,26

7ª REGIÃO 1.666.745,39  
CONC. ARAGUAIA 181.078,51  
REDEÇÃO 390.964,97  
RIO MARIA 127.578,04  
SANTANA ARAGUAIA 98.770,10  
STA. MARIA BARREIRAS 111.116,36  
S. FÉLIX XINGU 135.808,88  
TUCUMÁ 127.578,04  
OURILÂNDIA NORTE 135.808,88  
XINGUARA 263.386,93  
S. GERALDO ARAGUAIA 94.654,68

8ª REGIÃO 1.263.434,16  
PARAGOMINAS 847.776,67  
CAPITÃO POÇO 102.885,52  
IRITUIA 86.423,83  
MÃE DO RIO 61.731,31  
GARRAFÃO DO NORTE 49.385,05  
S. DOMINGOS CAPIM 115.231,78

9ª REGIÃO 2.765.562,72  
ANANINDEUA 2.456.906,17  
BENEVIDES 308.656,55

10ª REGIÃO 559.697,22  
ALTAMIRA 374.503,29  
MEDICILÂNDIA 32.923,37  
URUARÁ 24.692,52  
PORTO DE MOZ 61.731,31  
SEN. JOSÉ PORFÍRIO 65.846,73

11ª REGIÃO 444.465,44  
RONDON PARÁ 209.886,46  
VISEU 107.000,94  
D. ELISEU 127.578,04

12ª REGIÃO 1.395.127,62  
CAPANEMA 707.852,37  
AUGUSTO CORREA 53.500,47  
BRAGANÇA 201.655,61  
NOVA TIMBOTEUA 45.269,63  
PEIXE-BOI 37.038,79  
PRIMAVERA 28.807,94  
S. JOÃO PIRABAS 24.692,52  
SALINÓPOLIS 127.578,04  
SANTARÉM NOVO 41.154,21  
OURÉM 82.308,41  
BONITO 45.269,63

13ª REGIÃO 279.848,61  
TOMÉ-AÇÚ 0,00  
BUJARÚ 49.385,05  
CONCORDIA DO PARÁ 45.269,63  
ACARÁ 139.924,30  
TAILÂNDIA 45.269,63

14ª REGIÃO 316.887,39  
SOURE 65.846,72  
STA. CRUZ ARARI 41.154,21  
SALVATERRA 41.154,21  
CACHOEIRA DO ARARI 49.385,05  
PONTA DE PEDRAS 49.385,05  
MUANÁ 69.962,15

TOTAL 40.545.124,83

PORT. Nº 1006 de 24.09.90 - Divulga a Quota-Parte Municipal do ICMS.

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe confere o art. 162 da Constituição Federal e no artigo 8º da Lei Complementar Federal 63, de 11 de janeiro de 1990.

**R E S O L V E :**

Informar o valor dos repasses da Quota-Parte dos Municípios do ICMS.

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO  
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO PORTARIA Nº 1006 de 24 de setembro de 1990.  
Distribuição de Quota-Parte dos Municípios ICMS relativo ao período de 10.09 à 14.09.90.

MUNICÍPIO ICMS - QPM ARRECADADO

1ª REGIÃO 160.757.200,09  
BELÉM 160.757.200,09

2ª REGIÃO 19.207.554,13  
S. MIGUEL GUAMÁ 964.234,65  
CASTANHAL 11.416.538,19  
COLARES 347.124,47  
CURUÇÁ 655.679,56  
IGARAPÉ-AÇÚ 964.234,65  
INHANGAPI 385.693,86  
M. BARATA 347.124,47  
MARACANÁ 462.832,63  
MARAPANIM 424.263,24  
STA. ISABEL PARÁ 0,00  
STA. MARIA PARÁ 578.540,79  
STO. ANTONIO TAUÁ 732.818,33  
S. CAETANO DE ODIVELAS 462.832,63  
S. FRANCISCO PARÁ 771.387,72  
VIGIA 694.248,94

3ª REGIÃO 18.243.319,49  
CURIONÓPOLIS 1.427.067,27  
PACAJÁ 501.402,02  
PARAUPEBA 887.095,87  
ITUPIRANGA 771.387,72  
JACUNDÁ 1.272.789,73  
MARABÁ 7.328.183,30  
S. JOÃO ARAGUAIA 848.526,49  
BREJO GRAN ARAGUAIA 385.693,86  
BOM JESUS TOCANTINS 269.985,70  
TUCURUÍ 4.551.187,53

4ª REGIÃO 40.305.008,18  
ALÉNQUER 925.665,26  
ALMEIRIM 17.394.793,01  
AVEIRO 269.985,70  
RURÓPOLIS 347.124,47  
FARO 539.971,40  
ITAITUBA 4.666.895,68  
JURUTI 0,00  
MONTE ALEGRE 1.002.804,03  
ÓBIDOS 1.157.081,57  
ORIXIMINÁ 2.044.177,45  
PRAINHA 1.234.220,35  
SANTARÉM 10.722.289,26

5ª REGIÃO 8.138.140,41  
AFUÁ 848.526,49  
ANAJÁS 539.971,40  
BAGRE 462.832,63  
BREVES 1.889.899,91  
CHAVES 501.402,02  
CURRALINHO 462.832,63

GURUPÁ 617.110,17  
MELGAÇO 539.971,40  
OEIRAS DO PARÁ 501.402,02  
PORTEL 1.849.928,50  
S. SEBASTIÃO BOA VISTA 424.263,24

6ª REGIÃO 51.297.283,14  
ABAETETUBA 1.542.775,43  
BAIÃO 617.110,17  
BARCARENA 44.277.654,93



CAMETÁ	1.735.622,36
IGARAPÉ-MIRI	771.387,72
LIMOEIRO AJURU	424.263,24
MOCAJUBA	1.079.942,80
MOJU	848.526,49
<b>7ª REGIÃO</b>	<b>15.620.601,25</b>
CONC. ARAGUAIA	1.697.052,98
REDENÇÃO	3.664.091,65
RIO MARIA	1.195.650,96
SANTANA ARAGUAIA	925.665,26
STA. MARIA BARREIRAS	1.041.373,42
S. FELIX XINGU	1.272.789,73
TUCUMAN	1.195.650,96
OURILÂNDIA NORTE	1.272.789,73
XINGUARA	2.468.440,69
S. GERALDO ARAGUAIA	887.095,87
<b>8ª REGIÃO</b>	<b>11.840.801,45</b>
PARAGOMINAS	7.945.293,48
CAPITÃO POÇO	964.234,65
IRITUIA	809.957,10
MÃE DO RIO	578.540,79
GARRAFÃO DO NORTE	462.832,63
S. DOMINGOS CAPIM	1.079.942,80
<b>9ª REGIÃO</b>	<b>25.918.627,27</b>
ANANINDEUA	23.025.923,33
BENEVIDES	2.892.703,94
<b>10ª REGIÃO</b>	<b>5.245.436,47</b>
ALTAMIRA	3.509.814,11
MEDICILÂNDIA	308.555,09
URUARA	231.416,31
PORTO DE MOZ	578.540,79
SEN. JOSÉ PORFÍRIO	617.110,17
<b>11ª REGIÃO</b>	<b>4.165.493,67</b>
RONDON PARÁ	1.967.038,68
WISEU	1.002.804,03
D. ELISEU	1.195.650,96
<b>12ª REGIÃO</b>	<b>13.075.021,79</b>
CAPANEMA	6.633.934,36
AUGUSTO CORREA	501.402,02
BRAGANÇA	1.889.899,91
NOVA TIMBOTEUA	424.263,24
PEIXE-BOI	347.124,47
PRIMAVERA	269.985,70
S. JOÃO PIRABAS	231.416,31
SALINÓPOLIS	1.195.650,96
SANTARÉM NOVO	385.693,86
OURÉM	771.387,72
BONITO	424.263,24
<b>13ª REGIÃO</b>	<b>2.622.718,23</b>
TOMÉ-AÇU	0,00
BUJARÚ	462.832,63
CONCÓRDIA DO PARÁ	424.263,24
ACARÁ	1.311.359,12
TAILÂNDIA	424.263,24
<b>14ª REGIÃO</b>	<b>2.969.842,71</b>
SOURE	617.110,17
STA. CRUZ ARARI	385.693,86
SALVATERRA	385.693,86
CACHOEIRA DO ARARI	462.832,63
PONTA DE PEDRAS	462.832,63
MUANÁ	655.679,56
<b>TOTAL</b>	<b>379.407.048,28</b>

PORT. Nº 1020 de 27.09.90 - LOTAR no Gabinete do Secretário/ Núcleo de Apoio Psico-Social, TILA DOS SANTOS TRINDADE, Ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde, GEP-ANM-802.1.

PORT. Nº 1022 de 27.09.90 - LOTAR no DGA/DAC/SAE, RAIMUNDO NONATO CARDOSO DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Portaria, GEP-TP-1.102.2.

PORT. Nº 1023 de 27.09.90 - DISPENSAR, da função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Monte Dourado - 4ª Região Fiscal, símbolo FG-4, MARIA DA GRAÇA SAMPAIO RENTE.

PORT. Nº 1024 de 27.09.90 - DESIGNAR, WALDIR VASCONCELOS DE CARVALHO, Agente Auxiliar de Fiscalização, para exercer a função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Monte Dourado - 4ª Região fiscal, símbolo FG-4.

PORT. Nº 1025 de 27.09.90 - DESIGNAR, ROSANGELA LEAL FERREIRA, para substituir em suas faltas e impedimentos, a Diretora do Departamento de Administração Central do DGA.

PORT. Nº 1026 de 27.09.90 - DESIGNAR, MERCEDES NAS CIMENTOS RODRIGUES, para responder pela Contadoria Setorial junto a Defensoria Pública, até ulterior deliberação.

PORT. Nº 1035 de 01.10.90 - CONCEDER, a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ao seguinte veículo de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

MARCA	TIPO	PLACA
Volkswagen	Fusca	AX-7586

PORT. Nº 1037 de 01.10.90 - CONCEDER a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aos seguintes veículos de propriedade do BANCO DO ESTADO DO PARÁ.

MARCA	TIPO	PLACA
Volkswagen	Voyage	AX-7979
Chevrolet	Caminhão	BU-2955

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO  
Secretário de Estado da Fazenda  
(Ext. nº 24159, Reg. nº 42785, Dia 05/10/90)

### SECRETARIA DE ESTADO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA A MONTAGEM DAS ARQUIETECTURAS EM ESTRUTURAS METÁLICAS, NA FAÇA DA REPÚBLICA, NESTA CIDADE, FIRMAO ENIRE SEMP/ENGEEN-ENCA E COM. LIDA - a) RECURSOS: Exercício 1990 2201-SEMP, 03, 07, 08, 1054-Contrução, Implantação e Recuperação de Predios Públicos; 4110-Obra e Instalações; b) VALOR: Cr\$ 425.000,00; c) PRAZO: 20 dias; d) ASSINATURAS: Engº ISMAR FERREIRA DA SILVA, pela Contratante e Engº CÂNDIDO GARCIA GIMES, pela Contratada.

(Ext. nº 24158, Reg. nº 42784, Dia 05/10/90)

### SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

#### RESUMO DE PORTARIAS/ OUTUBRO/90

##### ADMISSÃO:

Port. 3766/02.10.90 -Admitir, RAIMUNDA NONATA MARI NHO GASPAR, para a função atividade de Auxiliar de Saúde, lotada na SESPA UBS II/Maguari, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90, com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3756/02.10.90 -Admitir, MARIA DA GRAÇA DE MEDEIROS MARTINS, para a função atividade de Técnico de Laboratório, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3762/02.10.90 -Admitir, ADIMA MARIA CHAGAS DA SILVA, para função atividade de Técnica de Laboratório, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3761/02.10.90 -Admitir, DALMIRA FERREIRA FONSECA, para a função atividade de Técnico de Laboratório, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90, com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3760/02.10.90 -Admitir, RUBENS DA SILVA GARCIA, para função atividade de Técnico de Laboratório, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3759/02.10.90 -Admitir, ANA RITA BORGES DA SILVA, para função atividade de Técnico de Laboratório, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90, com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3758/02.10.90 -Admitir, NIVALDO DA COSTA MAURÉS, para função atividade de Técnico de Laboratório, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3757/02.10.90 -Admitir, LUCIA CARLA DE VASCONCELOS MENDONÇA, para função atividade de Técnica de Laboratório, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3755/02.10.90 -Admitir, REGINA CÉLIA MATOS OLIVEIRA, para função atividade de Datilógrafo, lotado na SESPA, Unidade de Referência Laboratorial, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 30 hs de serviços semanais.

Port. 3754/02.10.90 -Admitir, MARIA LUCIA VALE FEITOSA, para função atividade de Assistente Social, lotado na SESPA UBS IV/Maracanã, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3753/02.10.90 -Admitir, MARIA BETANIA SENA GONÇALVES, para função atividade de Auxiliar de Saúde, lotado na SESPA UBS II/Júlia Seffer, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3751/02.10.90 -Admitir, LUIZ GUILHERME ALVES DA COSTA, para função atividade de Agente de Portaria, lotado na SESPA UBS II/Acará, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3750/02.10.90 -Admitir, VERA ALICE NOGUEIRA DA SILVA, para função atividade de Auxiliar de Saúde, lotado na SESPA UBS II/Guanabara, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90, com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3748/02.10.90 -Admitir, IVALDO MORAES SOUZA, para função atividade de Médico, lotado na SESPA, 9º Centro Regional de Saúde, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de

16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3746/02.10.90 -Admitir, LILIAN DA SILVA BARBOSA, para função atividade de Enfermeira, lotado na SESPA UBS II/Guanabara, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3694/01.10.90 -Admitir, VERA LUCIA DE AZEVEDO LIMA, para função atividade de Enfermeira, lotado na SESPA UBS II/Maguari, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3726/01.10.90 -Admitir, MARCIA HELENA CASANOVA PEREIRA VELOSO, para função atividade de Médica, lotado na SESPA UBS IV/Ourilândia do Norte, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

#### PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE CUMPRE-SE

DIVISÃO DE CONTROLE DE CARGOS E SALÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 02.10.90.

ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA

Diretora da DCCS

#### RESUMO DE PORTARIAS/OUTUBRO/90

##### MANDAR SERVIR:

Port. 3731/01.10.90 -Mandar servir, a partir de 02/10/90, na Fundação SESP/Oriximiná, JOÃO BARRETO DE SOUSA FILHO, Médico lotado no 9º Centro Regional de Saúde, com ônus para a SESPA e 40 hs de serviços semanais.

##### ADMISSÃO:

Port. 3729/01.10.90 -Admitir, JOÃO BARRETO DE SOUSA FILHO, para a função atividade de Médico, lotado na SESPA UBS IV/ Moju, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

Port. 3336/20.09.90 -Admitir, ELIZABETH MARIA DA SILVA CORDEIRO, para função atividade de Enfermeira, lotado na SESPA UBS IV/Vizeu, na qualidade de Servidor Temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16/09/87, no período de 24 meses a contar de 02/07/90 com 40 hs de serviços semanais.

##### DESIGNAR:

Port. 3338/20.09.90 -Designar, ELIZABETH MARIA DA SILVA CORDEIRO, Enfermeira, para exercer a função Gratificada de Chefe FG- 3 UBS IV/Vizeu, a partir de 20/09/90.

#### PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE CUMPRE-SE

DIVISÃO DE CONTROLE DE CARGOS E SALÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 04.10.90.

ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA

Diretora da DCCS

#### RESUMO DE PORTARIAS/OUTUBRO/90

##### Mandar Servir:

Port. 3749/02.10.90, Mandar Servir, a partir de 02/10/90, na Prefeitura Municipal de Alenquer, IVALDO MORAES SOUZA, Médico lotado no 9º Centro Regional de Saúde, com ônus para SESPA e 40 hs de serviços Semanais.

#### PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE CUMPRE-SE

DIVISÃO DE CONTROLE DE CARGOS E SALÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 02.10.90

ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA

Diretora da DCCS.

#### E R R A T A

RETIFICAMOS, na Publicação do Diário Oficial nº 26.817/01.10.90, a vigência da Portaria nº 3485/26.09.90, da servidora LINDANOR CELINA FREITAS BORGES:

##### ONDE LÊ-SE:

a partir de 26.09.90

##### LEIA-SE:

a partir de 31.08.90

#### PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

DIVISÃO DE CONTROLE DE CARGOS E SALÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 04.10.90

ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA

Diretora da DCCS.

(Ext. nº 24157, Reg. nº 42783, Dia 05/10/90)



## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

Extrato do Contrato AJ-103/90. Partes: SETRAN/MANOEL JOSÉ DE MACÊDO NETO-CCR. Proc.: 3974/90. Convide 198/90. Demolição e Construção de 2 pontes de madeira sobre o rio Iguaçu, no Km 8,3, com 12,8 x 4,20 x 4,15m e do Km 22 com 16,0 x 4,20m, na Rodovia PA-419, Condição de Arquivo-Golias da Floresta - 8ª ORI. Prazo: 90 dias. Valor: Cr\$ 3.818.038,40. Datação: 29/10/1988. 5371171-4110.00-046. NOE: 004134/90-SE. Em 27.09.90, a) ADM. LUIZ O. O. CAMPOS/SETRAN e Sr. MANOEL J. M. NETO - EMPREITEIRA.

(T. nº 14.360 Reg. nº 42.779, Dia 05/10/90)

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL.

## TRANSFERÊNCIA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 047/90 - CPL.

A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN, a través da Comissão Permanente de Licitação, torna público que por motivos Administrativos, a abertura da Concorrência Pública nº 047/90 - CPL, fica transferida do dia 11.10.90 para 30.10.90 às 10:00 horas, no mesmo local. Belém-Pa., 05 de outubro de 1990. A COMISSÃO.

(Ext. nº 24156, Reg. nº 42.782, Dia 05/10/90)

Extrato do Contrato AJ-0112/90. Partes: SETRAN/CONCESSÃO LTDA. Proc.: 3850/90. Convide 202/90. Assentamento com fornecimento de 1 Bueiro Amco revestido em Ego xy Bomed com 15m x 3,5 m de. e Preparo de Base em Reaterro na PA-150 Km 10 GO Sub-trecho Rio Maria-Xinguará. Prazo: 90 dias. Valor: Cr\$ 3.820.000,00. Datação: 29/10/1988. 5371171-4110.00-046. NOE: 004163/90-SE em 27.09.90, a) ADM. LUIZ O. O. CAMPOS/SETRAN e Sr. WALDIR MARIA ALBUQUERQUE - SÓCIO DA EMPREITEIRA.

(Ext. nº 24.161, Reg. nº 42.787, Dia 05/10/90)

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/90

PARTES: COSANPA X COFERMETA LTDA. OBJETO: Fornecimento de luvas, cotovelos, buchas e nípios diversos destinados a Belém. VALOR: 674.898,00; VIGÊNCIA: 10 dias. F. LEGAL: Ref. TOMADA DE PREÇOS Nº 11/90; F. RECURSO: Próprios/Apoio Financeiro do Governo do Estado.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/90

PARTES: COSANPA X FERRAMAQ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Fornecimento de 276m de tubos de Fº Gº, sem costura schedule 40, ASTM A-53 rosca BSP, conforme edital. VALOR: Cr\$ 1.137.120,00. VIGÊNCIA: 10 dias. F. LEGAL: Ref. TOMADA DE PREÇOS Nº 11/90 - COSANPA. FONTE DE RECURSO: Próprios/Apoio do Governo do Estado.

Belém, 04 de outubro de 1990  
AURÉLIO SOUZA  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

(Ext. nº 24155, Reg. nº 42.781, Dia 05/10/90)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE CIVIL GESSY'S COURSE LTDA. - GESSYLLA CORRÊA BRANDÃO, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada em Belém (Pa), a Alameda Anésia Meira, nº 47, portadora da Cédula de Identidade nº 67903 SEQU-Pa., e do CIOCAF nº 128.600.402-97; PAULO CORRÊA BRANDÃO, brasileiro, casado, estudante, residente e domiciliado em Belém (Pa), a Alameda Anésia Meira, nº 47, portador da Cédula de Identidade nº 168558 SEQU-Pa., e do CIOCAF nº 173.975.022-53; SILVIA HELENA DE BARROS CARVALHO, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada em Belém (Pa), portadora da Cédula de Identidade nº 94366 SEQU-Pa., e do CIOCAF nº 155.294.352-34. - Os acima já identificados, únicos sócios da Sociedade Civil GESSY'S COURSE LTDA., resolvem na melhor forma de direito, proceder a alteração Contratual desta Sociedade, modificando a sua cláusula terceira - "Do Capital", bem como consolidando todas as demais cláusulas contratuais que não foram expressamente alteradas, pelo que, a sua cláusula terceira passará a redigir-se com a seguinte condição: - Cláusula Terceira - Do Capital - Fica por este instrumento, aumentado o Capital Social da referida sociedade, de R\$ 4.670,00 (QUATRO MIL SEISCENTOS E SESENTA CRUZEIROS), para Cr\$ 630.670,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL SEISCENTOS E SETENTA CRUZEIROS), proveniente dos recursos abaixo discriminados:

1 - Cr\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL CRUZEIROS) proveniente de parte do Saldo contábil da conta "Correção do Capital" existente; 2 - Cr\$ 276.000,00 (DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL CRUZEIROS), proveniente de parte do saldo contábil da conta Reserva de Capital" existente; 3 - Cr\$ 332.000,00 (TREZENTOS E TRINTA E DOIS MIL CRUZEIROS), proveniente de parte do saldo contábil da conta "Resultado do Exercício" existente.

Com o ajuste dos recursos e a participação de cada sócio no Capital Social, fica assim distribuído o novo quadro de Capital:

QUOTISTA	% CAP.	Nº COTAS	VL. UNIT.	VL. EM Cr\$
GESSYLLA CORRÊA BRANDÃO	60%	378.402	1,00	Cr\$ 378.402,00
PAULO CORRÊA BRANDÃO	30%	189.201	1,00	Cr\$ 189.201,00
SILVIA HELENA DE BARROS CARVALHO	10%	63.067	1,00	Cr\$ 63.067,00
TOTAIS	100%	630.670	-	Cr\$ 630.670,00

§ Único - É limitado a responsabilidade dos sócios de acordo com a Legislação vigente, no limite da importância do Capital Social.

E assim por estarem justo e contratado assinam a presente em cinco vias de igual teor e forma para o mesmo fim jurídico e na presença de duas testemunhas presentes ao ato.

Belém (Pa), 25 de setembro de 1990.

GESSYLLA CORRÊA BRANDÃO  
SILVIA HELENA DE BARROS CARVALHO  
PAULO CORRÊA BRANDÃO

(Ext. nº 24.163, Reg. nº 42.789, Dia 05/10/90)

## EDITAIS JUDICIAIS

JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - COMARCA DA CAPITAL - EDITAL (Prazo de 20 dias) - CITAÇÃO DE MARIA LÚCIA DE CASTRO BELTRÃO - O DOUTOR PAULO SÉRGIO FROTA E SILVA, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO DA COMARCA DE BELÉM, CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC. - FAZ SABER que pelo presente EDITAL com o prazo de 20 dias, fica citada a senhora MARIA LÚCIA DE CASTRO BELTRÃO, brasileira, casada, pedagoga, residente em lugar incerto e não sabido, para que dentro do prazo que a lei lhe faculta responda aos termos da AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO que lhe move EVILÁSIO PAMPLONA BELTRÃO FILHO, brasileiro, funcionário público Municipal, residente e domiciliado nesta capital, sob pena de revelia, com fundamento no art. 226 parágrafo 8º da Nova Constituição Brasileira e combinado com o art. 40 da Lei 6.515/77, podendo contestar querendo, dentro do prazo estabelecido na lei. - A falta de contestação se presumirá aceita como verdadeira os fatos narrados na inicial do feito que se processa perante o Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e expediente do Cartório do 2º Ofício do Cível e Comércio da Comarca de Belém Capital do Estado do Pará, localizados no Palácio da Justiça, 3º andar, à Praça Felipe Patroni, nesta cidade. Válida a citação para todos os termos do processo até final. - E para que não se alegue ignorância é o presente EDITAL publicado na forma da lei e anexado no lugar de costume na sede deste Juízo. - Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos dois dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e noventa (02/10/1990). - Eu Marlene Figueiredo Santos Escrivão Jureamentada da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, datilografei e subscrevi. DR. PAULO SÉRGIO FROTA E SILVA - Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Pará.

JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ANANINDEUA - PARÁ.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO DESPACHO, DEFERINDO O PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA, NA FORMA DO QUE ABAIXO SE DECLARA.

## CONCORDATA PREVENTIVA DE: INDÚSTRIA TREVO DO PARÁ S/A.

A DOUTORA MARIA DE NAZARÉ SAVEDRA GUIMARÃES, MM; JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ANANINDEUA - PARÁ.

FAZ SABER: aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, e a quem possa interessar que INDÚSTRIA TREVO DO PARÁ S/A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Estrada do 40 Horas, Km 04, requereu neste Juízo, uma Concordata Preventiva, propondo pagar a seus credores, 100% dos seus créditos, sendo 2/5 no primeiro ano e 3/5 no segundo ano. Havendo a proponente satisfeito todos os seus requisitos legais e não havendo qualquer impedimento que a impeça de propor a presente Concordata Preventiva, foi o seu pedido deferido para que se processe a presente concordata, nos termos da Lei. Para Comissário foi nomeado a empresa Laminorte S/A., o qual foi intimado para prestar o compromisso legal. Foi marcado o prazo de vinte (20) dias, para que todos os credores habilitem seus créditos, instruídos com os documentos que os comprovem ou justifiquem, na forma da lei. Ficam suspensas todas as ações e execuções contra a proponente Indústria Trevo do Pará S/A., por todos os créditos sujeitos aos efeitos da Concordata, tudo de acordo e na forma do despacho, cujo teor é o seguinte: Vistos, etc. INDÚSTRIA TREVO DO PARÁ S/A., pessoa jurídica de direito privado, portadora do CGC/MF nº 04 335 519/0001-81, com sede à Estrada do 40 Horas, Km 04 - Ananindeua-PA., empresa cujo ramo concentra-se em industrialização e comercialização de placas aglomeradas e prensadas de madeira, revestidas ou não com material plástico, requereu com fundamento no art. 156 do Decreto-Lei nº 7.661/45 a concessão de CONCORDATA PREVENTIVA apresentando relato de seu estado econômico e as razões determinantes de impossibilidade de pagar normalmente seus credores. Propõe a suplicante nos termos do art. 156 § 1º, inciso II da referida Lei o pagamento de 100% dos créditos quirografários, sendo 40% até o fim do primeiro ano e o restante que corresponde a 60%, em 24 meses. No pedido a firma concordatária demonstra a ausência dos impedimentos previstos no art. 140, a existência das condições discriminadas no art. 158 e instrui seu petitório com os documentos exigidos no art. 159 parágrafo único, além de que exhibe prova negativa de executivo fiscal proposto pela FAZENDA PÚBLICA cumprindo desta forma o que estabelece o art. 3º do parágrafo único do Decreto-Lei nº 858, de 11 de setembro de 1969. Estando em termos o pedido, eis que a inicial vem devidamente instruída, satisfazendo os requisitos da Lei e inexistindo impedimento de qualquer natureza DETERMINO O PROCESSAMENTO DO REQUERIMENTO DE CONCORDATA PREVENTIVA DE INDÚSTRIA TREVO DO PARÁ S/A., ordenando: -1 Expeça-se Edital, com observância do disposto no art. 161, § 1º I, da Lei de Falências, com a redação dada pela Lei nº 7.274, de 10.12.84, o qual deverá ser publicado duas (2) vezes no Diário Oficial do Estado e afixado na Sede do Juízo. -2 Declare suspensas as ações e execuções contra a devedora por dívidas sujeitas aos efeitos de Concordata, ressalvando o disposto no art. 161, § 2º da Lei de Falências. -3 Marco o prazo de vinte (20) dias para os credores sujeitos aos efeitos de Concordata que não constarem por qualquer motivo na relação fornecida a apresentarem as declarações e documentos justificativos de seus débitos. -4 Nomeie a LAMINORTE INDÚSTRIA COMÉRCIO DE LÂMINAS S/A., com sede no Distrito Industrial - Lote 9 - Quadra 3 - Ananindeua-PA., para o cargo de Comissário de conformidade com o que estatui o artigo 161, parágrafo primeiro, IV, combinado com o artigo 60, parágrafos 1º e 2º da Lei de Falências, devendo ser intimada para indicar seu representante legal e compromissar-se na forma da lei. Ananindeua, 02 de outubro de 1990. (a) Dra. MARIA DE NAZARÉ SAVEDRA GUIMARÃES - Juíza de Direito da 2ª. Vara do Cível e Comércio, Provedoria, Resíduos e Fundações, Falências e Concordatas. Os motivos e razões do pedido são os constantes da petição inicial. PASSIVO SUJEITO AOS EFEITOS DA CONCORDATA. RELAÇÃO DE FORNECEDORES NA COMARCA DE ANANINDEUA- LAMINORTE Ind. Com. de Lâminas S/A, Distrito Industrial, Lote 9, quadra 3, setor 1, valor Cr\$ 5.779.317,48 -MADEPARÁ Ind., Com. e Export. Madeiras Ltda, Distrito Industrial, lote 9, quadra 3, setor 1, valor Cr\$ 5.165.605,80; IQO MAP Ind. Com. de Madeiras Paraense Ltda, Núcleo Icuí Guajará, lote 66, valor Cr\$ 3.492.418,00; RIHOMAR Com. e Serv. Ltda., Rod. Augusto Montenegro, Km 07, Av. Astronauta Cooper, 58/60, Cr\$ 2.187.911,98; DIOGO MONTEIRO MENDES, Trav. WE 55, 1422, Conj. Guajará 1, Coqueiro, valor Cr\$ 600.000,00; RECAGEM LIDER LTDA, Rod. BR 316, Km 07, valor Cr\$ 333.916,78; MESBLA Movimentação de Carga Ltda, Rod. BR 316, Km 06, valor Cr\$ 322.062,40; M. C. Lopes Carvalho, Rod. do Coqueiro, 2368, valor Cr\$ 310.525,06; F. D. Ribeiro, Rua Osens Silva, 316, BR-316, Valor Cr\$ 237.600,00; POLIPLAST S/A-Plásticos da Amazônia, Rod. Pedro Teixeira, Km 2,8-BR-316, Valor Cr\$ 181.235,00; COMÉRCIO de Combustíveis do Pará Ltda, Estrada do Maguary, 1379, valor Cr\$ 114.000,00; AGANOR Gases e Equipamentos S/A, Estrada do Coqueiro, 37, valor Cr\$ 100.954,40; MARCOS MARCELINO & Cia. Ltda., Rod. BR 316, Km 05, valor Cr\$ 52.205,87; SEVERAUTO-Seve ro Automóveis Ltda, Rod. BR 316, Km 04, valor Cr\$ 35.995,57; ARRIFANO & Cia. Ltda, Rod. dos Coqueiros, Km 03, nº 2192, valor Cr\$ 27.930,00; COMERCIAL Gerdau Ltda., Rod. BR 316, Km 04 valor Cr\$ 17.606,50; MACE Madeiras Ltda., Pass. Nazaré, s/nº, valor Cr\$ 113.653,00. RELAÇÃO DE FORNECEDORES EM OUTRAS COMARCAS - INDETEX Produtos Químicos Ltda, Estrada Municipal, 660, valor Cr\$ 8.972.878,60; J.S. Ind., Com. e Exportação de Madeira Ltda., Distrito Agro Industrial de Ananindeua, s/nº, Quadra 05, Módulos 03, 04, 05 - DAI, valor Cr\$ 4.506.924,92; G.D. Mato Grosso S/A, Rua, Glicerio, s/nº Ind., valor Cr\$ 2.561.926,80; ALEMA Amazônia S/A - Ind. Químicas, Rod. Arthur Barbares, Km 05, valor Cr\$ 2.368.486,80; CONVEL Ind. Químicas Ltda., Av. Pedro Alves Cabral, 1903, valor Cr\$ 1.437.152,80; EQUITEL S/A-Equip. e Sist. de Telecomunicações, Rua Cláudio Chatagnier, 112, setor B, valor Cr\$ 1.203.714,01; FORMILINE S/A, Rua Dr. Moyses Kahan, 134, valor Cr\$ 752.000,00; LAMINADOS Suprema Ltda,

Rua Tupinapés, s/nº, valor Cr\$ 720.000,00; LAMIPAR - Laminado ra do Pará Ind. Com. Ltda., Rod. BR 222, Km 50, valor Cr\$ 617.412,00; TRÊS Rios Com. Ind. e Export. de Madeiras Ltda, Distrito Industrial de Icoaraci, s. B. O. 5, valor Cr\$ 577.472,70; PRÓ-SAÚDE-Prot. e Assist. Méd. à Saúde S/C Ltda., Av. Gov José Malcher, 1099, valor Cr\$ 505.294,45; CREMER S/A-Prod. Texteis e Cirurgicos, Rua Rodolfo Roedel, 1258, valor Cr\$ 486.522,31; AUTOTRAVI Borrachas e Plásticos Ltda, Rua Tancredo Feijó, 140, valor Cr\$ 477.389,00; FÁBRICA DE SERRAS Saturnino S/A, Av. Ten. Amaro Feleicíssimo da Silveira, 1509, valor Cr\$ 445.853,60; GORKI Comercial Norte Ltda, Av. Alcindo Cacela, 4217, Loja A, valor Cr\$ 410.490,00; ZAVAGLI Transportes Ltda, Rua São Tito, 1236, valor Cr\$ 409.572,00; VULCATEC Comércio e Serviços Ltda., Av. Senador Lemos, 1112, valor Cr\$ 382.812,00; INDÚSTRIA Química Mentox Ltda, Trav. Enéas Pinheiro, 1639, valor Cr\$ 346.359,55; TANAC S/A - Indústria de Tanino, Rua Torbjorn Weibull, 199, valor Cr\$ 345.333,33; OCRIM S/A Produtos Alimentícios, Av. Marechal Hermes, s/nº, valor Cr\$ 336.759,04; BRASIL SEGUROS, Rua Senador Mancel Barata, 1436, valor Cr\$ 138.889,50; CIA. Seguradora Aliança da Bahia, Rua San to Antonio, 604, s/316, valor Cr\$ 26.619,59; INTERBRÁS Turismo Ltda, Rua Joaquim Nabuco, 79, valor Cr\$ 181.139,00; HOMANN Facas Industriais Ltda., Rua Frei Durão, 153, valor Cr\$ 305.856,00; COLATEX Ind. e Com. de Adesivos Ltda, Rua Silveira Lobo, 43, valor Cr\$ 300.000,00; SERRAALGODÃO Com. e Ind. Ltda., Av. Nazaré, 1968, valor Cr\$ 269.010,00; CORTOSAN Importadora e Comércio Ltda, Rua Gomes de Carvalho, 1467, valor Cr\$ 264.040,00; NORTON S/A Ind. e Comércio, Rua João Zacarias, 119, valor Cr\$ 258.713,66; A PHILLILÂNDIA LTDA, Av. Senador Lemos, 337, valor Cr\$ 225.000,00; POSTO Paraense Ltda, Av. Boulevard Dr. Freitas, 1122, valor Cr\$ 220.479,50; MISSÕES MÁQUINAS E Motores Ltda., Av. Visconde de Guarapuava, 1859, valor Cr\$ 219.999,78; H.C. Pneus Ltda, Av. Magalhães Barata, 551, São Brás valor Cr\$ 187.280,00; IMPORTADORA Oplima Ltda, Rua da Municipalidade, 1157/1173, valor Cr\$ 185.559,16; 3M do Brasil Ltda. Rod. Anhanguera, Km 110, valor Cr\$ 179.401,74; TINTAS Coral do Nordeste S/A, BR 232, Km 12, valor Cr\$ 161.700,00; GUATAPA RÁ Motores e Veículos Ltda, Rua São Boaventura, 129, valor Cr\$ 161.213,60; FARMÁCIA Vale Ltda, Pça. São Cristovão, 19, Cr\$ 165.364,98; S.A.S. Transportes Rod. Ltda., Rua Indalécio Xavier de Castro, 300, S. Vito, valor Cr\$ 144.154,56; BRASAÇO Brasileira de Aço Ltda, Rua João Caetano, 276, Valor Cr\$ 143.368,05; FRANCISCO José Barbosa & Cia. Ltda., Av. Boulevard Castilhos França, 294, valor Cr\$ 125.424,00; RHODIA S/A, Av. Henri Sannejuand, 6, valor Cr\$ 123.357,98; IND. de Artefatos de Borracha Wolf Ltda., Rua Henrique Piazzera, 194, valor Cr\$ 120.960,00; Comercial Elétrica D.W. Ltda, Av. Silva Jardim, 513, valor Cr\$ 111.920,00; NORPLAST Plásticos do Norte S/A, Av. Dr. Freitas, 536, valor Cr\$ 110.000,00; M. Cardosos, Com. e Ind., Ltda., Trav. Marques de Pombal, 118, valor Cr\$ 109.000,00; RO-LAMENTOS da Amazônia Ltda, Pass. das Flores, 300, valor Cr\$ 106.100,00; EDITORA LTN Ltda, Rua Martins Fontes, 230, valor Cr\$ 104.294,13; HOECHST DO Brasil Química e Farmacêutica S/A., Av. Jorge Bel Maluf, 2073, valor Cr\$ 103.935,00; ICO Comercial S/A Ferramentas e Equipamentos, Rua João Bettge, 4280, valor Cr\$ 100.905,60; ELETROLUZ Material Elétrico, Trav. Lomas Valentinas, 2100, valor Cr\$ 97.203,23; OMECO Ind. e Com. de Máquinas Ltda., Rua Engº Heitor Soares Gomes, 748, valor Cr\$ 95.234,40; IM Representações e Comércio Ltda, Rua Municipalidade, 72 valor Cr\$ 87.072,00; KOMPATSCHER E Cia. Ltda, Rua Mal. Floriano Peixoto, 2910, valor Cr\$ 82.394,00; IRMÃOS Teixeira Ltda, Av. Senador Lemos, 1541, valor Cr\$ 80.091,66; AMAZON Modal Transportes Intermodal S/A, Rua Humberto de Campos, 271/455, valor Cr\$ 72.248,49; ELETROGERAL Ltda., Rua Siqueira Mendes, 325, Belém, valor Cr\$ 70.269,00; CIBRASA - Ind. e Com. de Adesivos Ltda., Av. das Américas, 1039, valor Cr\$ 67.200,00; AR TEC Refrigeração, Rua dos Mundurucus, 3267, valor Cr\$ 67.000,00; SUPER MERCADO Leão Ltda, Av. Cipriano Santos, 446, valor Cr\$ 66.594,80; ROSETRAM Transportes Ltda, Rua Santa Clara, 117, Conj. B, valor Cr\$ 66.560,43; CASA das Gaxetas Ind. e Com. Ltda, Rua Omar Raymundo Pichet, 1300, valor Cr\$ 66.500,00; INDÚSTRIA e Comércio de Confeccões Sanjo Ltda., Trav. Humaitá, 2556, valor Cr\$ 61.480,00; TRANSBRASIL S/A Linhas Aéreas, Aeroporto Internacional de Brasília, valor Cr\$ 59.475,00; INDIUMEC Ind. Mecânica Ltda, Rua Raulo Serzedello, 58, valor Cr\$ 57.638,70; CONTE e Cunha Ind. e Com. Ltda., Rua Cons. João Alfredo, 10, valor Cr\$ 56.065,00; CONTRABEL Comercial de Tratores, Belém Ltda Trav. Vileta, 2440, valor Cr\$ 54.000,00; CONEXVAL ACESSÓRIOS Ltda., Rua Botelho Benjamin, 115, loja 5, valor Cr\$ 52.655,00; NUNES Cunha Ferragens Ltda, Trav. São Pedro, 233, valor Cr\$ 48.358,00; FEZER S/A Ind. Mecânica, Estrada Rio Bugre, Km 1, Caca dor, valor Cr\$ 47.594,80; GRAFICART Editora Ltda, Rua Iapó, 100 Curitiba, valor Cr\$ 44.850,00; SISPRO Sistema de Processamento de Dados Ltda., Rua Muck, 30, Canoas, valor Cr\$ 43.130,00; POS TO Invencível Ltda, Av. Almirante Barroso, 1957, Belém, valor Cr\$ 42.912,03; WILSON Sons S/A, Trav. São Pedro, 566, sala 801 Belém, valor Cr\$ 42.827,00; ITD Transporte Ltda, Rua Humberto Campos, 271/455, Osasco, valor Cr\$ 40.237,23; SENSE Eletrônica Telefonia e Teleprocessamento Ltda, Av. Sinhá Moreira, s/nº Stª Rita do Sapucaí, valor Cr\$ 37.125,33; A.J. SOUZA Pamplona, Tv. Padre Eutíquio, 2989, Belém, valor Cr\$ 35.000,00; PAPELARIA DINIZ Ltda., Av. 16 de novembro, 141, Belém, valor Cr\$ 34.105,00; GLÓRIA Representações Ltda., Rua Angelo Custódio, 505, Belém valor Cr\$ 34.000,00; A.P. Maciel-Fábrica de Vassouras Paraense Pass. Sururine, 457, Belém, valor Cr\$ 31.500,00; INDÚSTRIA Gráfica Cromos, Rua Gaspar Viana, 201, Belém, Cr\$ 30.700,00; QUIMI NASA - Química Nacional Quiminas S/A., Estrada Municipal de Bonsucesso, 1725, São Paulo, valor Cr\$ 28.832,00; DUARTE Fonseca & Cia Ltda, Rua dos Timbiras, 161, Belém, valor Cr\$ 28.440,00; JET Lube do Brasil Compostos Industriais Ltda, Rua Almoré 1630, São Paulo, valor Cr\$ 27.284,40; SPR Hidráulica Ltda, Av. Pedro Álvares Cabral, Pass. Góstaõ, 296-A-Belém, valor Cr\$ 25.991,52; PAPELARIA e Divisão Gráfica Ltda, Trav. Vileta, 2440 Belém, Loja B, valor Cr\$ 25.250,00; VOGA Comércio e Representações de Correias, Mangueiras e Rol. Ltda., Av. Winston Churchill, 495, Capão Raso, valor Cr\$ 25.154,00; MOTO Serras Oliveira Ltda, Praça São Cristovão, 80, Belém, valor Cr\$ 25.143,05; LOJICOLOR Tintas Ltda, Rua Mal. Floriano Peixoto, 3100, Cu



ritiba, valor Cr\$ 24.588,00; FERRAC Ferramentas e Máquinas Ltda., Pça. Celso Miranda, 50, Paragominas, valor Cr\$ 24.223,88; MACROTECNICA Com. e Representações Ltda., Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 616, Belém, valor Cr\$ 24.156,72; EMPRESA Brasileira de Telecomunicações Ltda., Trav. Rui Barbosa, 931, Belém, valor Cr\$ 23.725,00; SOTREQ S/A de Tratores e Equipamentos, Av. Alente. Barroso, 3864, Belém, valor Cr\$ 21.914,27; CAPEL Acessórios e Peças de Empilhagem Ltda., Av. Tiradentes, 1374/76, Ponte Pequena, valor Cr\$ 19.400,00; UTP Brasileira de Soldas Ltda., Rua Prof. Guilherme Belfort Sabino, 1524, São Paulo, valor Cr\$ 18.381,00; ALIANÇA Transporte Ltda., Pça. Gal. Magalhães, 290, Belém, Cr\$ 17.990,23; CIFEMA Comércio e Ind. de Ferramentas e Madeiras, Av. Alente. Barroso, 161/165, Belém, Cr\$ 16.750,00; TOTAL NA COMARCA DE ANANINDEUA-CR\$ 19.072.937,82; TOTAL EM OUTRAS COMARCAS-valor Cr\$ 34.867.314,90. CONTRATOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SUJEITOS AOS EFEITOS DA CONCORDATA - BANCO BAMEIRINDUS S/A, valor aproximado Cr\$ 10.000.000,00; BANCO BAMEIRINDUS S/A, valor aproximado Cr\$ 3.000.000,00; BANPARÁ S/A, valor aproximado Cr\$ 4.000.000,00; BANPARÁ S/A, valor aproximado Cr\$ 3.500.000,00; BANPARÁ S/A, valor aproximado Cr\$ 5.000.000,00; BANORTE S/A, valor aproximado, Cr\$ 5.100.000,00; BANCO DA AMAZÔNIA S/A, valor aproximado Cr\$ 14.000.000,00; BANCO ITAÚ S/A, valor aproximado Cr\$ 2.000.000,00; BANCO ITAÚ S/A, valor aproximado Cr\$ 8.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A, valor aproximado Cr\$ 8.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A, valor aproximado Cr\$ 6.836.010,91; BANCO CREFISUL DE INVESTIMENTOS S/A, valor aproximado Cr\$ 9.521.766,16; BANCO CREFISUL DE INVESTIMENTOS S/A, valor aproximado Cr\$ 6.108.945,93; BANCO NOROCHEN S/A, valor aproximado Cr\$ 8.744.913,35; BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, valor aproximado Cr\$ 3.752.218,07; TOTAL DOS CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS - valor Cr\$ 97.563.854,42. CONTRATOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO SUJEITOS AOS EFEITOS DA CONCORDATA - BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S/A, valor aproximado Cr\$ 5.150.970,80; BANCO CREDIBANCO S/A, valor aproximado Cr\$ 87.406.785,09; BANCO ECONÔMICO DE INVESTIMENTOS S/A, valor aproximado Cr\$ 30.257.570,13; BANCO FINANCEIRO E INDUSTRIAL DE INVESTIMENTOS S/A, valor aproximado Cr\$ 805.145,47; BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, valor aproximado Cr\$ 14.111.390,37; BANCO FINANCIERO E INDUSTRIAL DE INVESTIMENTOS S/A, valor aproximado Cr\$ 3.804.441,85; BANCO DA AMAZÔNIA S/A, valor aproximado Cr\$ 15.000,00; TOTAL DOS CONTRATOS BANCÁRIOS NÃO SUJEITOS valor Cr\$ 156.536.303,71.....

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital e outros de igual teor que deverão ser publicados e afixados na forma da Lei. Dado e Passado nesta cidade Ananindeua, Estado do Pará, aos dois dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa. Eu, *[assinatura]* Escrivã

o fiz datilografar e o subscrevi.

*[assinatura]*  
MARIA DE NAZARE SAVEDRA GUIMARAES  
JUÍZA DE DIREITO

(Ext. nº 24160, Reg. nº 42786, Dia 05/10/90)

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

##### RESOLUÇÃO Nº 715/90

**EMENTA:** Altera disposições das Resoluções nºs 675 e 690/90 sobre as Juntas Eleitorais para as eleições de 1990.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições:

##### RESOLVE:

- 1ª - Dissolver a 8ª Junta Eleitoral sediada em Bragança II/02 (32ª Zona), que teria o encargo de apurar a votação colhida no Município de Augusto Corrêa.
- 2ª - Atribuir às 36ª e 37ª Juntas Eleitorais sediadas em Bragança "A" e Bragança "B" respectivamente, a apuração das urnas de Augusto Corrêa, cabendo a cada uma o correspondente a metade das Seções.
- 3ª - Dispensar a Juíza Carmencin Marques Cavalcante da função de Presidente da 17ª Junta Eleitoral da 30ª Zona (Belém).
- 4ª - Designar a Dra. Marinês Catarina Cruz Arzoo para presidir a 17ª Junta Eleitoral, em substituição à Dra. Carmencin Marques Cavalcante.
- 5ª - Retificar teor do Art. 2º da Resolução nº 690, republicada em 28.09.90, que passa a ser o seguinte:  
Art. 2º TRANSFERIR a localização da 93ª e 94ª Juntas a seguir mencionadas, que deverão ser sediadas nos locais indicados:  
93ª JUNTA: SEDE - JUIZONÓPOLIS "A" (58ª Zona)

PRESIDENTE: Juíza Maria das Graças Alfala da Fonseca

MEMBROS : Osvaldo Lima Perreira Lopes  
José Cavalcante de Oliveira  
Natal Alves de Moura  
Josimar Fernandes Barros

COMPETÊNCIA: urnas de Parauapebas

94ª JUNTA: SEDE - JUIZONÓPOLIS "B" (50ª Zona)  
PRESIDENTE: Juiz Mairton Marques Carneiro

MEMBROS: Eliana Elena Moraes Brandão  
Reimunda Silva Lima  
Joana Maria Gomes de Araújo  
Jurandir Ferreira de Araújo  
COMPETÊNCIA: urnas de Curionópolis

6ª ALTERAR a composição das Juntas Eleitorais abaixo emmeradas, as quais passam a ser as seguintes:

##### NO ESTADO DO PARÁ

4ª JUNTA: SEDE - BELÉM - (1ª Zona)

PRESIDENTE: Juíza Ivete Lúcia Pinheiro

MEMBROS : Horácio Lima de Sigualra  
William da Silva Tavares  
Francisco Carlos de Araújo  
Jo Paiva  
Mathias Massoud Lobato

52ª JUNTA: SEDE - OBIDOS - (22ª Zona)

PRESIDENTE: Juíza Elisabete Pereira da Lima

MEMBROS : Giovanni Bentes Giordano  
Norma Ferreira Pantoja  
Francisco Afonso Bentes Lopes  
Ernesto Galati Imballo-ni

7ª Revogar-se todas as disposições anteriores sobre o assunto.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 03 de outubro de 1990.

(aa) Des. Lydia Fernandes - Presidente e Relatora,  
Desa. Clímenie Pontes, Dr. Iran Nascimento, Dr. Jaime Rocha, Dra. Sonia Parente, Dr. Francisco Mileo, Dr. João Alberto Paiva, Dr. Paulo Meira - Procurador Regional Eleitoral.

#### TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

EDITAL Nº 334/90

(Processo nº 903283-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea, do contrato de prestação de serviços, celebrado entre essa Prefeitura e o Sr. José Gomes de Oliveira, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 335/90  
(Processo nº 902317-02)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Sr. MARIA LUIZA RUFFEIL PIEDADE

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sr. Maria Luiza Ruffeill Prefeito Municipal de Inhangapi, a, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 002/90 que abre crédito especial para esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 336/90  
(Processo nº 903368-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. CLAUDIR ANIZ GATUSS

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Claudir Aniz Gatuss, Prefeito Municipal de Alenquer, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea da Lei nº 016/89 que aprovou o Orçamento Programa para o exercício de 1990, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 337/90  
(Processo nº 903282-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de locação de um imóvel, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. Joaquim Teixeira, de Carvalho, ferindo, conseqüentemente, o disposto, no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 338/90  
(Processo nº 903284-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de prestação de serviços, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o serviço de transporte Rodoviário de passageiros, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 339/90  
(Processo nº 903362-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. JOSÉ ALVES BEZERRA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. José Alves Bezerra, Prefeito Municipal de Tomé-Açu, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea da Lei nº 1.258/89 que aprovou o Orçamento Programa para o exercício de 1990, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 340/90  
(Processo nº 903290-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea, do contrato de prestação de serviços, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. Benedito Paulo de Oliveira, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 25 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 341/90  
(Processo nº 903291-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato celebrado entre essa Prefeitura e o Sr. José Ferreira da Silva, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.



terno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 25 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente  
EDITAL Nº 349/90  
(Processo nº 903281-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de locação de um imóvel celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. Antonio Mendonça da Silva, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 350/90  
(Processo nº 902317-01)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Sr. MARIA LUIZA RUFFEIL PIEDADE

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sr. Maria Luiza Ruffeill Piedade, Prefeita Municipal de Inhangapi, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa pela remessa extemporânea do Decreto nº 001/90 que abre crédito suplementar, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 26 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

(G.Reg.33.756 - Dias 28/09/90 e 05/10/90)

EDITAL Nº 181/90  
(Processo nº 900936-00)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias do Sr. VITOR CORREA NAHUM

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado o Sr. Vitor Correa Nahum, Presidente da Câmara Municipal de Igarapé-Miri, a fim de que no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 900936-00, referente a prestação de contas daquela Câmara, exercício financeiro de 1989.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente  
EDITAL Nº 182/90  
(Processo nº 901493-00)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias do Sr. ALVARO PEREIRA DE PAIVA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado o Sr. Alvaro Pereira de Paiva, Prefeito Municipal de Anajás, a fim de que no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 901493-00, referente a prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1989.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente  
EDITAL Nº 183/90  
(Processo nº 900319-04)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias do Sr. CAIO JULIO SALLES MARTINS

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado o Sr. Caio Julio Salles Martins, Coordenador de Comunicação Social COMUS/PMB, a fim de que no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 900319-04, referente a prestação de contas daquela Coordenadoria, exercício financeiro de 1989.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 320/90  
(Processo nº 902862-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. ZERICÉ DA SILVA DIAS

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Zericé da Silva Dias, Prefeito Municipal de Rurópolis, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 016/89 que aprova o Orçamento Programa para da Fundação de Ação Social de Rurópolis, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 321/90  
(Processo nº 902760-01)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. JUAREZ TAVORA GUIMARÃES

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. JUAZES TAVORA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de São Sebastião da Boa Vista, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 005/90 que abre crédito adicional suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 322/90  
(Processo nº 902830-01)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. CARLOS AUGUSTO NUNES GOUVEA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 151 do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Carlos Augusto Nunes Gouvêa, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 02/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 323/90  
(Processo nº 902830-02)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. CARLOS AUGUSTO NUNES GOUVEA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Carlos Augusto Nunes Gouvêa, Prefeito Municipal de Soure, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 03/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 324/90  
(Processo nº 902830-03)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. CARLOS AUGUSTO NUNES GOUVEA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Carlos Augusto Nunes Gouvêa, Prefeito Municipal de Soure, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 04/90 que abre crédito suplementar para esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 325/90  
(Processo nº 902289-01)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. RAIMUNDO MAIA PEREIRA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Raimundo Maia Pereira, Prefeito Municipal de Peixe-Boi, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 372/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 327/90  
(Processo nº 902290-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. RAIMUNDO MAIA PEREIRA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Raimundo Maia Pereira, Prefeito Municipal de Peixe-Boi, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 376/90 que abre crédito especial a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 329/90  
(Processo nº 902273-02)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. OLÁVIO SILVA ROCHA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Olávio Silva Rocha, Prefeito Municipal de Rondon do Pará, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 011/90 que abre crédito a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 24 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 330/90  
(Processo nº 902175-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. WALDIR DE ARAÚJO ALVES

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Waldir de Araújo Alves, Prefeito Municipal de Concórdia do Pará, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea da Lei nº 27/90, que abre crédito Especial a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 21 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 331/90  
(Processo nº 902780-01)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. LUIZ SILVA DE SOUZA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Luiz Silva de Souza, Prefeito Municipal de Oriximiná, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 006/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 21 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente



EDITAL Nº 332/90  
(Processo nº 901854-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. WILDE LEITE COLARES

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sra. Maria de Lourdes Lima de Oliveira, Prefeito Municipal de Irituia, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 001/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 21 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 333/90  
(Processo nº 901696-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Srª MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sra. Maria de Lourdes Lima de Oliveira, Prefeito Municipal de Irituia, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 002/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 21 de setembro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

(G.Reg.33.705)

#### PAUTA DE JULGAMENTOS

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, COMUNICA AO INTERESSADO QUE O EGRÉGIO PLENÁRIO DESTA CORTE, JULGARÁ, NA SESSÃO A SER REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 1990, AS 9:00 HORAS, EM SUA SEDE, A SEGUINTE PRESTAÇÃO DE CONTAS:

01) PROCESSO Nº 902478-00  
INTERESSADA: MARIA ZULEIDE MARTINS DOS SANTOS  
ORIGEM : PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ  
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1989  
RELATOR : CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 04 DE OUTUBRO DE 1990,  
A) LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR  
SECRETARIO

(G.Reg.33.856)

EDITAL Nº 317/90  
(Processo nº 903300-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. JOSÉ RUFINO DE SOUZA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. José Rufino de Souza, Prefeito Municipal de Capitão Poço, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea da Lei nº 089/90, que autoriza esse Poder a abrir crédito suplementar até o limite de 100% do Orçamento Programa vigente, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 318/90  
(Processo nº 902289-04)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. RAIMUNDO MAIA PEREIRA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Raimundo Maia Pereira, Prefeito Municipal de Peixe-Boi, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 375/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno

desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 319/90  
(Processo nº 902757-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. AUGUSTO DE BRITO FIGUEIREDO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Augusto de Brito Figueiredo, Prefeito Municipal de Chaves, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 007/90 que abre crédito especial a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 342/90  
(Processo nº 902300-01)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. WILSON LUIZ DE OLIVEIRA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Wilson Luiz de Oliveira, Prefeito Municipal de Santarém-Novo, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal, a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 004/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 343/90  
(Processo nº 903289-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de prestação de serviços, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. Pedro Maria de Oliveira, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 344/90  
(Processo nº 903278-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de locação de um imóvel, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. José Ribamar Rodrigues de Souza, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 01 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 345/90  
(Processo nº 903287-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea dos convênios nºs 029/90 a 106/90, celebrados entre a Prefeitura Municipal de Belém, através da SEMEC e diversas entidades comunitárias, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

ma, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de prestação de serviços, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. José Marques Pereira Cavalcante, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 01 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 346/90  
(Processo nº 903286-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de prestação de serviços, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. João Batista do Nascimento, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 01 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 347/90  
(Processo nº 894632-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Srª MARIA ZULEIDE DOS SANTOS GONÇALVES

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sra. Maria Zuleide dos Santos Gonçalves, Prefeita Municipal de Pacajá, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato nº 001/89, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e a firma PRIMER Construtora LTDA, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 348/90  
(Processo nº 903280-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACÁCIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de locação de um imóvel, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. Eládio Santos da Silva, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 351/90  
(Processo nº 902913-01)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Srª MARIA LUCIA SILVA VERSTAPPEN

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sra. Maria Lucia Silva Verstappen, Secretária Municipal de Educação da PMB, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea dos convênios nºs 029/90 a 106/90, celebrados entre a Prefeitura Municipal de Belém, através da SEMEC e diversas entidades comunitárias, ferindo, conseqüentemente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente



EDITAL Nº 352/90  
(Processo nº 892238-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. WALDEMIR FERREIRA FARIAS

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Waldemir Ferreira Farias, Ex-Prefeito Municipal de São Caetano de Odiélas, exercício financeiro de 1988, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de Cr\$ 2.733.617,83 (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, seiscentos e dezesseis cruzeiros e oitenta e três centavos), pelo pagamento a maior da sua remuneração e ausência de processo licitatório para aquisição de bens e serviços e multa de 10 (dez) VRR, por ter aberto créditos suplementares e especial sem autorização Legislativa Belém, 01 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 353/90  
(Processo nº 903047-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. JOSÉ SOARES DO COUTO FILHO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. José Soares do Couto Filho, Prefeito Municipal de Tucuruí, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 008/90-A que abre crédito especial a esse município, ferindo, consecutivamente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 354/90  
(Processo nº 903285-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDMILSON LOPES ACACIO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edmilson Lopes Acácio, Prefeito Municipal de Capanema, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato de Prestação de serviços, celebrado entre essa Prefeitura Municipal e o Sr. Raimundo Nonato Araújo, ferindo consecutivamente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 355/90  
(Processo nº 902289-03)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. RAIMUNDO MAIA PEREIRA

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Raimundo Maia Pereira, Prefeito Municipal de Peixe-Boi, a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do Decreto nº 374/90 que abre crédito suplementar a esse município, ferindo, consecutivamente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

EDITAL Nº 356/90  
(Processo nº 903271-00)

DE INTIMAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. JOSÉ DO EGITO VIEIRA SOARES FILHO

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 52, XXIII do Regimento Interno, e, ao teor dos arts. 173 e 174, II do citado Regimento, intima, através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. José do Egito Vieira Soares Filho, Secretário Municipal de Economia, P.M.B., a, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, recolha aos cofres da Prefeitura Municipal a importância de 01 (hum) VRR, como multa, pela remessa extemporânea do contrato nº 004/90, celebrado entre essa Secretaria Municipal e a PUMA

Serviços especializados de vigilância transportes de Valores S/C LTDA, ferindo, consecutivamente, o disposto no art. 151 do Regimento Interno desta Corte, cuja comprovação será feita através da cópia de guia de recolhimento bancário e o TM-01 respectivo.

Belém, 02 de outubro de 1990  
Conselheiro PAULO DOURADO  
Presidente

(G.Reg.33.844 - Dias 05,10 e 15/10/90)

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

ACÓRDÃO Nº 14.660  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DA CAPITAL - APELAÇÃO CÍVEL  
APELANTE: JOÃO ALVES DA SILVA (ADV. MARIA A. CUNHA)  
APELADO: JOSÉ LAMEIRA PINTO (ADV. ORLANDO ANTONIO FONSECA)  
RELATOR: DESA. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS

EMENTA - NÃO EXISTE CONEXÃO ENTRE AÇÃO DE DESPEJO POR DENÚNCIA VAZIA E AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PRELIMINAR INDEFERIDA-MÉRITO-VENCIDO O CONTRATO DE TEMPO CERTO É OBRIGAÇÃO DO INQUILINO DESOCUPAR O IMÓVEL.

Vistos, etc., ...

Acordam os Desembargadores membros da Terceira Câmara Cível Isolada, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe negar provimento.

Belém, 25 de maio de 1.990

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS - Relatora.

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setembro de 1.990.

*Perla Pacifico da Costa*  
PEROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de Registros de Acórdãos.

ACÓRDÃO Nº 14.661  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA CAPITAL  
EMBARGANTE: JUAN MANUEL VELASCO (ADV. OFIR CAVALCANTE JR.)  
EMBARGADO: O V. ACÓRDÃO Nº 16.145  
RELATOR: DES. ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA: Matéria própria de apelação não deve e nem pode ser decidida em Agravo de Instrumento. Omissão, contradição e obscuridade inexistente. Embargos que se rejeita.

Vistos, etc., ...

ACORDAM os Desembargadores componentes da Egrégia 3ª Câmara Cível Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em rejeitarem os embargos de declaração.

Belém, 23 de março de 1990.

DES. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Presidente

DES. ORLANDO DIAS VIEIRA  
Relator

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 24 de setembro de 1990.

*Perla Pacifico da Costa*  
PEROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos.

ACÓRDÃO Nº 14.662  
APELAÇÃO CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL  
APELANTE: PAULINO MARQUES DA SILVA (ADV. JOSÉ V. FILHO)  
APELADO: FRANCISCO DE ASSIS AGUIAR DIAS (ADV. JOÃO MARQUES)  
RELATOR: DES. ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA: Preliminar de nulidade de citação. O compromisso espontâneo a juízo supre a irregularidade havida na citação. Rejeição.  
2. Preliminar de ilegitimidade de parte. Adquirindo o imóvel do Espólio autorizado, tornou-se legítimo proprietário em condições de acionar o locatário do imóvel transacionado.  
3. Denúncia vazia na aplicação do art. nº 1.209 do C. Civil, cabível por não interessar mais a continuidade de locação. Inaplicabilidade do D. nº 24. 120/34.

Vistos, etc., ...

ACORDAM os Desembargadores componentes da Egrégia 3ª Câmara Cível Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas lhe negar provimento.

Belém, 10 de agosto de 1990.

DES. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Presidente

DES. ORLANDO DIAS VIEIRA  
Relator

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 24 de setembro de 1990.

*Perla Pacifico da Costa*  
PEROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos.

ACÓRDÃO Nº 14.663  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA  
APELAÇÃO CÍVEL DA CAPITAL  
APELANTE: RAIMUNDO MÁRIO COSTA-CORREA. IADV. JOSÉ M. SILVA)  
APELADO: OSWALDO POJUCAN TAVARES Jr. (ADV. ALIDA VAN DEN BERG).

RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA.  
ESCRIVÃO: O. TOSCANO.

EMENTA: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. AÇÕES CONEXAS. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO DEVE SER JULGADA PROCEDENTE SE O CONSIGNANTE NÃO COMPROVOU A JUSTA RECUSA DO LOCADOR EM RECEBER OS ALUGUEIS VENCIDOS, BEM COMO, QUE O ALUGUÉL FOSSE PAGADO COM PERCENTUAIS ACIMA DO QUE ESTA BELECE A LEI.  
RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Vistos, etc., ...

ACORDAM, EM TURMA JULGADORA, OS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES COMPONENTES DA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, ADOTADO O RELATÓRIO DE FLS. 59/60, COMO PARTE INTEGRANTE DESTE ARESTO, À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGAR PROVIMENTO AO APELO INTERPOSTO.

BELÉM, 31 DE AGOSTO DE 1990.

(a) DES. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - PRESIDENTE.

(a) DESA. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. RELATOR.

DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE.-BELÉM, 24 DE SETEMBRO DE 1990.

*Perla Pacifico da Costa*  
PEROLA PACÍFICO DA COSTA - CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS.

ACÓRDÃO Nº 14.664  
APELAÇÃO CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL  
REQUERENTE: DULCINEA MACIEL DOS SANTOS (ADV. MARIA DE NAZARÉ A. PEREIRA)

REQUERIDA: ANA LÚCIA DE ALMEIDA LEAL (ADV. CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ARRUDA)  
RELATOR: DES. ORLANDO DIAS VIEIRA.

EMENTA: A sub-locação, cessão ou transferência da locação constitui 'infração legal e contratual' autorizando a retomada.

Vistos, etc., ...

ACORDAM os Desembargadores componentes da 3ª Câmara Cível Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas lhe negar provimento.

Belém, 31 de agosto de 1990.

DES. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Presidente

DES. ORLANDO DIAS VIEIRA  
Relator

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 24 de setembro de 1990.

*Perla Pacifico da Costa*  
PEROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos.

ACÓRDÃO Nº 14.665  
AGRAVO DE INSTRUMENTO DA COMARCA DA CAPITAL  
AGRAVANTE: CLAUDOMIRO LOBATO DE MIRANDA (ADV. MANOEL TOCANTINS LOBATO)  
AGRAVADO: COOPERATIVA DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS DE TAXI DE BELÉM - CONTAX (ADV. JOSELISA CÔRTE KAUFFMAN)  
RELATOR: DES. ORLANDO DIAS VIEIRA.

EMENTA: Perda a posse e a propriedade do bem processado, o executado sendo mero depositário, basta uma ordem simples emanada do juízo para que se substancie a entrega. O depositário não é possuidor, guarda o bem em nome do juízo.

Vistos, etc., ...

ACORDAM os Desembargadores componentes da 3ª Câmara Cível Isolada, em Turma, em conhecer e dar provimento ao recurso, para, reformando o despacho agravado, ordenar a entrega do imóvel arrematado, depositado em mãos da devedora.

Belém, 24 de agosto de 1990.

DES. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Presidente

DES. ORLANDO DIAS VIEIRA  
Relator

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 24 de setembro de 1990.

*Perla Pacifico da Costa*  
PEROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos.

ACÓRDÃO Nº 14.666  
AGRAVO DE INSTRUMENTO DE HUANA  
AGRAVANTE: José Benedito do Prado Pacheco (Dr. Sebastião Leão Calares)  
AGRAVADA: Elcy Gaioso Costa (Dr. Guilherme Sala me)  
RELATOR: DES. Orlando Dias Vieira

EMENTA: Prejudicado é o re-



curso contra liminar  
deferida em Mandado  
de Segurança, julgado  
definitivamente, fal-  
tando-lhe objeto.

Vistos, etc...

Acordam os Desembargado-  
res da 3ª Câmara Cível Isolada, em Turma, à unanimidade  
de de votos, em julgar prejudicado o recurso por fal-  
ta de objeto.

Belém, 31 de Agosto, de 1990

Des. José Alberto Soares

Maia-Presidente

Des. Orlando Dias Vieira  
Relator

Diretoria Judiciária do  
TJE - Belém, 24 de Setembro  
de 1990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de

Registro de Acórdãos.

ACÓRDÃO Nº 17.664  
RECURSO EX-OFFICIO EM SENTIDO ESTRITO DE HABEAS CORPUS DA CA-  
PITAL.  
RECORRENTE: A JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA PENAL E JOSÉ MOREI-  
RA ALENCAR.  
RECORRIDOS: OS MESMOS  
RELATOR : DES. ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA - CONFIRMA-SE A DECISÃO POR SER JUSTO O  
TEMOR DO PACIENTE DE SER PRESO. QUANTO  
A ISENÇÃO DO FICHAMENTO CRIMINAL, TE-  
RIA CABIMENTO SE TIVESSE ELE PROVADO A  
SUA IDENTIFICAÇÃO CIVIL, SEGUNDO A  
ATUAL CONSTITUIÇÃO.

Vistos, etc, ...

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Câmara  
Penal Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em conhe-  
cer dos recursos mas lhe negar provimento.

Belém, 23 de dezembro de 1.988

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator.

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.668  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA CAPITAL  
RECORRENTE: MM. JUÍZA DE DIREITO DA 7ª VARA PENAL, EM EXERCÍCIO  
RECORRIDO : JOSÉ GUILHERME MELO DA COSTA (ADV. MARIA DE NAZA-  
RE CASTRO MAIA)  
RELATOR : DES. ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA - SENDO ILEGAL A PRISÃO, A SENTENÇA CON-  
CESSIVA DA ORDEM DEVE SER CONFIRMADA.

Vistos, etc, ...

Acordam os Desembargadores da Terceira Câmara  
Penal Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em conhe-  
cer do recurso, mas lhe negar provimento.

Belém, 02 de dezembro de 1.988

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.669  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA CAPITAL  
RECORRENTE: A DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA PENAL  
RECORRIDO : SEBASTIÃO HUGO PEREIRA (ADV. ROSINEI RODRIGUES DA  
SILVA)  
RELATOR : DES. ORLANDO DIAS VIEIRA.

EMENTA: A prisão que não decorre de flagrante deli-  
to ou de ordem expressa da autoridade é  
ilegal.

Vistos, etc...

ACORDAM os Desembargadores da 3ª Câmara Pe-  
nal Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em conhecer do  
recurso para lhe negar provimento.

Belém, 02 de dezembro de 1988

DES. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Presidente

DES. ORLANDO DIAS VIEIRA  
Relator

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 24 de se-  
tembro de 1990.  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
Pérola Pacifico da Costa - Chefe do Serviço de  
Registro de Acórdãos.

ACÓRDÃO Nº 17.670  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA CAPITAL  
RECORRENTE: MM. JUÍZA DA 7ª VARA PENAL  
RECORRIDO : LUIS WALDECI BELO ALMEIDA (ADV. JOSELISA CÔRTE-  
KAUFFMAN)  
RELATOR : DES. ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA - É ILEGAL A PRISÃO PARA AVERIGUAÇÕES.

ORDEN CONCEDIDA.

Vistos, etc, ...

Acordam os Desembargadores componente da Egre-  
gia Terceira Câmara Penal Isolada, em Turma, à unanimidade  
de votos, em conhecer do recurso para negar provimento, con-  
firmando a venerável sentença.

Belém, 28 de dezembro de 1.988

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.671  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA CAPITAL  
RECORRENTE: JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA PENAL  
RECORRIDO : PEDRO SÉRGIO DA SILVA LIMA (ADV. JOSELISA KAU-  
FFMAN)  
RELATOR : ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA - SENDO SILENTE A AUTORIDADE, PRESUMEM-  
SE VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA  
IMPETRAÇÃO.

Vistos, etc, ...

Acordam os Desembargadores da Terceira Câmara  
Penal Isolada, em Turma, em conhecer do recurso mas lhe ne-  
gar provimento à unanimidade de votos.

Belém, 11 de novembro de 1.988

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.672  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA COMARCA DA CAPITAL  
RECORRENTE: A MM. JUÍZA DE DIREITO DA 7ª VARA PENAL  
RECORRIDO : CARLOS BENEDETO ADÃO TEIXEIRA (ADV. MAURO CÉSAR  
SANTOS)  
RELATOR : DES. ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA - A INTIMAÇÃO DO PACIENTE EM DIA E HORA  
PREVIAMENTE MARCADA PARA ESCLARECIME-  
TO DE FATO CRIMINOSO ATRIBUÍDO AO PA-  
CIENTE, INEXISTINDO INQUÉRITO POLÍCI-  
AL, CONSTITUI AMEAÇA DE COACÃO ILEGAL  
DEVENDO SER PREVENIDO CONTRA A PRISÃO  
E O FICHAMENTO CRIMINAL.

Vistos, etc, ...

Acordam os Desembargadores componentes da Egre-  
gia Terceira Câmara Criminal Isolada, em Turma, em conhecer  
do recurso, mas lhe negar provimento, unanimemente.

Belém, 28 de dezembro de 1.988

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.673  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA CAPITAL  
RECORRENTE: O MM. JUÍZA DA 5ª VARA PENAL  
RECORRIDO : ELIZABETH ALVES LUSTOSA (ADV. ANTONIO JOSÉ DAN-  
TAS RIBEIRO)  
RELATOR : DES. ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA - A OMISSÃO DE PRESTAR INFORMAÇÕES PELA  
AUTORIDADE ENTENDE-SE COMO CONFIRMA-  
ÇÃO TÁCITA DO ALEGADO PELA PACIENTE.  
IDENTIFICAÇÃO CIVIL PROVADA. ISENÇÃO  
DA CRIMINAL EM INQUÉRITO POLICIAL.

Vistos, etc, ...

Acordam os Desembargadores componentes da Ter-  
ceira Câmara Penal Isolada, em Turma, à unanimidade de vo-  
tos, em conhecer do recurso, mas lhe negar provimento.

Belém, 03 de agosto de 1.990.

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.674  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA COMARCA DE BREVES  
RECORRENTE: A MM. JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA  
RECORRIDO : BENEDITO BARROS DA FONSECA (ADV. ANTERO ELOY  
FERREIRA DE A. LINS)  
RELATOR : ORLANDO DIAS VIEIRA

EMENTA - JUSTO É O TEMOR PELA PROCURA SEM TRÊ-  
GUAS DO PACIENTE PELA POLÍCIA.

Vistos, etc, ...

Acordam os Desembargadores da Terceira Câmara  
Penal Isolada, em Turma, em conhecer do recurso, mas lhe ne-  
gar provimento.

Belém, 17 de agosto de 1.990

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.675  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA CAPITAL  
RECORRENTE: O JUÍZA DA 5ª VARA PENAL  
RECORRIDO : FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA (ADV. PEDRO DA SILVA  
MONTEIRO)  
RELATOR : ORLANDO DIAS VIEIRA  
EMENTA - VISITA DE POLICIAIS AO ESTABELECIMENTO  
COMERCIAL, FUNDAMENTO BASTANTE PARA  
SER TEMIDA A OFENSA.  
A IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL PODE SER SU-  
PRIDA PELA CIVIL. (CONS. ART. 5º,  
LVIII):  
CONCESSÃO DO WRIT NOS DOIS EFEITOS:  
NEM PRESO, NEM FICHADO CRIMINALMENTE.

Vistos, etc, ...

Acordam os Desembargadores da 3ª Câmara Penal  
Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em conhecer do  
recurso, mas lhe negar provimento.

Belém, 03 de agosto de 1.990

Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA - Presidente

Des. ORLANDO DIAS VIEIRA - Relator

Diretoria Judiciária do TJE. Belém, 24 de setem-  
bro de 1.990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
PÉROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de  
Registros de Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 17.676  
RECURSO EX-OFFICIO DE HABEAS CORPUS DA CAPITAL  
REQUERENTE: A H.M. JUÍZA DA 1ª VARA PENAL  
REQUERIDO : EDILSON SILVA PEREIRA (ADV. CARMEN SILVIA CARDOSO  
DA SILVA)  
RELATOR : DES. ORLANDO DIAS VIEIRA.

EMENTA: Prisão sem flagrância ou ordem escrita da  
autoridade. Ilegalidade que se repara.

Vistos, etc...

ACORDAM os Desembargadores componentes da  
3ª Câmara Penal Isolada, em Turma, à unanimidade de votos, em  
conhecer do recurso, mas de negar provimento.

Belém, 17 de agosto de 1990.

DES. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Presidente

DES. ORLANDO DIAS VIEIRA  
Relator

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 24  
de setembro de 1990  
*Gerolamo Pacifico da Costa*  
Pérola Pacifico da Costa - Chefe do Servi-  
ço de Registro de Acórdãos.

PORTARIA Nº 0948  
O Excelentíssimo Senhor Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA, Presi-  
dente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc...  
RESOLVE:  
DESIGNAR o Exmº Juiz da 6ª Vara Cível, RUTÊA NAZARÉ VALENTE DO  
COU TO FCHTES, para responder pela 2ª Vara, durante o período de licença de sua  
titular.  
Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Belém, 14 de setembro de 1990.  
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA  
Presidente do T.J.E.

PORTARIA Nº 0949  
O Excelentíssimo Senhor Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA, Presi-  
dente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc...  
RESOLVE:  
DESIGNAR o Bacharel JOSÉ CARLOS DE IMENDONÇA NUNES, para res-  
ponder pela Sub-Secretaria deste Tribunal, a partir do dia 13 do corrente, até ulterior  
deliberação.  
Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Belém, 18 de setembro de 1990.  
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA  
Presidente do T.J.E.

PORTARIA Nº 0950  
O Excelentíssimo Senhor Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA, Presi-  
dente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc...  
RESOLVE:  
DESIGNAR o Exmº Pretor INÁCIA NAZARÉ SALGADO FRIAS, para res-  
ponder pela 1ª Pretoria Criminal, durante o período de férias de sua titular.  
Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Belém, 18 de setembro de 1990.  
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA  
Presidente do T.J.E.

PORTARIA Nº 0952  
O Excelentíssimo Senhor Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA, Presi-  
dente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc...  
RESOLVE:  
DESIGNAR o Exmº Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Ananindeua,  
MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET, para responder pela Diretoria do Fô-  
rum, até ulterior deliberação.  
Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Belém, 19 de setembro de 1990.  
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA  
Presidente do T.J.E.

PORTARIA Nº 0951  
O Excelentíssimo Senhor Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA, Presi-  
dente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc...  
RESOLVE:  
REVOGAR a Portaria de nº 09333, de 13.09.90, que designou o Juiz de Di-  
reito HELENA PEROLA DE AZEVEDO DORNELLES, para responder pela Diretoria  
do Fórum da Comarca de Ananindeua.  
Publique-se, registre-se, e cumpra-se.  
Belém, 19 de setembro de 1990.  
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA  
Presidente do T.J.E.

PORTARIA Nº 0953  
O Excelentíssimo Senhor Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA, Presi-  
dente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc...  
CONSIDERANDO que esta Presidência está promovendo modificações no  
Serviço Administrativo do Poder Judiciário,  
CONSIDERANDO que dentro as modificações, está incluída a descentraliza-  
ção de serviços.  
RESOLVE:  
DETERMINAR que a partir desta data, a Diretoria Administrativa do Tribunal  
de Justiça proceda a justificativa das faltas dos funcionários.  
Publique-se, registre-se, e cumpra-se.  
Belém, 18 de setembro de 1990.  
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA  
Presidente do T.J.E.



## GOVERNO DO ESTADO

## PODER EXECUTIVO

\* DECRETO Nº 7244-A DE 01 DE OUTUBRO DE 1990

Abre à Secretaria do Estado de Segurança Pública - Entidades Supervisionadas, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 54.000.000,00, para reforço da dotação consignada no orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambas da Constituição do Estado do Pará, combinados com o artigo 7º da Lei nº 5.580, de 22 de dezembro de 1989 e artigo 1º da Lei nº 5.604, de 26 de junho de 1990.

DECRETA:  
Art. 1º - Fica aberto em favor da Secretaria do Estado de Segurança Pública - Entidades Supervisionadas, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 54.000.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS), destinado a reforço da dotação orçamentária.  
Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "Caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:  
ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA 21000  
UNID. ORÇ.: ENTIDADES SUPERVISIONADAS 21200  
FUNÇÃO: Administração e Planejamento 03  
PROGRAMA: Administração 07  
SUBPROGRAMA: Administração Geral 021  
ATIVIDADE: Atividades de Cargo do Departamento de Trânsito do Estado do Pará 2.817  
3211.01.00 - Transferências Correntes - Transferências Intra-governamentais-Transferências Operacionais - Pessoal e Encargos Sociais Cr\$54.000.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação estabelecido no item II, do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.  
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 01 de Outubro de 1990

HÉLIO MOTA GUEIROS

Governador do Estado

MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

ODINEA LEITE CAMINHA

Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário de Estado da Fazenda

\* Republicado por ter saído com incorreções no "D.O" nº 26.818 do dia 02/10/90

DECRETO Nº 7244 DE 01 DE OUTUBRO DE 1990

Fixa o valor da Unidade Fiscal do Estado do Pará - UFEPA, para vigorar no 4º Trimestre de 1990,

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, XXV, da Constituição do Estado do Pará e na conformidade do § 2º do art. 77 da lei nº 5.530, de 13.01.90.

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica fixado em Cr\$ 1.225,00 (UM MIL DUZENTOS E VINTE CINCO CRUZEIROS), o valor da Unidade Fiscal do Estado do Pará - UFEPA, para vigorar no 4º Trimestre de 1990.

DECRETO Nº 7249 DE 04 DE OUTUBRO DE 1990

Homologa a Resolução nº 03 de 01 de junho de 1990, do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado.

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e, considerando o disposto no inciso I do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 03 de 01 de junho de 1990, que dispõe sobre a reformulação de parte do plano de aplicação concernente às despesas do Fundo Penitenciário do Estado.

Art. 2º - Os efeitos deste Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará,

HÉLIO MOTA GUEIROS

Governador do Estado

MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

ODINEA LEITE CAMINHA

Secretária de Estado de Planejamento e

Coordenação Geral

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 01 DE JUNHO DE 1990

O Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado - FUNPEN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 4821 de 28 de dezembro de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 1435 de 16 de fevereiro de 1981.

## R E S O L V E :

Art. 1º - Reformular Parte do Plano de Aplicação concernente às despesas do FUNPEN aprovada através da RESOLUÇÃO Nº 02, de 01 de maio de 1990, homologada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através do Decreto nº 7012 de 10 de julho de 1990, na forma a saber.

## SITUAÇÃO ATUAL

ATIVIDADE	Cr\$ 1,00
COORDENAÇÃO GERAL E FUNCIONAMENTO DO FUNPEN	
4130.01 - Pessoal	6.000
4130.05 - Material de Consumo	821.782
4130.06 - Remuneração de Serviços Pessoais	202.000
4130.07 - Outros Serviços e Encargos	848.886
4130.19 - Salário Família	34.661

4130.32 - Equipamentos e Material Permanente	414.700
4130.40 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já integralizado	100.000
TOTAL	2.428.028

## SITUAÇÃO NOVA

## COORDENAÇÃO GERAL E FUNCIONAMENTO DO FUNPEN

4130.01 - Pessoal	1.000
4130.05 - Material de Consumo	352.000
4130.06 - Remuneração de Serviços Pessoais	2.000
4130.07 - Outros serviços e encargos	1.532.000
4130.19 - Salário Família	2.000
4130.32 - Equipamentos e Material Permanente	153.000
4130.40 - Aquisição de Títulos representativos de capital já integralizado	10.000
TOTAL	2.052.000

## SITUAÇÃO ATUAL

## PROJETOS

IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS	Cr\$ 1,00
4130.05 - Material de Consumo	2.958.127
4130.06 - Remuneração de Serviços Pessoais	315.000
4130.07 - Outros Serviços e Encargos	480.900
4130.31 - Obras e Instalações	1.300.200
4130.32 - Equipamentos e Material Permanente	950.000
TOTAL	6.014.227

## SITUAÇÃO NOVA

## PROJETOS

4130.05 - Material de Consumo	2.214.000
4130.06 - Remuneração de Serviços Pessoais	15.000

4130.07 - Outros Serviços e Encargos	785.000
4130.31 - Obras e Instalações	50.000
4130.32 - Equipamentos e Material Permanente	197.000
TOTAL	3.262.000

## IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INDUSTRIAIS

4130.05 - Material de Consumo	2.842.838
4130.06 - Remuneração de Serviços Pessoais	485.000
4130.07 - Outros Serviços e Encargos	858.467
4130.31 - Obras e Instalações	520.100
4130.32 - Equipamentos e Material Permanente	460.000
TOTAL	5.146.405

## IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INDUSTRIAIS

4130.05 - Material de Consumo	7.063.661
4130.06 - Remuneração de Serviços Pessoais	15.000
4130.07 - Outros Serviços e Encargos	1.100.000
4130.31 - Obras e Instalações	20.000
4130.32 - Equipamentos e Material Permanente	76.000
TOTAL	8.274.661

TOTAL GERAL	13.588.661	TOTAL GERAL	13.588.661
-------------	------------	-------------	------------

Art. 2º - Permanecem em vigor as demais disposições da RESOLUÇÃO Nº 02, de 01 de maio de 1990, desde que não conflite com o presente.

Fundo Penitenciário do Estado, 01 de junho de 1990.

DR. ARTHUR CLÁUDIO MELLO

Secretário de Estado de Justiça

DR. NATANAEL FURTADO DE ARAÚJO

Superintendente do Sistema Penal do Estado

DECRETO Nº 7250 DE 04 DE OUTUBRO DE 1990

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 078/90, DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica homologada a anexa Resolução nº 078/90, do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará, que estima a receita e fixa a despesa do IPASEP, para o exercício de 1991.

Art. 2º - Os efeitos da Resolução homologada por este ato, entrarão em vigor a contar de 1º de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, em 04 de outubro de 1990

HÉLIO MOTA GUEIROS

Governador do Estado

MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO Nº 078 DE 04 DE OUTUBRO DE 1990

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ IPASEP, PARA O EXERCÍCIO DE 1991.

O Presidente do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.011 de 16 de dezembro de 1981.

## R E S O L V E :

Art. 1º - O ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 1991 estima a receita geral em Cr\$-7.013.143.000 ( Sete Bilhões, Treze Milhões, Cento e Quarenta e Três Mil Cruzeiros );

Art. 2º - A receita arrecadada de acordo com a legislação em vigor, obedecendo a seguinte classificação geral:

1. Receita	CR\$-1,00
1.1 Receitas Correntes	6.712.403.000
Receitas de Contribuições	5.694.477.000
Receita Patrimonial	847.310.000
Transferências Correntes	
tes	616.000



	Outras Receitas Corren- tes	170.000.000
1.2	Receitas de Capital	300.740.000
	Alienação de Bens	230.000
	Amortização de Emprésti- mos	300.500.000
	Outras receitas	10.000

TOTAL DA RECEITA 7.013.143.000

Art. 3º - A despesa para o exercício financeiro de 1991, é fixada em CR\$-7.013.143.000 ( Sete Bilhões, Treze Milhões, Cento e Quarenta e Três Mil Cruzeiros ), e será realizada de acordo com a discriminação estabelecida nos anexos da presente Resolução, obedeci- dos os seguintes desdobramentos:

1. Despesas CR\$-1,00  
1.1 Despesas por Funções

10 - Habitação e Urbanis- mo	860.000.000
13 - Saúde e Saneamento	1.085.100.000
15 - Assistência e Pre- vidência	5.068.043.000

TOTAL DA DESPESA POR  
FUNÇÕES 7.013.143.000

1.2 Despesas por categorias	
Econômicas	CR\$-1,00
Despesas Correntes	5.461.666.000
Despesas de Custeio	3.113.060.000
Transferências Cor- rentes	2.348.606.000
Despesas de Capital	1.551.477.000
Investimentos	755.377.000
Inversões Financeiras	792.100.000
Transferência de Capi- tal	4.000.000

TOTAL DA DESPESA POR  
CATEGORIAS ECONÔMICAS 7.013.143.000

1.3 Despesa da Unidade  
Instituto de Previdên-  
cia e Assist. dos Serv.  
do Estado do Pará 7.013.143.000

TOTAL DA DESPESA DA  
UNIDADE 7.013.143.000

Art. 4º - Fica o Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP, autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares no decorrer do exercí- cio de 1991, até o limite correspondente a 40% (quarenta pontos per- centuais) da despesa geral fixada nesta Resolução, na forma do que dispõem os Artigos 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

II - Reforçar dotações, especialmente relativas a encar- gos com pessoal, utilizando como fonte recursos compensatórios, o excesso de arrecadação.

III - Realizar operações de crédito, por antecipação, ob- gado o limite previsto no Artigo 206 da Constituição Política do Estado do Pará.

IV - Estabelecer a contenção da despesa, exceto as consi- deradas incompressíveis, visando ajustar os dispêndios ao comporta- mento e tendência da receita.

Art. 5º - Os créditos especiais e extraordinários, auto- rizados no exercício financeiro de 1990, ao serem reabertos na for- ma do § 2º do Artigo 206 da Constituição, serão classificados em conformidade com a classificação adotada na presente Resolução.

Art. 6º - A presente Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1991, com a homologação pelo Chefe do Poder Executivo e sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará, fi- cando revogadas as disposições em contrário.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO INSTITUTO DE PREVI- DÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ, em 04 de Outubro de 1990.

MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Presidente do Conselho Previdenciário do IPASEP

DECRETO Nº 7251 DE 04 DE Outubro DE 1990

DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DE SERVIDOR DO DECRETO 6.968 DE 27 DE JUNHO DE 1990.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, item V da Constituição do Estado

# D E C R E T A:

Art. 1º - Fica excluída do Decreto de nº 6.968 de 27 de junho de 1990, publicado no Diário Oficial do Estado de 29 de junho de 1990, a servidora SHIRLEY GONÇALVES DE FREITAS, Categoria Funcional Código GEP-M-AD1.401, lotada na Secretaria de Esta- do de Educação. (CAPITAL).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publi- cação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, em 04 de outubro de 1990.

HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado

MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretário de Estado de Administração

THEREZINHA MORAES GUEIROS  
Secretário de Estado de Educação

DECRETO Nº 7252 DE 04 DE Outubro DE 1990

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 079 DE 04 DE OUTUBRO DE 1990, DO CONSELHO PRE- VIDENCIÁRIO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO- RES DO ESTADO DO PARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

# D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologada a anexa Resolução nº 079/90, do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência e Assistência dos Servi- dores do Estado do Pará, que autoriza abertura de crédito suplemen- tar em favor do IPASEP.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 04 de outubro de 1990

HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado

MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração

RESOLUÇÃO Nº 079 DE 04 DE OUTUBRO DE 1990

O CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições

legais e,

CONSIDERANDO, a decisão tomada na Sessão do dia 04.10.90, e tendo em vista os termos do Ofício nº da Presidência do IPASEP.

# R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar a Presidente do Institu- to de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará abrir no corrente exercício o Crédito Suplementar no valor de CR\$-130.000.000,00(Cento e Trinta Milhões de Cruzeiros), destina- dos a atender despesas com encargos da Instituição.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "Caput" deste artigo, obedece a seguinte Classificação Orçamentária.



13401.1008486.2.004 - CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO.  
NATUREZA DA DESPESA  
4270.70 - Concessão de Empréstimo 70.000.000,00

13401.1508486.2.013 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO AOS SEGURADOS DO  
IPASEP.  
NATUREZA DA DESPESA  
4270.70 - Concessão de Empréstimo 60.000.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura deste  
Crédito, correrão à conta do Excesso da Arrecadação consoante preceito  
creve o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4320 de 17 de

## SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Autorizar a permanência, por mais 06 (seis) meses, da Professora de Música da Fundação "Carlos Gomes" SILVIA CANAAN DE OLIVEIRA CARVALHO, na cidade de Kansas City - Estado Unidos, a fim de completar o Curso de Mestrado em Musicoterapia, na University of Missouri, mediante renovação da bolsa concedida pelo Ministério da Educação, através do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração

## SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12, item II da Lei nº 749 de 24.12.53, os relacionados no anexo do presente decreto para exercerem, em virtude de aprovação em concurso público, os cargos de Assistente Social e Odontólogo, Códigos GEP-ANSAS-602.1 e GEP-ANSO-614.1, Classe "A", lotados na Secretaria de Estado de Justiça/SUSIPE, Pólo Belém.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
ARTHUR CLÁUDIO MELLO  
Secretário de Estado de Justiça

## ANEXO

PÓLO: BELÉM  
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - CÓDIGO GEP-ANSAS-602.1, CLASSE "A"  
- JACYLÉIA ALVES DE SOUZA  
CARGO: ODONTÓLOGO - CÓDIGO GEP-ANSO-614.1, CLASSE "A"  
- EMÍLIA YUMI KIKUCHI

## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 12, item III da Lei nº 749 de 24.12.53, JOSÉ RONALDO VIEGAS PAULO, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especialização, Código GEP-DAS-012.4, lotado na Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, a contar de 07.06.90.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
ODINEA LEITE CAMINHA  
Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

## SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12, item II da Lei nº 749 de 24.12.53, ECLEIDA INOCÊNCIA PAES CARVALHO, para exercer, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Assistente Social, Código GEP-ANSAS-602.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Pólo Belém.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO MENDES BARROSO REBELLO  
Secretária de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12, item II da Lei nº 749 de 24.12.53, SONIA MARIA DO CARMO, para exercer, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Administrador Código GEP-ANSAD-617.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Pólo Abaetetuba/Barcarena.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO MENDES BARROSO REBELLO  
Secretária de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12, item II da Lei nº 749 de 24.12.53, RAHILDA CONCEIÇÃO FERREIRA BRITO TUMA, para exercer em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Nutricionista, Código GEP-ANSN-623.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Pólo Breves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO MENDES BARROSO REBELLO  
Secretária de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12, item II da Lei nº 749 de 24.12.53, NAUDIR MODESTO DE ASSIS, para exercer em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Datilógrafo, Código GEP-SA-902.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Pólo Belém/Salvaterra.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.

HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO MENDES BARROSO REBELLO  
Secretária de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12, item II da Lei nº 749 de 24.12.53, DOMINGAS ISABEL GUTERRES, para exercer em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Agente de Artes Plásticas-Cozinha, Código GEP-SO-1.010.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Abrigo João Paulo II, Pólo Belém/Ananindeua.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO MENDES BARROSO REBELLO  
Secretária de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12, item I da Lei nº 749, de 24.12.53, JOSÉ MARIA FERREIRA DA SILVA, para exercer, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Agente de Vigilância Sanitária, Código GEP-ANM-812.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Pólo Capanema.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO MENDES BARROSO REBELLO  
Secretário de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Tornar sem efeito de acordo com o art. 24 parágrafo único da Lei nº 749 de 24.12.53, a nomeação de VERA LÚCIA RODRIGUES GARCIA, ocorrida mediante decreto coletivo datado de 19.07.90, para exercer em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Datilógrafo, Código GEP-SA-902.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Óbitos/Juruti, considerando que a conditada não tomou posse no prazo previsto em lei.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO MENDES BARROSO REBELLO  
Secretário de Estado de Saúde Pública

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 12, item III da Lei nº 749 de 24.12.53, MÁRCIA ANA CLAUDIA SOUZA DE MIRANDA, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Recebimento e Armazenagem, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
Terezinha Moraes Gueiros  
Secretária de Estado de Educação

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Exonerar a pedido, de acordo com o art. 75 item I da Lei nº 749 de 24.12.53, ANA AMÉLIA DE OLIVEIRA SOUZA, do cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Recebimento e Armazenagem, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
Terezinha Moraes Gueiros  
Secretária de Estado de Educação

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Exonerar a pedido, de acordo com o art. 75 item I da Lei nº 749 de 24.12.53, LUZIA ANDRÔNICA NEVES DE JESUS, do cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-012.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
Terezinha Moraes Gueiros  
Secretária de Estado de Educação

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 12, item III da Lei nº 749 de 24.12.53, MÁRCIA HELENA SALAMEH BRAGA, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-012.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
Terezinha Moraes Gueiros  
Secretária de Estado de Educação

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado

Março de 1964.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor após homologação do Exmº Senhor Governador.

Sala das Sessões do Conselho Previdenciário, em 04 de Outubro /90.

MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
PRESIDENTE DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

com o art. 12 item II da Lei nº 749 de 24.12.53, LIZIA BETTY NOGUEIRA DA SILVA para exercer em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Assistente Social, Código GEP-ANSAS-602.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social, Pólo Belém.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
PAULO ROBERTO DE CAMPOS RIBEIRO, em exercício  
Secretário de Estado de Trabalho e Promoção Social

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O Governador do Estado,  
RESOLVE:  
Nomear de acordo com o art. 34 § 1º da Constituição Estadual combinado com o art. 12 item II da Lei nº 749 de 24.12.53, CONSUELO SOUZA DOS SANTOS, para exercer em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de Assistente Social, Código GEP-ANSAS-602.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública, Pólo Belém.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de outubro de 1990.  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado  
MARIA DE NAZARÉ DE KÓS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração  
MÁRIO MONTEIRO MALATO  
Secretário de Estado de Segurança Pública

## GABINETE DO GOVERNADOR

REFERÊNCIA: Ofício nº 102/90-UEP-GR., de 28.09.90  
INTERESSADO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ.  
ASSUNTO: Dispensa de licitação

DESPACHO:  
À SÉFA e SEPLAN. Autorizo.

Publique-se.  
Em, 01.10.90  
HÉLIO MOTA GUEIROS  
Governador do Estado

## JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE ABAETETUBA

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS  
O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Abaetetuba.

Faz Saber a todos quantos o presente Edital viram, ou dele notícia tiverem que, no dia 17 de outubro de 1990, às 12:15 horas, na sede desta Junta, à Av. D. Pedro II, 668, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance sobre os bens penhorados na execução movida por Raimundo Nonato Martins, contra Domingos Lopes Gonçalves, bens esses encontrados à Av. Beira Mar s/n - Cametá Pa., e que são os seguintes: Uma Serraria de Pequeno Porte, Equipada com Serra Circular e sua respectiva Bancada, tendo como propulsão, um Motor Yanmar de 15 HP, Diesel, em bom estado de funcionamento. Referida serraria está instalada sob um barracão construído em madeira e coberto de palha, tudo num terreno de aproximadamente 30 x 50 metros.

O Patrimônio supra descrito está avaliado em Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros).  
Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, Abaetetuba, 19 de outubro de 1990. Eu José Jaime Brasil Xavier, Of. de Justiça, Avaliador, datilógrafo. E eu Martinho Lutero Pinheiro, Chefe da Secretaria, subscrevo.

a) Ilegal  
Juiz do Trabalho

(G. Reg. nº 33818)

## IMPrensa Oficial do Estado

PORTARIA Nº 184-A DE 06 DE SETEMBRO DE 1990  
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e,

De acordo com a Lei nº 5099 de 30/11/1983;  
RESOLVE:  
Conceder ao Servidor JOÃO MARIA ABRACADO HENRIQUES - Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em 01.02.1984, um (01) mês de Licença Especial, no período de 01 a 30/09/1990, referente ao quinquênio de 01.02.1984 a 01.02.1989.  
Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.  
PEDRO PINTO  
Diretor-Presidente

(G. Reg. nº 33845)

PORTARIA Nº 194-DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e,

De acordo com a Lei nº 5099 de 30/11/1983;  
RESOLVE:  
Conceder ao Servidor ANTONIO CARLOS SENA DA CUNHA - Agente de Operações Gráficas, admitido em 17.03.1972, três (03) meses de Licença Especial, no período de 01/10 a 30/12/1990, referente ao quinquênio de 17.03.1982 a 17.03.1987.  
Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.  
PEDRO PINTO  
Diretor-Presidente

(G. Reg. nº 33846)

PORTARIA Nº 195 DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e,

De acordo com a Lei nº 5099 de 30/11/1983;  
RESOLVE:  
Conceder ao Servidor SEVERINO BARBOSA DE FIGUEIREDO - Auxiliar de Administração, admitido em 01.05.1975, um (01) mês de Licença Especial, no período de 02 a 31/10/1990, referente ao quinquênio de 01.05.1985 a 01.05.1990.  
Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.  
PEDRO PINTO  
Diretor-Presidente

(G. Reg. nº 33847)

PORTARIA Nº 196 DE 04 DE OUTUBRO DE 1990  
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e,

De acordo com a Lei nº 5099 de 30/11/1983;  
RESOLVE:  
Conceder ao Servidor CARLOS ALBERTO BRITO DA COSTA - Auxiliar de Atividades Gráficas, admitido em 25.07.1973, um (01) mês de Licença Especial, no período de 01 a 30/10/1990, referente ao quinquênio de 25.07.1983 a 25.07.1988.  
Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.  
PEDRO PINTO  
Diretor-Presidente

(G. Reg. nº 33848)

## CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

PORTARIA Nº 0043/90-CCG, DE 26 DE SETEMBRO DE 1990  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
Designar a servidora MARIA DILCE DOS SANTOS CABRAL, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, lotada na Casa Civil da Governadoria do Estado, para responder até ulterior deliberação pela Chefe do Serviço do Protocolo da Casa Civil, a contar de 01.06.1990.

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 26 de Setembro de 1990  
FREDERICO COELHO DE SOUZA  
Chefe da Casa Civil

(G. Reg. nº 33839)



RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Belém, 04 de outubro de 1990

INTERESSADO: SEJU - SISTEMA PENAL

ASSUNTO : CONVITE Nº 063/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MILHO E DEMAIS INGREDIENTES PARA RAÇÃO  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): PROPEC-MINERAÇÃO IND. COM. REP. LTDA.  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-1.082.750,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: BANPARÁ

ASSUNTO : CONVITE Nº 109/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE 1.600 CAIXAS DE PAPEL CARBONO  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): MONTE CARLO  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-376.000,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: BANPARÁ

ASSUNTO : CONVITE Nº 110/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE 800 FITAS MAGNÉTICAS DE 1.200 PÉS  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): MR INFORMÁTICA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-1.206.472,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: BANPARÁ

ASSUNTO : CONVITE Nº 108/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE 900 MILHÕES DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): GRAFISA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-560.700,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 069/90  
 OBJETO : CONSTRUÇÃO DE 01 PONTE SOBRE O RIO GRANDE KM 34, ROD. PA-458  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): CONSPON-IND. E COMÉRCIO LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-21.766.730,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : CONVITE Nº 149/90  
 OBJETO : RESTAURAÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA HUBER MD.10 DM MN-54  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): CARAJÁS-PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-995.860,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 065/90  
 OBJETO : RESTAURAÇÃO DE PONTES DE MADEIRA ROD. PA-140  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): ENGEASA-ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-10.500.000,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 059/90  
 OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA AUTORIZAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE TRANSPORTES DO ESTADO DO PARÁ  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): MAIA MELO ENGENHARIA LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-8.960.919,92  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 083/90  
 OBJETO : EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REUPERAÇÃO NA ROD. PA-439  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): NORCOM - ENG. IND. COM. LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-30.034.184,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : CONVITE Nº 184/90  
 OBJETO : RECUPERAÇÃO EM 01 CARREGADEIRA CASE M.W TC 65  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): SEMAP-SERV. E COM. LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-400.000,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 067/90  
 OBJETO : EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS ROD. PAVIMENTADAS DA 2ª DR.  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): BETUBEI - BETUMES DE BELÉM LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-35.059.908,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: HEMOPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 047/90  
 OBJETO : SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): J.G.S. ASSESSORIA E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-188.008,10  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: HEMOPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 048/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): BIOLAB S/A.  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-85.030,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: HEMOPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 045/90  
 OBJETO : CONFECCÃO DE UNIFORMES  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): COMBRAZ LTDA E RIAM LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-177.940,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: PRODEPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 032/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): CONTE CUNHA LTDA, MORENO COM. LTDA, VIEIRA E NEVES, RANA LTDA, A PINHEIRO PAPELARIA E CABEÇA COM. REP. LTDA.  
 VALOR GLOBAL: Cr\$ 207.092,75  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SESPA

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 039/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): T.J. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E FERRAG, HIDROMAQ LTDA, IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A, MOTOGERAL LTDA, ENGE LTDA E FERRAMAQ LTDA.  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-7.439.670,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: PRODEPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 034/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): ZALUSO COM. REP. LTDA, INTEGRAL COM. SERV. LTDA E MASTER DIST. LTDA.  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-473.472,90  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SESPA

ASSUNTO : CARTA CONVITE Nº 045/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): BIONOVA LTDA, JOSÉ SOARES S/A E HOSPITECNICA LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-1.003.818,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SETRAN

ASSUNTO : CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 025/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): IMPERADOR, ATALALA VEÍCULOS, GUAJARÁ VEÍCULOS LTDA, MERCEDES BENZ, CHEVROTECNICA, TAPAJÓS, BELAUTO, NORVEL, MOTOBEL, SOTREQ, BRAMAQ, MARCOS MARCELINO, CO-MAC, COBRAZ, ODECAM, PAVIQUÍMICA E MOTOGERAL  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-5.174.721.096,67  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: COSANPA

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 013/90  
 OBJETO : FORNECIMENTO DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): COFERMETA LTDA, COMPANHIA FORT. DA AMAZÔNIA E FERRAMAQ COM. REP. LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-1.508.747,57  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SESPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 060/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO  
 FIRMA(S) VENCEDORA(S): CABANAGEM MAT. CONST. LTDA, T.J. MAT. DE CONST LTDA E FERRAMAQ COM. E REP. LTDA  
 VALOR GLOBAL: Cr\$-1.308.630,00  
 DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SESPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 058/90  
 OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA P.S. DE JUBIM E CONDEIXAS



FIRMA(S) VENCEDORA(S): FERRAMAQ- COM. E REP. LTDA, CABANAGEM - MAT. DE CONST. LTDA E T.J. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAG.

VALOR GLOBAL: Cr\$-1.317.750,00

DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SESPA

ASSUNTO : CONVITE Nº 059/90

OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA P.S. DE JUBIM E CON- DEIXAS

FIRMA(S) VENCEDORA(S): T.J. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, FERRAMAQ LTDA E CABANAGEM MAT. CONST. LTDA

VALOR GLOBAL: Cr\$-1.247.684,00

DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

INTERESSADO: SEFA

ASSUNTO : TOMADA DE PREÇOS Nº 012/90

OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

FIRMA(S) VENCEDORA(S): ZALUSO - COM. E REP. LTDA, BELCOPY - EQUIP. DE ESC. LTDA, LOJA DAS MÁQUINAS, RACIONAL - EQUIP. DE ESCRITÓRIO LTDA, ENGEC - ENG. E COM. LTDA, KARAJÁS CONST. DE NEGÓCIOS LTDA, JOSÉ SOARES COM. E REP. LTDA, MOTOGERAL LTDA E ENDICON - ENG. DE INST. E CONST. LTDA.

VALOR GLOBAL: Cr\$ 6.402.278,00

DESPACHO GOVERNAMENTAL: HOMOLOGO

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 04 DE outubro DE 1990

A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO, que o FUNDEPARÁ, por conveniência administrativa, não foi ratificado pela Assembleia Legislativa do Estado, a teor do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO que, através do Termo de Denúncia datado de 02.10.90, publicado no DOE de 04.10.90, a SEPLAN rescindiu diversos convênios constituídos com recursos do FUNDEPARÁ;

CONSIDERANDO que pelo mencionado Termo de Denúncia, a SEPLAN coube adotar as providências necessárias a regularizar as situações pendentes.

RESOLVE baixar a seguinte Instrução Normativa:-

I - Todos os recursos liberados e não empenhados até o dia 04.10.1990, devem ser devolvidos pelos órgãos beneficiários à conta ÚNICA nº 180001-9 do BANCO DO ESTADO DO PARÁ - Agência Senador Lemos.

II - Os saldos não liberados dos convênios denunciados deverão ser objeto de anulação parcial do empenho pela SEPLAN.

III - Até o dia 19 de outubro de 1990 as entidades beneficiárias informarão à SEPLAN a adoção dos procedimentos constantes desta Instrução.

IV - A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

(Ext. nº 24.164 - Reg. nº 42.790 - Dia: 05.10.90)

### DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 575/90-DG

HÉRCULES JOSÉ DA SILVA - Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, a necessidade de reforçar as dotações orçamentárias do exercício financeiro de 1990 do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (Resolução nº 096, de 31 de Outubro de 1990, homologada pelo Decreto nº 6553, de 29 de Dezembro de 1989) as quais se tornaram insuficientes para atender as obrigações assumidas; e,

CONSIDERANDO o que preceitua o art. 4º da Resolução citada.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de Cr\$-30.730.000,00 (TRINTA MILHÕES, SETECENTOS E TRINTA MIL CRUZEIROS), destinados a atender despesas consignadas no orçamento vigente;

ORÇÃO : DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ						1.00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : GABINETE DO DIRETOR GERAL						21.200
						21.201
DISCRIMINAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			NATUREZA DA	VALOR	
	F	P	SP	P/A		DESPESA
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DETRAN/PA.	03	07	021	2.001	3120.00	8.000.000
					3132.00	12.928.000
					3191.00	702.000
					4110.00	2.000.000
					4120.00	1.100.000
MANUTENÇÃO DO PROCESSAMENTO DE DADOS.	03	07	021	2.004	3132.00	6.000.000
TOTAL						30.730.000

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do referido crédito decorrerão das disponibilidades financeiras do DETRAN/PA oriundas do excesso de arrecadação no valor de Cr\$-30.730.000,00, (TRINTA MILHÕES, SETECENTOS E TRINTA MIL CRUZEIROS), conforme o estabelecido no inciso II do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de Março de 1964;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagirão a 01 de Outubro de 1990.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
GABINETE DO DIRETOR GERAL, EM 04 DE OUTUBRO DE 1990.

= HÉRCULES JOSÉ DA SILVA =  
Diretor Geral

(Ext. nº 24.162, Reg. nº 42.788, Dia 05/10/90)

#### SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS  
DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO DO M. DA ECONOMIA NO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/90

Objeto: Serviços de Asseio e Higienização no Edifício-Sede do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no Pará, Convento dos Mercedários e nos Órgãos do Departamento da Receita Federal localizados no Interior do Estado do Pará e Estado do Amapá.

Abertura das Propostas: dia 24.10.90 às 9:00 hs.

Endereço do Edital : Rua Caspar Viana, nº 485, s/914 - Belém/PA.

Belém, 02 de outubro de 1990.

ERNESTO MESSIAS NEYRÃO FILHO  
Presidente da CPL

(Ext. nº 24.154 Reg. nº 42.780, Dias 05, 09 e 10/10/90)

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2456 DE 26 DE SETEMBRO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,  
Considerando os termos do Of. nº 063/90-SEGUP.

RESOLVE:  
Tornar sem efeito a Portaria nº 2210 de 27.08.90 que nomeou de acordo com o art. 12 item III da Lei nº 749 de 24.12.53, MANOEL TADEU COUTO SOZINHO, para exercer o cargo em comissão de Delegado da Polícia da Delegacia Distrital da Vila do Americano, Município de Santa Izabel do Pará.

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de Setembro de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.  
(G. Reg. nº 33820)

PORTARIA Nº 2457 DE 26 DE SETEMBRO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,  
Considerando os termos do Of. nº 051/90-Prefeitura Municipal de Ourém.

RESOLVE:  
Colocar à disposição, até ulterior deliberação da Prefeitura Municipal de Ourém, LUIS OTÁVIO DE JESUS DIAS, matrícula nº 2034840/011, ocupante do cargo de Auxiliar de Campo, lotado na Secretaria de Estado de Transportes, com ônus para o Órgão de Origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de Setembro de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 2458 DE 26 DE SETEMBRO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,  
Considerando os termos do Of. nº 00229/90-SEAD.

RESOLVE:  
Colocar à disposição, até ulterior deliberação da Prefeitura Municipal de Ana-

nindeua, SEVERINO ARAÚJO LEITE, matrícula nº 3275566/014, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, CLT, lotado na Secretaria de Estado de Transportes, com ônus para o Órgão de Origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de Setembro de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 2459 DE 26 DE SETEMBRO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,  
Considerando os termos do Of. nº 00229/90-SEAD.

RESOLVE:  
Colocar à disposição, até ulterior deliberação da Prefeitura Municipal de Ananindeua, DOMINGOS ALVES DE JESUS, matrícula nº 3275396/012, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, CLT, lotado na Secretaria de Estado de Transportes, com ônus para o Órgão de Origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de Setembro de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 1236 DE 17 DE MAIO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:  
Aposentar de acordo com o art. 33, item III, alínea "B" da Constituição Estadual, art. 10 da Lei nº 5378/87, arts. 35, "Caput" 36, parágrafo Único e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, ANA LUCIA RODRIGUES CATIVO, no cargo de professor, Código GEP-M-AD4-401, Ref. X, lotada na Secretaria de Estado de Educação-capital "E.E. DM"

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 17 de Maio de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.  
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.519 de 30/08/1990

PORTARIA Nº 1339 DE 31 DE MAIO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência

delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:  
Aposentar de acordo com o art. 33, item III, alínea "B" da Constituição Estadual, arts. 35, "Caput" e 36, Parágrafo Único da Lei nº 5351/86, EULINA DA SILVA LIMA, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD1-401, Ref. X, lotada na Secretaria de Estado de Educação-capital "E.E. de 1º Grau Ariberto C.M. Klautau".

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 31 de Maio de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.  
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.519 de 30/08/1990

PORTARIA Nº 1483 DE 12 DE JUNHO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:  
Aposentar de acordo com o art. 33, item III, alínea "B" da Constituição Estadual, art. 164, da Lei nº 749/53, combinado com o art. 13 da Port. nº 0277/83-GS/SE-DUC, arts. 35, "Caput", 36, Parágrafo Único da Lei nº 5351/86, MARIA CIME LISBOA PANTOJA, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD1-401, Ref. X, lotada na Secretaria de Estado de Educação-mun. de Belém.

Registre-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 12 de Junho de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.  
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.519 de 30/08/1990  
(G. Reg. nº 33820)

PORTARIA Nº 1526 DE 18 DE JUNHO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:  
Aposentar de acordo com os arts. 33, item III, alínea "D" e 31, item I da Constituição Estadual art. 145, da Lei nº 749/53, com nova redação dada pela Lei nº 4959/81 NERI SILVA DOS SANTOS, no cargo de Agente de Portaria, Código



TP-1-102, Ref. I, lotado na Secretaria de Estado do Educação-capital "E.E. de 1º Grau Ayr Barros Pereira".

Registro-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 18 de Junho de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.  
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.519 de 30/08/1990  
(G. Reg. nº 33820)

PORTARIA Nº 1452 DE 08 DE JUNHO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463 de 11.09.86,  
RESOLVE:  
Reformar "Ex-Ofício" na mesma graduação com os arts. 106, item II, 108, item V, 109, §§ 1º e 2º alínea "C" da Lei nº 5251/85, combinado com o Decreto nº 6733/86, art. 48, item II da Constituição Estadual, art. 1º, item I, alínea "b" do Decreto nº 4490/86, art. 1º, item I do Decreto nº 3266/84, arts. 1º, item IV, alínea "b" e 2º, item II do Decreto nº 2940/83, art. 1º do Decreto nº 1461/81, arts. 1º e 2º, item XIV do Decreto nº 2696/83, art. 20 da Lei nº 4491/73, com nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5251/85 o Cabo PM RG 6426 - WALDECI GOMES DO NASCIMENTO, pertencente à Companhia de Comando e Serviços.

Registro-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 08 de Junho de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.  
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.539 de 13/09/1990

PORTARIA Nº 1858 DE 26 DE JULHO DE 1990  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,  
Considerando a Revisão de Aposentadoria solicitada por FRANCISCA DE MENDONÇA DIAS, através do Processo nº 02431/89-SEAD,  
Considerando o disposto no art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e,  
Considerando ainda, o que estabelece o Decreto nº 6969, de 27.06.90,  
RESOLVE:  
I - Retificar a aposentadoria de FRANCISCA DE MENDONÇA DIAS, do cargo de Agente Administrativo, Cod. GEP-SA.901.3, Classe "C", para Professor Assistente, PA-A, a qual foi aposentada através da Portaria nº 859/89-SEAD, sob o Acórdão nº 16.749, de 08.06.89.

Registro-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de Julho de 1990  
JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO  
Secretário de Estado de Administração, em exercício.  
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.539 de 13/09/1990

PORTARIA Nº 1916 DE 27 DE JULHO DE 1990  
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,  
Considerando a Revisão de Aposentadoria solicitada por REGINA MOY TEIXEIRA através do Processo nº 02535/89-SEAD,  
Considerando o disposto no art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e,  
Considerando ainda o que estabelece o Decreto nº 6969, de 27.06.90,  
RESOLVE:  
I - Retificar a aposentadoria de REGINA MOY TEIXEIRA, do cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA.901.3, Classe "C", para Professor Assistente, PA-A, a qual foi aposentada através da Port. nº 174/81-SEAD, sob o Acórdão nº 16.838, de 12.06.81, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Registro-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Secretaria de Estado de Administração, 27 de julho de 1990,  
JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO  
Secretário de Estado de Administração, em exercício  
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.539 de 13.09.1990.

PORTARIA Nº 1946 DE 31 DE JULHO DE 1990  
A Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463 de 11.09.86,  
RESOLVE

Retificar a Port. nº 0999 de 19.04.90, nos termos do OI. nº 1454 de 12.07.90 do Tribunal de Contas do Estado - Reformar "Ex-Ofício" na mesma graduação de acordo com os arts. 106, item II, 108, item V da Lei nº 5251/85, arts. 1º, item IV, alínea "d" e 2º, item II do Decreto nº 2940/83, art. 1º, item I, alínea "h" do Decreto nº 4490/86, art. 1º, item I do Decreto nº 3266/84, art. 1º do Decreto nº 1461, art. 1º do Decreto nº 2696/83, art. 20 da Lei nº 4491/73, com nova redação dada pela Lei nº 5251/85, art. 48, item II da Constituição Estadual, o Soldado BM RG 7083 - PAULO DOS SANTOS SILVA, pertencente ao 3º SGI do corpo de Bombeiros Militares.  
Registro-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Secretaria de Estado de Administração, 31 de julho de 1990,  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.539 de 13.09.1990.

PORTARIA Nº 0138 DE 17 DE JANEIRO DE 1990  
A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,  
Considerando que ROSILDA BARAÚNA VIANA, solicita através do Reqº 07/89-SEAD, revisão de seus proventos,  
Considerando o parecer favorável anexo ao referido requerimento,  
RESOLVE:  
I - Retificar os proventos de ROSILDA BARAÚNA VIANA, aposentada no cargo de Diretor EP-4, lotado na Secretaria de Estado de Educação Capital, fixados na Port. nº 047/85, sob o Acórdão nº 13.853 de 28.02.85.  
Registro-se, publique-se e cumpra-se  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 17 de Janeiro de 1990  
MARIA DE NAZARÉ DE KOS MIRANDA MARQUES  
Secretária de Estado de Administração.  
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.552 de 18/09/1990

RESOLUÇÃO DOS ESTATUTOS DO "CENTRO DE ESTUDOS DE PRÁTICAS INTEGRADAS DE GRUPO" aprovados em sessão de Assembleia Geral Extraordinária de 01 de setembro de 1990.  
Denominação: Centro de Estudos e Práticas Integradas de Grupo  
Fundo Social: É constituído de mensalidades, de apêses, de rendas eventuais, convênios, auxílios e subvenções que forem oferecidos por pessoas físicas e ou jurídicas. Fins: DAS FINALIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS: a) Defender os interesses do grupo aos interessados, promovendo conferências, congressos, grupos de estudos, cursos, seminários, assessorias, consultorias e quaisquer outros recursos adequados para estes fins, dentro de princípios holísticos, interdisciplinares, científicos e de nossa cultura regional (amazônica); b) Promover o encontro dos interessados nos estudos e nas práticas integradas de grupo, como um movimento dentro dos princípios de inciso b, deste artigo e outros órgãos nacionais e internacionais de atividades similares e afins; c) Promover divulgação do Centro de Estudos junto ao público, às entidades de atividades congêneres e associados em geral; d) Filiar-se às instituições afins visando o aprimoramento do Centro de Estudos e Práticas Interagoras do Grupo; e) Promover convênios com instituições para atendimento de grupos de clientes da comunidade em geral, com forma de estudo e pesquisa em prática grupais; f) Promover e incentivar a publicação de trabalhos de pesquisa dos interessados, dentro do que se propõe o Centro de estudos; g) Angariar fundos em dinheiro ou espécie para atender as finalidades do Centro; h) Formar terapias de grupos com enfoque em bases integrativas. Sede: Cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil. data de Fundação: 01 de setembro de 1990 Duração: Indeterminada Administração e Representação: O Colegiado Prazo de mandato do Colegiado: 04 anos. Responsabilidade: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas despesas, gastos, dívidas e outros ônus contraídos pelo Centro de Estudos.  
Dissolução: O Centro de estudos e Práticas Integradas de Grupo tem duração ilimitada, podendo ser extinto em sessão extraordinária de Assembleia Geral, especialmente destinada a isto e por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Geral, especialmente destinada a isto e por deliberação da maioria absoluta da Assembleia. Colegiado: Presidente: Jayme da Senarids, brasileiro, desquitado, médico; Secretária: Simone Coelho Sette Câmara; Tesoureiro: Manoel de Chisto Alves Neto.  
(G. Reg. 33854)

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 167/90

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, notifica o Sr. JOAO EVANGELISTA P. DA SILVA, ex-Prefeito de que no dia 18.10.90, às 9:00 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo Nº 78.080, referente a Tomada de Contas da PM de MONTE ALEGRE, em face do Convênio Nº 330/86, firmado com SEPLAN.

Belém, 01 de outubro de 1990.

Manuel Ayres  
PRESIDENTE

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 168/90

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, notifica o Sr. MANOEL MONTEIRO DOS SANTOS, Presidente de que no dia 18.10.90, às 9:00 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo Nº 78.270, referente a Tomada de Contas do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITUPIRANGA, em face do Convênio Nº 027/88, firmado com SEPLAN.

Belém, 01 de outubro de 1990.

Manuel Ayres  
PRESIDENTE

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 169/90

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, notifica o Sr. CLARINDO CASTRO PARAGUASSU, Presidente de que no dia 18.10.90, às 9:00 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo Nº 78.275, referente a Tomada de Contas do CENTRO EDUCACIONAL TEREZINHA GUEIROS, em face do Convênio Nº 528/88, firmado com SEPLAN.

Belém, 01 de setembro de 1990.

Manuel Ayres  
PRESIDENTE

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 170/90

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, notifica o Sr. FILOMENO DE SOUZA REIS, ex-Prefeito de que no dia 18.10.90, às 9:00 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo Nº 77.970, referente a Tomada de Contas da PM de SÃO FELIX DO XINGU, em face do Convênio Nº 437/88, firmado com SEPLAN.

Belém, 01 de outubro de 1990.

Manuel Ayres  
PRESIDENTE

(G. Reg. 33.823)

## JUSTIÇA FEDERAL

### JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0034365-0

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 89, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0034365, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra ANTONIO ANDRADE DA SILVA, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuições parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1981, registrada sob o nº PA-099006-86-3, em 30/09/86. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-81.707,43, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, (Fernando de Souza Gregório), Diretor da Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

## JUSTIÇA FEDERAL

### JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0034306-4

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 89, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0034306-4, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra RAIMUNDO TORRES DE CRISTO, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuições parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1981, registrada sob o nº PA-097815-86-1, em 30/09/86. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-108.103,44, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presen

te EDITAL será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, (Fernando de Souza Gregório), Diretor da Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0034403-6

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 89, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0034403-6, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra MARCO ANTONIO DA SILVA LEÃO, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuições parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1985, registrada sob o nº PA-098007-86-6, em 30/09/86. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-7.508,60, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, (Fernando de Souza Gregório), Diretor da Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0036611-0

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 89, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0036611-0, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra MISSÃO PRESBITERIANA DO BRASIL, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuições parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1985, registrada sob o nº PA-040115-86-3, em 30/09/86. Tendo em vista ignorar-se o endereço da executada, pelo presente CITA-A, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-88.253,76, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL, será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, (Fernando de Souza Gregório), Diretor da Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0036550-5

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 89, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0036550-5, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra JOAQUIM AUGUSTO PEIREIRA MACHADO, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuições parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1986, registrada sob o nº PA-003899-88-0, em 30/07/88. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-96.780,37, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe



penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL, será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0036781-8

**EDITAL DE CITACÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 8º, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0036781-8, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra DJALMA PINHEIRO CABETTE, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuição parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1986, registrada sob o nº PA-010784-88-4, em 30.07.88. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-130.310,45, ou garantir a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL, será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0036713-3

**EDITAL DE CITACÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 8º, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0036713-3, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra JOSE BENZECRY, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuição parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1986, registrada sob o nº PA-004256-88-4, em 30.07.88. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-661.321,15, ou garantir a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL, será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0036657-9

**EDITAL DE CITACÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 8º, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0036657-9, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra FAZENDA UBERABA S/A., correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1986, registrada sob o nº PA-005517-88-6, em 30.07.88. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pa-

gar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-191.611,88, ou garantir a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no local de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0037255-2

**EDITAL DE CITACÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 8º, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0037255-2, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra SIREN PLACIDO RIBEIRO, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuição parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1986, registrada sob o nº PA-013388-88-2, em 30/07/88. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-112.029,66, ou garantir a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0037096-7

**EDITAL DE CITACÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 8º, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0037096-7, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra ANA PEREIRA DA MACHALHES, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuição parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1986, registrada sob o nº PA-006771-88-3, em 30/07/88. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-108.160,32, ou garantir a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 89.0002448-5

**EDITAL DE CITACÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 8º, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 89.0002448-5, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra MIRIAM KANAAN MOURA, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribui-

ção parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1986, registrada sob o nº PA-009503-88-0, em 30/07/88. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de NCZ\$-38.546,60, ou garantir a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL, será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

Proc. nº 00.0034409-5

**EDITAL DE CITACÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor IRAN VELASCO NASCIMENTO, Juiz Federal da 3a. Vara, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que lerem, -na forma do que dispõe o art. 8º, IV da Lei nº 6830/80 - o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo Federal da 3a. Vara e Secretaria respectiva, tramitam os autos de Execução Fiscal nº 00.0034409-5, ajuizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) contra OSMAR NOVAIS DA SILVEIRA FILHO, correspondente à dívida de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), contribuição parafiscal ao Incra, taxas de serviços cadastrais e contribuições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), exercício 1985, registrada sob o nº PA-099296-86-1, em 30/09/86. Tendo em vista ignorar-se o endereço do executado, pelo presente CITA-O, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com seus acréscimos legais, na quantia de CZ\$-8.420,05, ou garantir a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida e acessórios, ficando ciente de que este Juízo fica localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 697. Para que de futuro não alegar ignorância, o presente EDITAL será publicado no órgão oficial do Estado, cuja cópia será afixada no lugar de costume. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove. Eu, *Fernando de Souza Gregório*, Diretor de Secretaria o datilografei.

Iran Velasco Nascimento  
JUIZ FEDERAL DA 3a. VARA

(G.Reg.33.799)

**REPARTIÇÃO CRIMINAL**

**EDITAL**

O Doutor RAIMUNDO HOLANDA REIS, MM, Juiz em exercício da 9ª Vara Penal Capital, da Comarca de Belém, faz saber aos que estes lerem ou dele tomarem conhecimento que pela Doutora Violante Pamplona Morsira Promotora de Justiça da Capital, foi denunciado RAIMUNDO NONATO CASTRO DE BRITO, Paraense, solteiro, Residente Passagem Estrela, nº 38-A, Av. Primeiro de Dezembro, como autor de Crime de Estelionato, estando em lugar incerto e não sabido e como não foi encontrado para ser citado pessoalmente expedie-se o presente Edital para que o mesmo sob pena de revelia compareça a este Juízo no dia 26 de outubro de 1990, às 9:30, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado. Belém, 25 de setembro de 1990.

EU, MARIA DE SOCORRO DA SILVA CARDOSO, Escrivã em exercício o datilografei a subscrevi.

Dr. RAIMUNDO HOLANDA REIS, Juiz em exercício da 9ª Vara Penal Capital.

.....

Dr. RAIMUNDO HOLANDA REIS, Juiz em exercício da 9ª Vara Penal Capital, faz saber aos que estes lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo Doutor Miguel Roberto Villena-Lima Promotor de Justiça, foi denunciado YRACELINO "TIO" ASSUMI, brasileiro, solteiro, carpinteiro, domiciliado em Belém, no bairro de Belém, à Av. Paratupá nº 275-2, estando em lugar incerto e não sabido, como inculpa do crime de furto de 3.720,75 como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expedie-se o presente Edital para que o denunciado sob pena de revelia compareça a este Juízo no dia 18 de outubro de 1990, às 09:00 horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado.



Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa (1990). Eu, DR. MACIEL COUTINHO, Juiz de Direito, escrevo e assino a presente, a Ana Tereza Geronzi Curiceta, Juíza de Direito.

**EDITAL JUDICIAL**

ESTADO DO PARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE CAPANEMA

**EDITAL - Nº 98/90**

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE VENCIMENTOS NA SEDE DA COMARCA DE CAPANEMA - ESTADO DO PARÁ.

A ORA, MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Capanema, Estado do Pará, Titular do Fórum, no uso de suas atribuições legais, etc., torna público, que os interessados no Concurso Público para Oficial de Justiça desta Comarca, os abaixo relacionados:-

- 01 - CELIA CRISTINA PINTO MESQUITA - INSCRIÇÃO Nº 84
- 02 - ANTONIO DA CONCEIÇÃO ALVES - INSCRIÇÃO Nº 129
- 03 - MARIA JOSÉ FAUSTINO DE PINHO - INSCRIÇÃO Nº 131
- 04 - MARIA RÓDIA DE ARAÚJO SILVA - INSCRIÇÃO Nº 119
- 05 - EDILSON CORREIA ALVES - INSCRIÇÃO Nº 121
- 06 - ANTONIO HUGO RIBEIRO DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 146
- 07 - MARIA DE NAZARÉ NEVES DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 152
- 08 - RITA DE CÁSSIA DE SOUSA CUNHA - INSCRIÇÃO Nº 157
- 09 - EDSON RINALDO MONTEIRO GOMES - INSCRIÇÃO Nº 159
- 10 - ANTONIO PINHEIRO DA CUNHA - INSCRIÇÃO Nº 183
- 11 - CARLOS DE MORAIS BORGES JÚNIOR - INSCRIÇÃO Nº 182
- 12 - SANDRA MARIA BARROS FONSECA - INSCRIÇÃO Nº 198
- 13 - JOELSON PEREIRA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 199
- 14 - MARIA DE FÁTIMA VIANA PEREIRA - INSCRIÇÃO Nº 206
- 15 - MARGARIDA MARIA MESQUITA SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 208
- 16 - TEREZA LÚCIA COELHO FREITAS - INSCRIÇÃO Nº 230
- 17 - WILSON FERNANDO PEREIRA DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 233
- 18 - FLORIANA AGUIAR CASTRO BATISTA - INSCRIÇÃO Nº 237
- 19 - NENEC MARIA NEVES DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 238
- 20 - LUIZ FARIAS ARAÚJO SANTANA JÚNIOR - INSCRIÇÃO Nº 221
- 21 - JORGE AUGUSTO SILVA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 249
- 22 - ALDO HENRIQUE ALVES BARMENTO - INSCRIÇÃO Nº 251
- 23 - RAIMUNDO MONATO FREITAS DE MENDONÇA - INSCRIÇÃO Nº 193
- 24 - JOSÉ GILMO LOBATO PANTOJA - INSCRIÇÃO Nº 46
- 25 - ÁUREA MARIA AMORIM DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 154
- 26 - CARLOS FERNANDO RIBEIRO DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 147
- 27 - ALFREDOSON ANTONIO PISCANO RODRIGUES - INSCRIÇÃO Nº 135
- 28 - CARLOS QUEIROZ DA CUNHA - INSCRIÇÃO Nº 88
- 29 - ADENILSON ANTONIO PISCANO RODRIGUES - INSCRIÇÃO Nº 138
- 30 - JOSÉ AURISTÉLIO MEZES FREITAS - INSCRIÇÃO Nº 64
- 31 - ANTONIO FRANCISCO SOUSA MARTINS - INSCRIÇÃO Nº 29
- 32 - CLEO WALTER MOREIRA DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 42
- 33 - GEORGE DIAS DE AGUIAR - INSCRIÇÃO Nº 261
- 34 - LUIZ EDUARDO FRANCHI - INSCRIÇÃO Nº 252
- 35 - ADEMAR DA SILVA MENDES - INSCRIÇÃO Nº 86
- 36 - EDUARDO AUGUSTO CRUZ VAL - INSCRIÇÃO Nº 15
- 37 - SILVIO AUGUSTO BULHÕES - SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 99
- 38 - ARNALDO ROLIM DE ALBUQUERQUE - INSCRIÇÃO Nº 137
- 39 - MARCIO FABIANO DA SILVA MEDES - INSCRIÇÃO Nº 10
- 40 - EDGARDO CORREIA DO NASCIMENTO - INSCRIÇÃO Nº 19
- 41 - MARIA NAÍDE DA CUNHA LISBOA - INSCRIÇÃO Nº 57
- 42 - JOSÉ DE NAZARÉ MONTEIRO - INSCRIÇÃO Nº 79
- 43 - PAULO EURIDES DOS SANTOS LOBATO - INSCRIÇÃO Nº 76
- 44 - ANTONIO MARIA ZACARIAS DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 101
- 45 - WALDEMAR KENNEDY RIBEIRO COELHO - INSCRIÇÃO Nº 105
- 46 - ANGELA CRISTINA PINTO MESQUITA - INSCRIÇÃO Nº 85

QUE SE INSCREVERAM AO CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DE SEGURANÇA, OS ABAIXO RELACIONADOS:-

- 01 - PAULO FERNANDO SANTOS NASCIMENTO - INSCRIÇÃO Nº 240
- 02 - MARIA DE NAZARÉ RUFINO DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 243
- 03 - LINDALVA SOUSA DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 244
- 04 - EDILSON LEAL JÚNIOR - INSCRIÇÃO Nº 253
- 05 - MARICERIS DE AZEVEDO PINHEIRO - INSCRIÇÃO Nº 255
- 06 - MARIA DE LOURDES DA CUNHA ROCHA - INSCRIÇÃO Nº 41
- 07 - ANA CRISTINA RODRIGUES MEZES - INSCRIÇÃO Nº 95
- 08 - MARIA EDNA MARTINS RIBEIRO - INSCRIÇÃO Nº 232
- 09 - MÁRCIA REGINA DA COSTA OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 231
- 10 - SILBENE FRANCISCA REIS DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 234
- 11 - KÁTIA REGINA CRUZ DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 205
- 12 - CLEDES SIQUEIRA BRITO - INSCRIÇÃO Nº 210
- 13 - ISRAELSON MONTEIRO DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 188
- 14 - RUTY DA SILVA GONÇALVES - INSCRIÇÃO Nº 161
- 15 - BENEDITO MENDONÇA DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 175
- 16 - ANA REGINA BORGES DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 178
- 17 - ROBERTO FERREIRA LIMA - INSCRIÇÃO Nº 149
- 18 - JOÃO CARLOS PINHEIRO DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 155
- 19 - JOÃO SIDÔNIO GONÇALVES DA COSTA - INSCRIÇÃO Nº 127
- 20 - REGINALDO MIRANDA DE ARAÚJO - INSCRIÇÃO Nº 41
- 21 - MARCOS ANTONIO OLIVEIRA DAMASCENO - INSCRIÇÃO Nº 104
- 22 - PAULO SERGIO GOMES DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 116
- 23 - ROSANGELA MARIA MESQUITA CARDOSO - INSCRIÇÃO Nº 83
- 24 - INALDIRAM DO SOCORRO DA CUNHA - INSCRIÇÃO Nº 71
- 25 - MAURO ASSIS MARTINS - INSCRIÇÃO Nº 113
- 26 - JOSÉ JESUS DE SOUSA GOMES - INSCRIÇÃO Nº 49
- 27 - ARMANDO MENDES DA SILVA NETO - INSCRIÇÃO Nº 62
- 28 - ANTONIO VALMI DA SILVA E SILVA - INSCRIÇÃO Nº 11
- 29 - CASCIRO DE QUADROS PEINADO - INSCRIÇÃO Nº 61
- 30 - ROSILENE PANTOJA DOS SANTOS - INSCRIÇÃO Nº 34
- 31 - SEBASTIANA TEIXEIRA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 35
- 32 - JOÃO DORCE MONTEIRO DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 22
- 33 - ALMIR NAZARÉ DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 25
- 34 - MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MACIEL COUTINHO - INSCRIÇÃO Nº 47
- 35 - LUIZ GONZAGA DE ABEU NETO - INSCRIÇÃO Nº 50

- 36 - WALDES RIBEIRO DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 36
- 37 - VANDERLUCIA SANTOS CAMPELO - INSCRIÇÃO Nº 203
- 38 - JOSÉ NAZARÉ FREITAS DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 77
- 39 - VICENTE DE PAULA GONÇALVES NOGUEIRA - INSCRIÇÃO Nº 56
- 40 - JOSÉ ANTONIO PEREIRA NETO - INSCRIÇÃO Nº 75

QUE SE INSCREVERAM AO CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE JUDICIÁRIO, OS ABAIXO RELACIONADOS:-

- 01 - MARIA DA SILVA BONFIM - INSCRIÇÃO Nº 180
- 02 - LÉILA CLÉIA CAVALCANTE CARDOSO - INSCRIÇÃO Nº 52
- 03 - JOSÉ MARIA BATISTA DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 297
- 04 - REGINA LOURDES COSTA DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 250
- 05 - MARIA IVANEIZA UCHÔA BARROS - INSCRIÇÃO Nº 40
- 06 - SIMONE CAVALCANTE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 54
- 07 - DEETE LIMA DOS REIS - INSCRIÇÃO Nº 48
- 08 - EDILSA MATIAS MELO - INSCRIÇÃO Nº 33
- 09 - MARLENE GOMES DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 28
- 10 - EDUARDO JORGE COIMBRA DA MOTA - INSCRIÇÃO Nº 45
- 11 - FERNANDO DE OLIVEIRA E SILVA - INSCRIÇÃO Nº 27
- 12 - MARIZ ONCE DE SANTOS OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 38
- 13 - MARIA EUNICE HENRIQUE DE SOUSA LIMA - INSCRIÇÃO Nº 39
- 14 - MARIA LÚCIA PINHEIRO RIBEIRO - INSCRIÇÃO Nº 89
- 15 - ROSILDA MARIA DE SOUSA FREITAS - INSCRIÇÃO Nº 88
- 16 - RAIMUNDO CARLOS DOS SANTOS RISENHO - INSCRIÇÃO Nº 87
- 17 - RUTELEIDE SILVA ALVES - INSCRIÇÃO Nº 25
- 18 - EDILMA MARTINS DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 24
- 19 - RAIMUNDA CHAVES DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 21
- 20 - GILBERTO ARAÚJO DO SOCORRO E. VALENTE - INSCRIÇÃO Nº 14
- 21 - ANA LÍLIA LOPES - INSCRIÇÃO Nº 49
- 22 - RICARDO JOSÉ SARAIVA DE QUADROS - INSCRIÇÃO Nº 145
- 23 - EDILENE CONCEIÇÃO CAVALCANTE DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 259
- 24 - MARIA LUIZA RUFINO NASCIMENTO - INSCRIÇÃO Nº 258
- 25 - DALVA ARAÚJO DE ALEXANDRIA - INSCRIÇÃO Nº 268
- 26 - USIRACY DA COSTA NOGUEIRA JÚNIOR - INSCRIÇÃO Nº 177
- 27 - LUIZA MARIA MENDES DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 248
- 28 - WALDEMARIA SPINDOLA DE ATHAÍDES - INSCRIÇÃO Nº 262
- 29 - MARLOS ADALTON BULHÕES CAVALCANTE - INSCRIÇÃO Nº 263
- 30 - FRANCISCA EDINEIDE DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 246
- 31 - OSCARINA RUFINO DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 242
- 32 - RONILDE PEREIRA MELO - INSCRIÇÃO Nº 265
- 33 - WILDEILIA FRANCISCA LEAL LIMA - INSCRIÇÃO Nº 267
- 34 - SANDRA HELENA PINTO DOS SANTOS - INSCRIÇÃO Nº 227
- 35 - JOSÉ SIDNEI SOARES OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 228
- 36 - MARIA RESELI DE SOUSA MARINHO - INSCRIÇÃO Nº 217
- 37 - NEREIDE NERY DOS SANTOS - INSCRIÇÃO Nº 216
- 38 - LUIZ GUILHERME FRANCO MAIA - INSCRIÇÃO Nº 218
- 39 - LUIZ MARIA SOARES DE QUADROS - INSCRIÇÃO Nº 187
- 40 - CUSTÓDIO FERNANDES EVANGELISTA - INSCRIÇÃO Nº 189
- 41 - LUIZA SILVA DAMASCENO - INSCRIÇÃO Nº 190
- 42 - ERANILDO DOS SANTOS NOVAES - INSCRIÇÃO Nº 245
- 43 - ANTONISA PINHEIRO FREITAS - INSCRIÇÃO Nº 194
- 44 - RUI AFRONSO MACIEL DE CASTRO - INSCRIÇÃO Nº 196
- 45 - IONE DOS SANTOS NOVAES - INSCRIÇÃO Nº 200
- 46 - CARMEM LUIZA PEREIRA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 211
- 47 - SEBASTIANA CYPRIANO DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 201
- 48 - MARIA AMELIZ DO SOCORRO DA S. QUEIROZ - INSCRIÇÃO Nº 213
- 49 - ALMIRA LÚCIA SALÉS MARTINS - INSCRIÇÃO Nº 212
- 50 - JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA - INSCRIÇÃO Nº 223
- 51 - MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA PASTANA - INSCRIÇÃO Nº 215
- 52 - ORLANDINA DE JESUS LEITE DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 226
- 53 - ZELANDIA LIEGE REIS GAMA - INSCRIÇÃO Nº 214
- 54 - MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS ALVES - INSCRIÇÃO Nº 225
- 55 - VERA LÚCIA DOS REIS ARAÚJO - INSCRIÇÃO Nº 241
- 56 - RAIMUNDA DEZUITA LEITE - INSCRIÇÃO Nº 266
- 57 - IRACEMA DOS REIS SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 268
- 58 - ODIR JOSÉ DAMASCENO DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 70
- 59 - JOSÉ MARIA RAMOS - INSCRIÇÃO Nº 72
- 60 - ROSEMARY CAMPELO FARIAS - INSCRIÇÃO Nº 111
- 61 - EDINEIA BARBOSA VILHENA - INSCRIÇÃO Nº 106
- 62 - MARIA DO SOCORRO MONTEIRO REIS - INSCRIÇÃO Nº 112
- 63 - CAROLINO OLEGÁRIO CHAVES - INSCRIÇÃO Nº 96
- 64 - JOÃO NILO PINTO MOURA - INSCRIÇÃO Nº 97
- 65 - LUCINDO JOSÉ DE VASCONCELOS BARROS - INSCRIÇÃO Nº 247
- 66 - EBERNEZIO CUNHA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 98
- 67 - LUCIDALVA DE SOUSA COELHO - INSCRIÇÃO Nº 87
- 68 - MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE O. FERREIRA - INSCRIÇÃO Nº 51
- 69 - MARIA RAIMUNDA DE AVIZ OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 93
- 70 - MARIA CÍCERA DA ROCHA - INSCRIÇÃO Nº 94
- 71 - ROSINEIDE DIAS DE FREITAS - INSCRIÇÃO Nº 90
- 72 - ANGELA MARIA LIMA MARINHO - INSCRIÇÃO Nº 91
- 73 - GILSON ARAÚJO DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 60
- 74 - IRACY ARAÚJO DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 59
- 75 - JORGE SILVA DE CASTRO - INSCRIÇÃO Nº 47
- 76 - ANALICE FERNANDES R. MEZES - INSCRIÇÃO Nº 78
- 77 - ELZA OLIVEIRA RIBEIRO - INSCRIÇÃO Nº 73
- 78 - SEBASTIÃO GOMES DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 81
- 79 - NAZARÉ DE SOUSA CARDOSO - INSCRIÇÃO Nº 80
- 80 - ELIANA NAZARÉ NASCIMENTO RIBEIRO - INSCRIÇÃO Nº 128
- 81 - ANA CLÉIA DOS SANTOS COSTA - INSCRIÇÃO Nº 136
- 82 - MARIA EDNEIA BARROS MEDeiros - INSCRIÇÃO Nº 89
- 83 - ROSILDA DA COSTA MELO - INSCRIÇÃO Nº 133
- 84 - WANETE MARTINS FARIAS - INSCRIÇÃO Nº 122
- 85 - REGINA LÚCIA PAES MORAES - INSCRIÇÃO Nº 123
- 86 - ENEDIA SARAIVA DE QUADROS - INSCRIÇÃO Nº 126
- 87 - VALDILEI COSTA - INSCRIÇÃO Nº 118
- 88 - ANA CLAUDIA DE SOUSA PEREIRA - INSCRIÇÃO Nº 114
- 89 - MARIA DEETE RODRIGUES LIMA - INSCRIÇÃO Nº 117
- 90 - MANOEL DOMINGOS DE QUADROS - INSCRIÇÃO Nº 142
- 91 - EDNADINA SARAIVA DE QUADROS - INSCRIÇÃO Nº 140
- 92 - MARIA BETÂNIA FERREIRA SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 160
- 93 - FÁBIO ANTONIO MARQUES FERREIRA - INSCRIÇÃO Nº 162
- 94 - MARIA CATARINA FERREIRA GOMES - INSCRIÇÃO Nº 165
- 95 - NEILE DE JESUS BASTOS DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 166
- 96 - CREUZA ALVES DOS SANTOS - INSCRIÇÃO Nº 169
- 97 - TEREZINHA DE JESUS PINHEIRO DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 170
- 98 - MARIA LIMA MESQUITA BARROS - INSCRIÇÃO Nº 169
- 99 - IRANDIR SILVA QUEIROZ - INSCRIÇÃO Nº 171
- 100 - JOHANNA SILVA GONÇALVES - INSCRIÇÃO Nº 174
- 101 - GUACETER DANTAS ELIAS - INSCRIÇÃO Nº 176
- 102 - CRISTILIA ANDRADE DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 179
- 103 - RISAIVA TAVARES GATA - INSCRIÇÃO Nº 186
- 104 - AFRONSO LOPES MENDES - INSCRIÇÃO Nº 15

- 105 - MARIA BENEICITA ALMEIDA RAMOS - INSCRIÇÃO Nº 261
- QUE SE INSCREVERAM AO CONCURSO PÚBLICO PARA AUXILIAR JUDICIÁRIO, OS ABAIXO RELACIONADOS:-

- 01 - IVANA DO SOCORRO OLINS DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 239
- 02 - MARIA MARTA LEÃO FORTES - INSCRIÇÃO Nº 172
- 03 - ROSINELMA FERREIRA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 235
- 04 - MARIA ANGELINA ALVES FELIPE - INSCRIÇÃO Nº 229
- 05 - MARCO ANTONIO MOURA RIBEIRO - INSCRIÇÃO Nº 220
- 06 - ALVARO LUIZ OLIVEIRA CARVALHO - INSCRIÇÃO Nº 219
- 07 - JOAQUIM DE AVIZ RODRIGUES - INSCRIÇÃO Nº 209
- 08 - JOJO SERGIO NUNES DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 207
- 09 - SELMA DO SOCORRO LOPES PEDROSA - INSCRIÇÃO Nº 204
- 10 - RAIMUNDO MONATO BATISTA - INSCRIÇÃO Nº 197
- 11 - WILLIAM JOSÉ CAMPOS DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 195
- 12 - MILE BETÂNIA NOGUEIRA DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 192
- 13 - TEREZINHA REMÍGIO SANTOS - INSCRIÇÃO Nº 191
- 14 - PAULO SERGIO SOUSA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 185
- 15 - ADRIANO JOSÉ PEREIRA - INSCRIÇÃO Nº 181
- 16 - ROSELI DA SILVA MACHADO - INSCRIÇÃO Nº 184
- 17 - WILDIRMA MARIA CAMPOS DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 173
- 18 - MARIA ESTELA SOUSA ELIAS - INSCRIÇÃO Nº 167
- 19 - ANGELICA MARIA FERREIRA GOMES - INSCRIÇÃO Nº 164
- 20 - MARIA DE LOURDES GOMES DOS SANTOS - INSCRIÇÃO Nº 163
- 21 - SARAH REGINA COSTA DE MIRANDA - INSCRIÇÃO Nº 158
- 22 - JOSÉ RAMOS BASTOS DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 156
- 23 - MARIA VIZINTEIA GOMES DE ASSUNÇÃO - INSCRIÇÃO Nº 151
- 24 - MARIA SUELY DE ARAÚJO RAMOS - INSCRIÇÃO Nº 150
- 25 - MARIA ONCEIDE DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 148
- 26 - ANTONIA LÚCIA DA LUZ PEREIRA - INSCRIÇÃO Nº 153
- 27 - FLORACI DE AZEVEDO FARAH - INSCRIÇÃO Nº 143
- 28 - MARIA DE LOURDES DA SILVA OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 130
- 29 - AIDA MELOIZA RIBEIRO PEREIRA - INSCRIÇÃO Nº 139
- 30 - JESONIAS ALVES PAIXÃO - INSCRIÇÃO Nº 82
- 31 - ELIANA SARAIVA DE QUADROS - INSCRIÇÃO Nº 125
- 32 - EDILZA SARAIVA DE QUADROS - INSCRIÇÃO Nº 124
- 33 - ANA REGINA SIQUEIRA DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 120
- 34 - CECILIA GOMES DE SOUSA - INSCRIÇÃO Nº 135
- 35 - SELMA MARIA P. SALOMÃO DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 107
- 36 - BENEICITO RIBEIRO DA ROSA - INSCRIÇÃO Nº 100
- 37 - ROSILENE MELO CASSEB PEREIRA - INSCRIÇÃO Nº 115
- 38 - MARIA DE ARAÚJO GOMES - INSCRIÇÃO Nº 110
- 39 - MARIA NAÍDE DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 109
- 40 - ROBERTA GOMES MACALHES - INSCRIÇÃO Nº 103
- 41 - ELIVÂNIA VERÍSSIMO DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 74
- 42 - MARIA DE FÁTIMA ALVES DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 68
- 43 - SIMONE CARDINE BARBOSA LIMA - INSCRIÇÃO Nº 10
- 44 - MARIA LÚCIA DA SILVA BERRA - INSCRIÇÃO Nº 12
- 45 - MARIA LÚCIA FERREIRA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 16
- 46 - VALDEMAR ALVES DO NASCIMENTO FILHO - INSCRIÇÃO Nº 65
- 47 - ANTONIO BARROS DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 67
- 48 - FRANCISCA DE SOUSA GOMES - INSCRIÇÃO Nº 66
- 49 - DILSON COSTA NASCIMENTO - INSCRIÇÃO Nº 100
- 50 - PEDRO GERALDO GONÇALVES NOGUEIRA - INSCRIÇÃO Nº 144
- 51 - LUIS AUGUSTO DE LIMA PINHEIRO - INSCRIÇÃO Nº 84
- 52 - EDNA MARIA LIMA - INSCRIÇÃO Nº 83
- 53 - ELIETE THOMAS FERREIRA - INSCRIÇÃO Nº 82
- 54 - ADILSON DO SOCORRO BATISTA MARTINS - INSCRIÇÃO Nº 81
- 55 - FRANCISCA SARAIVA DA CUNHA - INSCRIÇÃO Nº 63
- 56 - CLAUDYLLINE DE OLIVEIRA PEREIRA - INSCRIÇÃO Nº 264
- 57 - EDSON DOS SANTOS PIMENTEL - INSCRIÇÃO Nº 53
- 58 - MARIA DE NAZARÉ FERREIRA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 45
- 59 - MARIA JOZILENE TEIXEIRA DOS SANTOS - INSCRIÇÃO Nº 44
- 60 - JULIETA NAZARÉ GONÇALVES NOGUEIRA - INSCRIÇÃO Nº 37
- 61 - ROSA MARIA DE LIMA BARROS - INSCRIÇÃO Nº 32
- 62 - ZENILDE SILVA - INSCRIÇÃO Nº 31
- 63 - MAURO CÉSAR RODRIGUES DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO Nº 17
- 64 - ZILMAR NOGUEIRA TELES - INSCRIÇÃO Nº 20
- 65 - MARIA AUCILEIDE SOUZA DE AGUIAR - INSCRIÇÃO Nº 26
- 66 - MARIA JOSÉ COSTA RIBEIRO - INSCRIÇÃO Nº 30
- 67 - ANGELO JOSÉ RIBEIRO DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 55
- 68 - TÂNIA MARA DANTAS DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 134
- 69 - SUELY MARIA SANTOS DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 92
- 70 - BEATRIZ ÉRICA PANATO - INSCRIÇÃO Nº 05

OS CANDIDATOS ACIMA RELACIONADOS TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS PELA COMISSÃO DO CONCURSO, E QUE OS ABAIXO RELACIONADOS, TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:-

GEORGE BARMENTO DE PAULA  
JORGE AUGUSTO SILVA COSTA  
NATALINO DA SILVA  
MESSIAS CARVALHO DE MELO  
PAULO ROBERTO DE SOUSA E SILVA  
RAIMUNDO ALBERTO MAIA FERREIRA.

De acordo com o que prescreve o art. 328 / do Código Judiciário Estadual, torna público aos candidatos / que tiveram suas inscrições deferidas, que as provas escritas e práticas constantes da matéria publicada no Edital nº 01/90, realizar-se-ão no próximo dia 10 de Novembro do ano em curso, às 9:00 horas (prova escrita) e no dia 11 de Novembro do ano em curso, às 9:00 horas (prova prática) para Oficial de Justiça e Auxiliar Judiciário. O local das provas será no prédio / da Escola Estadual de 1ª e 2ª Grau Professora Maria Amélia de Vasconcelos.

Torna público também, que de acordo com o art. 329 do Código Judiciário Estadual, que servirá como Se-cretaria do referido concurso, Maria José Damasceno, designada / designada através de Portaria nº 07/90, datada de 18/09/90.

E, para que ninguém alegue desconhecimento das / tornas do presente Edital, determinou a PM. Juíza, que foi / se afixado nos locais de costume.

Dado e passado nesta cidade de Capanema, aos // dezenove (19) dias do mês de Setembro de 1990.

Publique-se e Cumpra-se.

DR. MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO  
JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA E DI-RETORA DO FÓRUM. (G.Reg.33.836)

Biblioteca Pública "Arthur Viana"

PÁGINA ILEGÍVEL





# Diário Oficial

Caderno 2

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO XCIX - 100ª DA REPÚBLICA - Nº 26.820

BELÉM-SEXTA-FEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1990

## RESENHAS DA JUSTIÇA ESTADUAL

RESENHA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E COMÉRCIO, PRIVATIVA DE ORFÃOS, INTERDITOS E AUSENTES DESTA COMARCA DE BELÉM, CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

JUIZA: Dra. RUTH NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES, NO EXERCÍCIO.

ESCRIVÃ: ELANIR RESSOA GOMES DA SILVA.

2ª Vara Cível e Comércio: AÇÃO ORDINÁRIA DE RETIFICAÇÃO DE CLÁUSULA. Autora: CÁSSIA ROSANA BASSO. Réus: MILTON KENGI SATO, MASAO SATO e SHIZUE SATO. Despacho: "A. Cite-se". Em, 26.09.90. Advogado: Dr. Hamilton R. Gualberto.

2ª Vara Cível e Comércio: EXECUÇÃO. Credor: BANCO DO ESTADO DO AMAPÁ S.A. (BEA). Devedor: EDDY ALBERTO CURY e ADALBERTO FISCHER. Despacho: "A. Cite-se". Em, 25.09.90. Advogada: Dra. Maria Madalena Garcia Quitas.

2ª Vara Cível e Comércio: NOTIFICAÇÃO. Requerente: ELIZETE MARIA DOS SANTOS PAMPLONA. Requerida: MOIARES LTDA. Despacho: "Notifique-se". Em, 26.09.90. Advogada: Dra. Maria Helena Almeida da Silva.

2ª Vara Cível e Comércio: AÇÃO DE EXECUÇÃO. Credor: ABEL JOSÉ DOS SANTOS FILHO. Devedora: POTYPARÁ SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. Sentença: "Vistos, etc. Homologo, por sentença, a assistência de fls. 12, p/ que produza seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinta a execução, c/ fundamento no art. 794, I, do C.P.C. P. R. Intime-se". Em, 26.09.90. Advogados: Drs. Thales E. R. Pereira, Benedito Marques da Rocha.

2ª Vara Cível e Comércio: AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. Autor: JUSTINO LEAL MOA. Ré: CEARENSE PRÉ - VESTIBULAR (Escola de 1ª e 2ª Graus). Despacho: "Cite-se a requerida para vir ou mandar receber, em cartório, a quantia mencionada na inicial, sob pena de depósito, para qual designo o dia 22/10/90, às 11:00h. Se a consignação vier receber a quantia, deverá pagar as custas e honorários, estes em 10% sobre o valor atribuído à causa". Em, 26.09.90. Advogado: Dr. Armando Soutello Cordeiro.

2ª Vara Cível e Comércio: INTERDIÇÃO. Paciente: DALVA MARIA DE SOUZA. Requerente: SELMA DE SOUZA PEREIRA. Despacho: "Diga o M.P.". Em, 26.09.90. /

2ª Vara Cível e Comércio: EXECUÇÃO. Credora: LADEREI SIMÕES LTDA. Devedora: ELDORADO EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Despacho: "A. Cite-se". Em, 25.09.90. Advogado: Dr. Humberto H. de Vasconcelos.

2ª Vara Cível e Comércio: INVENTÁRIO. Inventaria - da: ALZIRA BRASIL DE ARGÔLO. Inventariante: EU - FROSINA MARIA DAS NEVES DE ARGÔLO CORRÊA. Despacho: "Cumpra-se o despacho de fls. 135, através de mandado". Em, 26.09.90. Advogados: Drs. Fernando da Silva Gonçalves; Marco Antônio Gonçalves de Alcântara e Maria Inês Costa Machado.

2ª Vara Cível e Comércio: CARTA PRECATÓRIA. Depre - cante: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP. Deprecado: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E COMÉRCIO DA COMARCA DE BELÉM - PA. Despacho: "Cumpra-se". Em, 25.09.90. Advogado: Dr. Vitor Cesar Bonvino.

1ª Vara Cível e Comércio: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. Autora: VERA LÚCIA SOUZA PINA. Réus: CIAPESC - Cia. Amazônia de Pesca. Sentença: "Vistos, etc. Julgo, por sentença, p/ que produza seus jurídicos e legais efeitos o cálculo de fls. 146. P.R.I.". Em, 26.09.90. (Juíza Dra. Lúcia de Colairesfont S. Dias Cruz). Advogados: Drs. Cesar Zacharias Martires, Carlos Babino Torres Potyguar.

2ª Vara Cível e Comércio: EXECUÇÃO. Credora: BELAUTO ADMINISTRADORA LTDA. Devedor: WALTER JOSÉ RAMOS DOS SANTOS. Despacho: "A. Cite-se". Em, 24.09.90. Advogado: Dr. AUGUSTO Roberto K. de Araújo.

2ª Vara Cível e Comércio: AÇÃO ORDINÁRIA DE INDEMI

ZAÇÃO. Autora: LAIANE - FERRERIA ITÁLIA AMERICANA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. Réu: WARREN JOHN. SON RHONE. Despacho: "Defiro o pedido de fls. 41 tome-se por termo o compromisso.". Em, 26.09.90. Advogados: Drs. Fernando da Silva Gonçalves, Juracy Jacá Barata Neto.

Belém, 26 de setembro de 1990.

## EXPEDIENTE DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1990-4ª FEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ  
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO CÍVEL, COMÉRCIO E FAMÍLIA  
FÓRUM - PALÁCIO DA JUSTIÇA - 3º ANDAR - SALA 306  
BELÉM - PARÁ

ESCRIVÃO: FERNANDO CAMARA LEXO

### EXPEDIENTE REMETIDO AOS JUÍZES

4ª VARA

Proc. ns: 296/90; 350/90; 421/90; 467/90; 469/90; 470/90; 472/90; 473/90; 474/90; 475/90;

### EXPEDIENTE RECEBIDO DOS JUÍZES

4ª VARA

Proc. nº 350/90

### REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Aut.: Orlando José Barros de Araújo

Adv.: Ricardo Paulo de Lima Sampaio

Réu: Messias Nery Branco

Adv.: Aylton da Silva Pinheiro

DESP.: I-Atendendo que não ficou comprovado que o esbulho tenha ocorrido há menos de um ano e dia, indefiro a medida liminar. II- Cite-se para contestar, querendo, no prazo legal e sob as penas do art. 319, do C.P.C.

Proc. nº 475/90

### DIVÓRCIO JUDICIAL

Aut.: Ana Maria Ribeiro Frota

Adv.: Sergio Maximo dos Santos

Réu: Ricardo Mendonça Frota

DESP.: Diligencie a autora no sentido de ser localizada o endereço do suplicado, em Manaus, junto ao T.R.E., no imposto de renda, etc.

Proc. nº 421/90

### CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Aut.: José Antonio Lima de Souza

Adv.: Luiz Roberto D. de Melo

Réu: Clube do Remo

Adv.: Hamilton R. Gualberto

DESP.: Ao cálculo

Proc. nº 467/90

### ALIMENTOS

Aut.: Colin Aparecida de Azevedo Mitschein

Adv.: Rubilar Barnado

Réu: Thomas Mitschein

DESP.: I-Arbitro os alimentos provisórios no valor correspondente a 20% do salário bruto do suplicando excluído os descontos obrigatórios. II- Oficie-se na forma da Lei. III- Designo o dia 06/11/1990, às 10,30 hs. para a audiência de conciliação e julgamento. Cite-se devendo suplicando oferecer defesa e provas na audiência e caso não o faça serão consideradas verdadeiras as afirmações da autora. IV- Intime-se, inclusive no M.P.

Proc. nº 469/90

### EXECUÇÃO

Ex.: Diner's Club

Adv.: Joiceima Bezerra S. de Almeida

Ex.: Igal Gonetano Sarmento Filho

DESP.: Complemente o autor a inicial juntando as ordens de pagamento assinadas pelo usuário executado. Concedo dez (10) dias.

Proc. nº 470/90

### CARTA PRECATÓRIA

Oriundo do C. de Ignorapê Aquino, para citar Renato de Lima Sandoval Yamada, a req. do Banco do Brasil S/A.

DESP.: Cumpra-se, servindo esta como mandado.

Proc. nº 472/90

### CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Aut.: Lourival Azevedo Rocha

Adv.: Armando Marinho Bentes

Réu: José da Costa Dias

DESP.: I-Cite-se para receber em Cartório a importância oferecida no dia 22/10/1990, às 11,00 hs...

Proc. nº 473/90

### CARTA PRECATÓRIA

Oriundo do 2ª Vara Cível do C. de Castelbel, para intimar Paulo Victor A. Gouveia, a req. de José Louco Vain.

DESP.: I-Cumpra-se, servindo esta Carta Precatória em mandado. II- Após, devolvam-se os autos ao Juiz Deprecante com as cautelas legais.

Proc. nº 474/90

### EXECUÇÃO

Ex.: Oerim S/A-Produtos Alimentícios

Adv.: Clevis Valcher Filho

Ex.: L. Moura Cia. de Transportes Ltda.

DESP.: Cite-se.

Proc. nº 475/90

### MEDELA CAUTELAR

Aut.: Stael Celio Lencil Santiago

Adv.: Luiz Neto

Réu: Petró Ltda. e Outros

DESP.: I-Designo o dia 26/10/1990, às 11,30 hs. para a realização da abertura da vistoria do imóvel com arbitramento. II- Nomeio perito o Engenheiro Antonio dos Santos Ferreira Neto, o qual deverá prestar o compromisso legal na data designada para a perícia. III- Cite-se o suplicando para indicar assistente técnico e questionário. IV- Indique o autor assistente técnico. V- Deposite o autor a importância correspondente a nove (9) valores de referência para fazer jus aos honorários do perito / sujeito à complementação.

## EXPEDIENTE DO CONTADOR E DISTRIBUIDOR

### REMETIDOS

Proc. ns: 457/90; 609/89; 308/90;

### ADVOCADOS

### RETIRADOS

Proc. ns: 526/87; 21/90; 442/90;

### DEVOLVIDOS

Proc. ns: 388/90; 649/88; 425/88;

### MANDADOS

### EXPEDIDOS

Proc. nº 106/90

### DEVOLVIDOS

Proc. ns: 64/90; 449/90;

### AUDIÊNCIA

4ª VARA - às 9,00 hs

Proc. nº 395/90-Sumariíssimo

Concordia Cia de Seguros

Antonio Ferreira Modesto

Obs.: Foi proposta, aceita e homologado o acordo.

4ª VARA - às 10,30 hs

Proc. nº 423/90 - Alimentos c/c Separação Judicial

Maria Mônica de Castro Lima

Jorge Mota Lima

Obs.: Foi transformado em consensual e após o prego, conclusos para prolatar a sentença.

### REQUERIMENTOS DE:

João Ribeiro de Lima

n. 019901

Muito Serviços Ltda

" 019930

Maria Ruth Mendes de Lima

" 019950

Rafael Alves de Lima

" 019945

Finango-Comércio de Ferros Ltda

" 019937

Socel Construções Ltda Ind. e Com

" 019966

Maria Luiza Barros da Costa-ME

" 019982

Fernando da Silva Gonçalves

" 019990

Carmen Lucia Nascimento de Melo

" 019994

Sinão Bachara Rossy Filho

" 029046

Belém, 26 de setembro de 1990

ESCRIVÃO

## CARTÓRIO PEPES = 5º OFÍCIO

### 2ª VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO

### RESENHA DO DIA 26/09/90

### JUIZ TITULAR DR PAULO SÉRGIO FROTA E SILVA

### 5ª VARA = SEPARAÇÃO LITIGIOSA

Requerente: CARLOS ALBERTO DE ASSIS SOU

TO

Requerida: JORZILEA NASCIMENTO SOUTO

Despacho: A.R. Voltem-me após as elei-

ções. Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva -

Juiz de Direito. Em, 26/09/90.

Advogado: Jaime Rocha Junior

### 5ª VARA = ORDINARIA

Requerente: MARILENA MARTINS DOS SANTOS

Requeridos: MELCHIADES JOSÉLIA PINHEIRO

PANTOJA E OUTROS

Despacho: A.R. À conclusão. Em, 26/09/

90. Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva -

Juiz de Direito

Advogado: Alvaro Elpidio Vieira Amazona

### 5ª VARA = DIVÓRCIO LITIGIOSO

Requerente: ETELVINA MARIA SILVA NOVA

Requerido: OLIVAR BATISTA VILA NOVA

Despacho: A.R. Voltem-me após as elei-

ções. Em, 26/09/90. Dr. Paulo Sérgio

Frota e Silva - Juiz de Direito

Advogado: Fernando da Silva Gonçalves

### 5ª VARA = DESPEJO P/FALTA DE PAGAMENTO

Requerente: CLAUDIO DOMINGUES CASTILHO

Requerido: WALDIR DA SILVA REIS JUNIOR

Despacho: A.R. Cite-se. Em, 26/09/90.

Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva - Juiz

de Direito.

Advogado: Valdenira Oliveira Gomes



**5ª VARA = EXECUÇÃO**  
Credor: FRANCISCO NUNES SALGADO  
Devedores: JORGE SEBASTIÃO DE MELO PIRES E OUTROS  
Despacho: A.R. Cite-se. Em, 26/09/90.  
Advogado: Francisco Nunes Salgado.

**5ª VARA = DESPEJO F/FAITA DE PAGAMENTO**  
Requerente: SEBASTIÃO MALCHER DA ROCHA  
Requerido: MARDONIO LIMA E SILVA  
Despacho: A.R. Cite-se. Em, 26/09/90.  
Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva - Juiz de Direito.  
Advogado: João Batista M. Lobato

**5ª VARA = EXECUÇÃO F/FAITA DE ALUGUEIS**  
Credora: MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO  
Devedor: JOÃO FRANCIS MEDEIROS  
Despacho: Arbitro honorários de advogado em 20% sobre o valor da causa. Defiro a exclusão dos recibos mencionados na petição de fls. 61. Ao refazimento do cálculo. Int. Em, 26/09/90. Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva - Juiz de Direito.  
Advogados: José Acreano Brasil, José Wilson M. Sampaio. Simão Bentes.

**5ª VARA = ALVARA JUDICIAL**  
Requerente: MARIA DE LOURDES PEREIRA LIMA  
Despacho: Defiro o pedido. Int. Em, 26/09/90. Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva - Juiz de Direito.  
Advogado: Maria Emidia Rebêlo de Oliveira.

**5ª VARA = CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**  
Requerente: ODETE ALVES MAIA  
Requerida: TEREZA DO MENINO JESUS AMADOR DA SILVA  
Despacho: Defiro o pedido. Em, 26/09/90. Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva - Juiz de Direito.  
Advogados: Pedro Bentes Pinheiro, João Rodrigues de Souza.

**ORDINARIA**  
Requerente: LUCAS COMÉRCIO E TRANSPORTES  
Requerido: EMILIO SAADY  
Sentença: Vistos, etc. Tendo em vista que Lucas Comércio e Transportes Ltda, autor nesta ação ordinária que move contra Emilio Saady - Condômino do Edifício Monax Lisa, às fls. 80 dos autos desistiu do pedido, decreto a extinção do processo, sem julgamento de mérito, com fundamento no que dispõe o art. 267, VIII do CPC. Escoado o prazo recursal e pagas as despesas processuais, arquive-se. P.R.I. Em, 25/09/90. Dr. Paulo Sérgio F. Silva Juiz de Direito.  
Advogado: Carlos Luzio Affonso.

**CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO CÍVEL**  
**RESENHA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1990**

**Juiz da 6ª Vara - DESPEJO**  
Requerente: KENEDITA LUCY SALVADOR BERGAN-Adv. Rosivaldo Cardoso Galil  
Requerido: JOÃO ANTONIO SILVA DE ARAÚJO-Adv. José Alfredo da Silva Santana  
Despacho: - Acólho os pedidos de fls 43 e 45, devendo ser atribuído a causa o valor de Cr\$-22.800,00. A conta para a purgação da mora. Após contados, designarei dia e hora para a purgação. Forno sem efeito o despacho de fls 16, quanto a inclusão dos honorários, posto que será arbitrado posteriormente, a quando da sucumbência. Em provas

**CONSIGNAÇÃO**  
Requerente: FÁBIO ANTONIO DA COSTA MANSUR-Adv. Hean Houat  
Requerido: JOANA TEIXEIRA DA COSTA  
Despacho: - Cite-se para vir ou mandar receber no dia 18/10/90, às 10:30 hs, sob pena de depósito.

**EXECUÇÃO**  
Requerente: GOMES S/A-Adv. Ruben C. de Almeida  
Requerido: JOÃO DE DEUS SILVA ALMEIDA  
Despacho: - Defiro o pedido de fls. Oficie-se.

**ORDINARIA**  
Requerente: ESPÓLIO DE BENJAMIM LIEBKA RAYOL- Adv. Glaudson Dias Figueiredo  
Requerido: ALL TOUR LTDA  
Despacho: - Cite-se

**EXECUÇÃO**  
Requerente: KENEDITA LUCY SALVADOR BERGAN-Adv. Rosivaldo Cardoso Galil  
Requerido: JOÃO ANTONIO SILVA DE ARAÚJO-Adv. José Alfredo da Silva Santana  
Despacho: - Acólho os pedidos de fls 43 e 45, devendo ser atribuído a causa o valor de Cr\$-22.800,00. A conta para a purgação da mora. Após contados, designarei dia e hora para a purgação. Forno sem efeito o despacho de fls 16, quanto a inclusão dos honorários, posto que será arbitrado posteriormente, a quando da sucumbência. Em provas

**REVISIONAL DE ALUGUEIS**  
Requerente: MARIA JOSÉ AMARAL ROSA-Adv. Luiz Paulo Zoghbi

Requerido: EDILSON GARCIA LIEBKA  
Despacho: - Cite-se  
Requerimento de CARLO ALBERTO DA COSTA VITELLI e ROCINETE DE FARIAS VITELLI, por seus advogados, requerendo desistência de prazo-Adv. José Wander Lima de Souza  
OBS: Recebido em 26/09/90

**Juiz da 6ª Vara**  
Requerimento de MARIA DE NAZARETH MAGNO PALMEIRA, por seu advogado, na Ação de DESPEJO que move contra IRIA BASTOS NUNES, requerendo juntada de documento-Adv. José do Carmo Sampaio Martha  
OBS: Recebido em 26/09/90

Requerimento de RAIMUNDO PASSOS RODRIGUES e MIRANEI DE MENDES RODRIGUES, por seus advogados, na Ação, requerendo desistência de prazo-Adv. Jeanete Casseb  
Prado  
OBS: Recebido em 26/09/90

Requerimento de MARIA DO AMPARO JARDIM DOS SANTOS, por seu advogado, na Ação REVISIONAL DE ALUGUEIS que lhe move MARIA DE NAZARETH CALDEIRA MENEZES, com testando a ação-Adv. Joaquim Neves das Chagas  
OBS: Recebido em 25/09/90

Requerimento de MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINE, por seu advogado, na Ação de EXECUÇÃO que move contra ANA CRISTINA VIEIRA ROCHA, requerendo complementação da penhora-Adv. José Maria Vianna Oliveira  
OBS: Recebido em 25/09/90

Requerimento de LINDINALVA VIANA NASCIMENTO, por seu advogado, na Ação de CONSIGNAÇÃO que lhe move MARIA VITÓRIA DA COSTA OLIVEIRA, requerendo o levantamento dos depósitos-Adv. Nilza Maria Paes da Cruz  
OBS: Recebido em 26/09/90

**DESPEJO**  
Requerente: ADEMAR ALVES DO AMARAL-Adv. Alida Van Den Berg  
Requerido: SADI ENGENHARIA-Adv. Fernando Wanzeler  
Despacho: - Defiro o pedido de fls 67, da nova numeração. Encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

**AGRAVO**  
Requerente: SADI ENGENHARIA-Adv. Fernando Wanzeler  
Requerido: ADEMAR ALVES DO AMARAL-Adv. Alida Van Den Berg  
Despacho: - Usando do juízo de retratação, por acolher as razões e argumentos invocados pela Agravo, reformo a decisão agravada e, em consequência, determino sejam os autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para os devidos fins, com meus respeitos aos dignos e cultos desembargadores.

**Juiz da 6ª Vara - DIVÓRCIO**  
Requerentes: - - - - Adv. Rubens N. Mota  
Despacho: - Sada a sanear. Designo o dia 24/10/90 às 9:50 horas para a oitiva das testemunhas, intimado o MP.

**EMBARGOS**  
Requerente: SORIAL INKHOES S/A-Adv. Aldebato Cavaleiro da Macedo Klautau Neto  
Requerido: BANCO NACIONAL S/A-Adv. Ricardo Chamié  
Despacho: - Se no prazo, recebo os embargos, nos seus efeitos devidos. A impugnação, no prazo legal

**APELAÇÃO**  
Requerente: MANOEL ANTONIO RODRIGUES ALVES NETO-Adv. Alacy Viana Nahum  
Requerido: ROSA MARIA DE OLIVEIRA PONTES-Adv. José Antonio Coelho  
Despacho: - Digam os interessados sobre a conta

**DESPEJO**  
Requerente: LAURA FERREIRA ROSA-Adv. Wilson Monteiro de Figueiredo  
Requerido: JOSÉ EDUARDO FERNANDES HOLANDA-Adv. Benedito Cordeiro Neves  
Despacho: - A conta

**DIVÓRCIO**  
Requerentes: - - - - Adv. Alfredo Augusto Gasanov  
va Nelson Ribeiro  
Sentença: - Decretando o divórcio do casal

**SEPARAÇÃO**  
Requerente: - - - - Adv. Francisco das Chagas Fidalis  
Requerido: - - - - Adv. Maria Renée Maia  
Despacho: - Repete a advogada do réu a requerer o correto do réu, no prazo de 48 horas.

**REVISIONAL DE ALUGUEIS**  
Requerente: MARIA JOSÉ AMARAL ROSA-Adv. Luiz Paulo Zoghbi

é único do CPC declara suspeição para o feito. A re distribuição.

**CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO CÍVEL**  
Escritório - CARLOS TRINDADE.  
RESENHA DE 26/SETEMBRO/1990

Dra. MARIA HELENA FERREIRA - 7ª VARA CÍVEL.  
Proc. nº 3039 - REVISIONAL DE ALUGUEIS  
Requerente - MARIA DE LOURDES LOBATO DE MIRANDA  
Advogado - MARCELO MEIRA MATOS  
Requerido - NERLANDO ELQUIDES CALADO LOPES  
Advogado - REGINA MARCIA RAIOL LIMA  
Despacho - DEFIRO O PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO PERITO JUDICIAL. DESIGNO O ENG. CIVIL, MARCIO AUGUSTO LOSADA MAIA. ARBITRO OS SALÁRIOS DO PERITO JUDICIAL EM 200 BTN'S, PODENDO HAVER COMPLEMENTAÇÃO, DE POSTE A AUTORA OS SALÁRIOS DO PERITO JUDICIAL, NO PRAZO DE DEZ DIAS, PARA QUE O FEITO POSSA PROSEGUIR. EFETUADO O DEPOSITO, INTIMEM-SE OS PERITOS A INICIAR A DILIGENCIA, NO LOCAL EM QUE SE LOCALIZA O BEM EXAMINANDO NOS 20 DIAS SUBSEQUENTES, PRESTANDO COMPROMISSOS ATÉ O FIM DESSE PRAZO. APRESENTE-SE, APÓS, EM 30 DIAS, CONTADOS DA DATA EM QUE TERMINA O PRAZO PARA INICIO DA DILIGENCIA O LAUDO. VENHAM CONCLUSOS.

-X-X-X-X-X-X-X-  
Proc. nº 4511 - DESPEJO  
Requerente - LUIS AMANDI PINTO FERREIRA  
Advogado - FRANCISCO NUNES SALGADO  
Requerido - GERALDO ERNESTO DA SILVA JUNIOR  
Advogado - ABRAHÃO ASSAYAG  
Despacho - JULGO O AUTOR CARECEDOR DO DIREITO DE AÇÃO E EM CONSEQUENCIA, EXTINTA A AÇÃO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, PELA AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO, NA FORMA DO ART. 267, INCISO IV, DO CPC. CUSTAS EM LEI; P.I.R.

-X-X-X-X-X-X-X-  
Proc. nº 4282 - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO  
Requerente - MALAQUIAS CORDEIRO DA SILVA  
Advogado - REGINA MARCIA RAIOL  
Requerido - CONSORÉAS CONS. NACIONAL DE VEIC.  
Advogado - ROBERTO CARDOSO  
Despacho - O PROCESSO ENCONTRA-SE EM ORDEM DE FÉRIAS PROVAS UTEIS, QUE SE REQUERERAM TEMPESTIVAMENTE DETERMINO PROVA PERICIAL E NOMEIO PERITA JUDICIAL, A CONTADORA E ECONOMISTA, KAY DIONE. AS PARTES DEVERÃO INDICAR ASSISTENTES E FORMULAR QUESITOS EM 5 DIAS. ARBITRO OS SALÁRIOS DA PERITA JUDICIAL NO VALOR CORRESPONDENTE A 200 BTN'S SUJEITOS A COMPLEMENTAÇÃO. DEPOSITO O AUTOR, OS SALÁRIOS DA PERITA JUDICIAL, NO PRAZO DE DEZ DIAS, PARA QUE O FEITO POSSA PROSEGUIR EFETUADO O DEPOSITO, INTIMEM-SE OS PERITOS A INICIAR A DILIGENCIA NO LOCAL A SER EXAMINADO, EXAMINANDO NOS 20 DIAS SUBSEQUENTES, PRESTANDO COMPROMISSOS ATÉ O FIM DESSE PRAZO. APRESENTE-SE, APÓS, EM 30 DIAS, CONTADOS DA DATA EM QUE TERMINA O PRAZO PARA INICIO DA DILIGENCIA, O LAUDO PERICIAL. APÓS, VOLTEM CONCLUSOS. INTIMEM-SE.

-X-X-X-X-X-X-X-  
Proc. nº 4498 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE  
Requerente - OSMARINO LOUREIRO DE SOUZA  
Advogado - FRANCISCO NUNES SALGADO  
Requerido - CLAUDIO LOUREIRO DE SOUZA  
Advogado - DOMINGOS SÁVIO ALBUQUERQUE RODRIGUES  
Despacho - O PROCESSO ENCONTRA-SE EM ORDEM DE FORMA QUE O DECLARO SANADO. DEFIRO AS PROVAS UTEIS QUE SE REQUERERAM TEMPESTIVAMENTE. DEFIRO, INCLUSIVE A PROVA PERICIAL E NOMEIO PERITO JUDICIAL O ENG. CIVIL MARCIO AUGUSTO LOSADA MAIA. AS PARTES DEVERÃO INDICAR ASSISTENTES E FORMULAR QUESITOS EM 5 DIAS. ARBITRO OS SALÁRIOS DO PERITO JUDICIAL EM 200 BTN'S DEPOSITO O AUTOR OS SALÁRIOS DO PERITO JUDICIAL, NO PRAZO DE 10 DIAS PARA QUE O FEITO POSSA PROSEGUIR EFETUADO O DEPOSITO, INTIMEM-SE OS PERITOS A INICIAR A DILIGENCIA, NO LOCAL EM QUE SE LOCALIZA O BEM EXAMINANDO NOS 20 DIAS SUBSEQUENTES, PRESTANDO COM PROMISSOS ATÉ O FIM DESSE PRAZO. APRESENTE-SE, APÓS, EM 30 DIAS, CONTADOS DA DATA EM QUE DETERMINA O PRAZO, PARA INICIO DA DILIGENCIA, O LAUDO. I.

-X-X-X-X-X-X-X-  
Proc. nº 4459 - REVISIONAL DE ALUGUEIS  
Requerente - MARIA DA GLÓRIA PRADO NEVES E OUTRA  
Advogado - LUIS ROBERTO COELHO DE SOUZA MEIRA  
Requerido - RAIMUNDO LUCAS MENDES  
Advogado - BENEDITO NONATO MONTEIRO DAVID  
Despacho - O PROCESSO ENCONTRA-SE EM ORDEM DE FÉRIAS PROVAS UTEIS, DESDE QUE, REQUERIDAS EM TEMPO HÁBIL. DEFIRO, INCLUSIVE, A PROVA PERICIAL E NOMEIO PERITO JUDICIAL O ENG. CIVIL MARCIO AUGUSTO LOSADA MAIA. ARBITRO OS SALÁRIOS DO PERITO JUDICIAL EM 200 BTN'S, PODENDO HAVER COMPLEMENTAÇÃO. DEPOSITO OS AUTORES OS SALÁRIOS DO PERITO JUDICIAL NO PRAZO DE 10 DIAS, PARA QUE O FEITO POSSA PROSEGUIR EFETUADO O DEPOSITO, INTIMEM-SE OS PERITOS A INICIAR A DILIGENCIA, NO LOCAL EM QUE SE LOCALIZA O BEM EXAMINANDO NOS 20 DIAS SUBSEQUENTES, PRESTANDO COM PROMISSOS ATÉ O FIM DESSE PRAZO. APRESENTE-SE, APÓS, EM 30 DIAS, CONTADOS DA DATA EM QUE TERMINA O PRAZO PARA INICIO DA DILIGENCIA, O LAUDO PERICIAL. APRESENTA O LAUDO, VOLTEM CONCLUSOS. I.

-X-X-X-X-X-X-X-  
Proc. nº 4514 - EXECUTIVA HIPOTECÁRIA  
Requerente - SOCILAR CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A  
Advogado - HELENA LOBATO  
Executado - AMAZONAS RODRIGUES DA SILVA E S/M.  
Despacho - NÃO TENDO SIDO A EXECUÇÃO EMBARGADA ORDENO A VENDA DO IMÓVEL HIPOTECADO EM PRAZO PÚBLICO, POR PRAZO NÃO INFERIOR AO SALDO DEVEDOR. DESIGNO O LÍQUIDADOR PARA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL, PELO PRAZO DE 10 DIAS, PARA QUE O REQUERENTE SE MANIFESTE. O REQUERENTE DEVERÁ, EM 10 DIAS, CONTADOS DA DATA EM QUE TERMINA O PRAZO PARA INICIO DA DILIGENCIA, O LAUDO PERICIAL. APRESENTA O LAUDO, VOLTEM CONCLUSOS. I.

-X-X-X-X-X-X-X-  
Proc. nº 4514 - EXECUTIVA HIPOTECÁRIA  
Requerente - SOCILAR CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A  
Advogado - HELENA LOBATO  
Executado - AMAZONAS RODRIGUES DA SILVA E S/M.  
Despacho - NÃO TENDO SIDO A EXECUÇÃO EMBARGADA ORDENO A VENDA DO IMÓVEL HIPOTECADO EM PRAZO PÚBLICO, POR PRAZO NÃO INFERIOR AO SALDO DEVEDOR. DESIGNO O LÍQUIDADOR PARA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL, PELO PRAZO DE 10 DIAS, PARA QUE O REQUERENTE SE MANIFESTE. O REQUERENTE DEVERÁ, EM 10 DIAS, CONTADOS DA DATA EM QUE TERMINA O PRAZO PARA INICIO DA DILIGENCIA, O LAUDO PERICIAL. APRESENTA O LAUDO, VOLTEM CONCLUSOS. I.



x.x.x.x.x.x.x.x.i.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x]

1. ROBERTO JOSÉ DE PAULA L. CORREA DE MIRANDA  
2. ROBERTO JOSÉ DE PAULA L. CORREA DE MIRANDA







**Despacho:**

Autor: ANTONIO BONFIM DE MACÊDO BARRETO ROCHA (Adv. Francisco Pompeu Brasil Filho) Rô: RISOLETA CARDO SO DE MIRANDA (Adv. José Maria Vianna Oliveira) Sen-  
tença de conclusão seguinte: Diante do Exposto, jul-  
go procedente a presente ação para decretar o des-  
pejo do prédio descrito acima e o faço com funda-  
mento no artigo 52 Inciso I da Lei 6.649 de 16 de  
maio de 1979, assinando a Rô o prazo de 30 (TRINHA)  
dias para a desocupação do imóvel. Notifique-se a  
locatária para desocupar o imóvel dentro desse pra-  
zo, sob pena de lhe ser decretado o despejo compul-  
sório. Condano-a ao pagamento das custas processu-  
ais e honorários advocatícios, estes arbitrados /  
em 20% (Vinte Por Cento). Custas. P.R.I. Em, 25-09-  
90. a) Werther Benedito Coelho. ....

**Execução**

Autor: ENDECO-ENGENHARIA LTDA (Adv. Maria da Con-  
ceição S. Fernandes) Rô: MARLI HELENA DA SILVA (Adv.  
Fernando da Silva Gonçalves) Despacho: Arbitro os  
honorários advocatícios de exequente em 20% do va-  
lor do débito. Ao Contador. Em, 25-09-90. a) Wer-  
ther Benedito Coelho. ....

RESENHA DO CARTÓRIO "SARMENTO", 14ª OFÍCIO CÍVEL,  
PRIVATIVO DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL,  
MUNICIPAL E AUTARQUIAS DESTA COMARCA DE BELÉM.  
Escrivã: TERESINHA DE LOURDES S. DE OLIVEIRA.

14ª Vara Cível. AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE DÉ-  
BITO FISCAL. Autora: DISTRIBUIDORA BRAHMA DE BEBI-  
DAS LTDA. Réu: ESTADO DO PARÁ. Despacho: "Cite-se  
com as cautelas necessárias." (26.09.90) Advoga-  
do: Dr. Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Fi-  
lho.

14ª Vara Cível. EXECUÇÃO FISCAL. Credora: PREFEI-  
TURA MUNICIPAL DE BELÉM. Devedora: ONEIDE NAZARÉ  
F. DA COSTA. Despacho: "Defiro o pedido para os /  
fins do art. 7º da Lei 6.830 de 22.09.80, citando-  
se o executado, via postal, com aviso de recepção." (26.09.90) Proc. Fiscal: Dr. Loris Rocha Pereira  
Júnior.

14ª Vara Cível. EXECUÇÃO FISCAL. Credora: PREFEI-  
TURA MUNICIPAL DE BELÉM. Devedor: LUIZ OTÁVIO M.  
DE SOUZA. Despacho: "Defiro o pedido para os fins  
do art. 7º da Lei 6.830 de 22.09.80, citando-se o  
executado, via postal, com aviso de recepção." //  
(26.09.90) Proc. Fiscal: Dr. Loris Rocha Pereira  
Júnior.

14ª Vara Cível. EXECUÇÃO FISCAL. Credora: PREFEI-  
TURA MUNICIPAL DE BELÉM. Devedor: PAULO ROBERTO /  
DE SALES. Despacho: "Defiro o pedido para os fins  
do art. 7º da Lei 6.830 de 22.09.80, citando-se o  
executado, via postal, com aviso de recepção." //  
(26.09.90) Proc. Fiscal: Dr. Loris Rocha Pereira  
Júnior.

14ª Vara Cível. EXECUÇÃO FISCAL. Credora: PREFEI-  
TURA MUNICIPAL DE BELÉM. Devedores: ALBERTO DE C.  
AMORIM e Outro. Despacho: "Defiro o pedido para /  
os fins do art. 7º da Lei 6.830 de 22.09.80, ci-  
tando-se o executado, via postal, com aviso de  
recepção." (26.09.90) Proc. Fiscal: Dr. Loris Ro-  
cha Pereira Júnior.

Belém, 26 de setembro de 1990.

TERESINHA DE LOURDES S. DE OLIVEIRA,  
Escrivã

BELÉM, 26 DE SETEMBRO DE 1990  
CARTÓRIO DO 16º OFÍCIO DRA. THEREZINHA MARTINS DA  
FONSECA, JUIZA DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA CO-  
MARCA DA CAPITAL.

PROC. nº 731/89-JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. Reque. ESMERAL-  
DA DA CUNHA PUREZA (Adv. Armino Marinho Bentes).  
Sent. Ocorre que o recebimento dos numerários que  
pretende a requerente deve a mesma fazer a justifi-  
cação administrativamente junto ao INPS, conforme  
o Regulamento do Beneficiário da Previdência Soci-  
al (Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979, em  
seu art. 13 e 14). Caso o INPS, não supra o pedido,  
o mesmo deverá ser feito perante a Justiça Federal  
ante a incompetência deste Juízo. Belém, 18 de se-  
tembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 921/90-JUSTIFICAÇÃO. Reque. WALZELVA MENDES  
DA CONCEIÇÃO (Adv. Edmilza M. da C. B. Reixoto). Re-  
go. MANOEL MENDES MARQUES. Desp. Esclareça o requiren-  
te a inicial no prazo de 10 dias. Belém, 18 de se-  
tembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 984/88-INVENTÁRIO. Reque. MARIA AMÉLIA GOMES  
DE QUEIROZ (Adv. Raimundo de Paiva Osório). Desp. Ao  
M. P. Belém, 18 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA  
MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 914/90-ALVARÁ. Reque. JOSÉ QUEIROZ MONTEIRO  
(Adv. Paula A. P. Queiroz). Desp. Esclareça o reque-  
rente a inicial, em 10 dias. Belém, 18 de setembro  
de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 950/90-ALVARÁ. Reque. MARIA ONEIDE CAVALCAN-  
TE VALADARES (Adv. Francisco H. de Oliveira). Desp. Es-  
clareça a requerente a inicial, no prazo de 10 dia  
Belém, 20 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MAR-  
TINS DA FONSECA.

PROC. nº 926/90-ALVARÁ. Reques. RICARDO EDILSON MES-  
QUITA e OUTROS (Adv. Reginaldo Derze Ferreira). Desp.  
Emende os requerentes a inicial, no prazo de 10  
dias. Belém, 20 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA  
MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 738/89-SEPARAÇÃO LITIGIOSA. Reque. MARIA DE  
FÁTIMA RODRIGUES OLIVEIRA (Adv. Marcia R. Belém Pe-  
reira). Reque. NOÉ JANUÁRIO DE OLIVEIRA. Desp. Ao Dr.  
Curador de Ausentes. Belém, 18 de setembro de 1990.  
Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 312/90-DIVÓRCIO LITIGIOSO. Reque. CLÁUDIA MA-  
RIA ALVES TORRES (Adv. Antonio P. Pereira Américo).  
Reque. GEORGE RANIERE TORRES VIEIRA. Desp. Ao M. P. e  
Dr. Curador de Ausentes. Belém, 19 de setembro de  
1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 931/90-HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. Reques. VALDO-  
MIRO MORAES e BENEDITA FIGUEIREDO MORAES (Adv. Vera  
Lucia Marques). Desp. Ao M. P. Belém, 20 de setembro  
de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 765/90-ALVARÁ. Reque. EIMOSS BRITO BUSBY (Adv.  
Marilyn M. Wanderley). Desp. Ao M. P. Belém, 20 de  
setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 0927/90-REINTEGRAÇÃO DE POSSE. Reque. OTÁVIO  
DE OLIVEIRA PEREIRA (Adv. Flávio A. F. Viegas). Reque.  
MARIA DE NAZARÉ B. PINTO. Desp. Esclareça o requiren-  
te a inicial, no prazo de 10 dias. Belém, 20 de se-  
tembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

PROC. nº 938/90-RETIFICAÇÃO JUDICIAL. Reque. MARIA  
PÁSCOA DOS SANTOS FREIRE (Adv. Ana Célia S. Carneiro  
Desp. Ao M. P. Belém, 20 de setembro de 1990. Dra. THE-  
REZINHA MARTINS DA FONSECA.

Dr. RÔMULO JOSE FERREIRA NUNES, JUIZ DE DIREITO DA  
14ª VARA DA COMARCA DA CAPITAL.

PROC. nº 78/85-EXECUÇÃO. Exequente. BANCO DO ESTADO  
DO PARÁ S/A (Adv. Silvia Figueiras de Mattos). Execu-  
tado. EDUARDO CÂMARA LEÃO. Desp. Diga o Exequente. int  
Belém, 25 de setembro de 1990. Dr. RÔMULO JOSE FER-  
REIRA NUNES.

Dr. WERTHER COELHO, JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DA  
COMARCA DA CAPITAL.

PROC. nº 237/82-ALIMENTOS. Reque. DOINEIA DA SILVA  
MOURA (Adv. Socorro Almeida). Reque. OSEAS DIAS VASCON-  
CELOS (Adv. M. do Carmo M. Cardoso). Desp. Oficie-se à  
fonte pagadora para que desconte a pensão mensal /  
arbitrada em favor da menor, a ser entregue a mãe,  
da mesma. Designo o dia 19.12.90, às 10:00 horas,  
para a audiência de conciliação e julgamento. Inti-  
me-se as partes, as testemunhas e o M. P. Oficie-se  
ao empregador do réu, para fazê-lo apresentar a es-  
te Juízo na data designada para a audiência. Em 25.  
09.90. Dr. WERTHER COELHO.

PROC. nº 1026/84-REDUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. Re-  
que. OSEASSDIAS DE VASCONCELOS (Adv. M. do Carmo M.  
Cardoso). Reque. DIONÍSIA DA SILVA MOURA (Adv. Dourival  
Rodrigues dos Santos). Desp. Diga o autor no referen-  
te à contestação e documentos, no prazo legal. Em  
12.09.90. Dr. Werther Coelho.

ANGELA THEREZINHA DE SOUZA COELHO, Escrivã substitu-  
ta subscreevi.

RESENHA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1990  
CARTÓRIO DO 18º OFÍCIO DO CÍVEL, COMÉRCIO E FAMÍLIA  
Juíza Titular: Dra. ALBANIRA LOBATO BEMERGUÍ  
Escrivã: Dr. CARLOS ALBERTO MIRANDA GOMES.

EXECUÇÃO - PROC. 020/90  
EXT.: IND. DE BEBIDAS ANTARTICA DA AMAZÔNIA S/A  
ADV.: MARINETE BRABO RODRIGUES

EXD.: ATACADISTA DE ESTIVAS PANTOJA LTDA.  
ADV.: BENEDITO CORDEIRO NEVES  
DESP.: À avaliação. Expeça-se o competente mandado  
I. Em, 24.09.90

\*\*\*\*\*  
DESP. P/ FALTA DE PAGAMENTO - PROC. 045/90  
RET.: CELIO JOSE MELO DE ALMEIDA  
ADV.: JORGE PONTEIRA ABDON  
RED.: EDSON DE JESUS LIMA FERREIRA  
ADV.: MARIA TEREZA M. CARDOSO  
DESP.: Expeça-se notificação ao Suplicado ex vi ar.  
43 da Lei 6649/79. Em, 24.09.90

\*\*\*\*\*  
SEPARAÇÃO LITIGIOSA - Proc. 050/90  
AUT.: ANE LISABETH ROCHA SOARES  
ADV.: ANTONIA IZABEL OZORIO  
RÉU: DONALD ROBERTO RODRIGUES SOARES  
ADV.: RAIMUNDO HERMOGENES DA S. E SOUZA  
DESP.: Após especificação de provas no prazo le-  
gal, voltem conclusos para as providências  
do art. 331 do CPC. I. Em, 21.09.90

\*\*\*\*\*  
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - PROC. 058/90  
CONT.: EDGAR MAGNO NUNES FILHO  
ADV.: SANTAANA PEREIRA  
COND.: JOAQUIM RAMOS RIBEIRO E OUTROS  
DESP.: Formalizado a desistência com relação aos  
réus Fernando Augusto Ramos Ribeiro e Mari-  
na Angelica Salgado Ribeiro mediante o com-  
petente termo, retornem conclusos. I. Em,  
24.09.90

\*\*\*\*\*  
EXECUÇÃO - PROC. 076/90  
EXT.: AMERICAN EXPRESS CARD DO BRASIL S/A -TURIS-  
MO  
ADV.: BRAGMAR D. DOS SANTOS  
EXD.: ANTONIO CARLOS MARTINS PINTO  
DESP.: Vistos, etc... Considerando a certidão expe-  
dida a fls. 18 pelo Ilmo. Sr. Oficial de  
Justiça, não impugnada pelo Exequente, na  
conformidade do art. 791, inciso III do CPC  
DECLARO suspensa a presente Execução. I. Em,  
24.09.90

\*\*\*\*\*  
SEPARAÇÃO CONSENSUAL - PROC. 084/90  
RETS.: JOSE ALVES MACEDO NETO E MARGARETH MARIA  
VALENTE MACEDO  
ADV.: JOAO JOSÉ LARROJA E WILSON BENTES  
DESP.: Proceda-se a expedição de ofícios, manda-  
dos que se fizerem necessários ao cumprimen-  
to das disposições homologadas e o com-  
petente formal da partilha. I. Em, 24.09-  
90

\*\*\*\*\*  
INVENTÁRIO - PROC. 087/90  
INT.: EDUARDO ABDELNOR E OUTROS, digo IVONE ABDEL-  
NOR  
ADV.: SILVIO KÓS MIRANDA  
IVD.: ARZINHA ELIAS MIGUEL ABDELNOR E NAGIB ABDEL-  
NOR  
DESP.: Manifestem-se os interessados no prazo lega-  
l sobre as declarações preliminares. Oficie-se  
a Delegacia da Receita Federal e Procurado-  
ria de Justiça, digo da Fazenda Nacional so-  
licitando informações sobre o espólio. I. Em  
24.09.90

\*\*\*\*\*  
AGRAVO DE INSTRUMENTO RETIDO - PROC. 091/90  
AGRT.: ELIZABETH TAVARES DA SILVA  
ADV.: ADEMAR KATO  
AGRD.: THEREZINHA DIAS TRINDADE  
ADV.: JOSÉ MARIA OLIVEIRA  
DESP.: Após manifestação do agravado no prazo le-  
gal. Conclusos. I. Em, 24.09.90

\*\*\*\*\*  
DIVÓRCIO LITIGIOSO - PROC. 093/90  
AUT.: PEDRO SILVA GOMES  
ADV.: WALDIR L. DA ROCHA  
RÉ: MARIA LUCIA DA SILVA GOMES  
ADV.: BENEDITO NONATO M. DAVID  
DESP.: Especifiquem as partes no prazo legal as  
provas que pretendem produzir. Voltando con-  
clusos para as providências relativas ao  
art. 331 do CPC. I. Em, 24.09.90

\*\*\*\*\*  
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - PROC. 096/90  
CONST.: MARIA GRACIETE DE MENDONÇA ATEX  
ADV.: MILTON F. CHAGAS  
CONSD.: LAERCIO FRANCO  
ADV.: EGYDIO SALLES  
DESP.: Vistos, Considerando as alegações do Su-  
plicado a fls. 24 devidamente reconheci-  
das pela A. a fls. 30 DECLARO a nulidade  
da citação formalizada nos autos e desig-  
no o dia 08.10.90 para que o Suplicado ve-  
nha ou mande receber o valor consignado  
sob pena de depósito, conforme despacho  
de fls. 13, ficando dispensada a expedi-  
ção de novo mandado citatório, vez que, ca-  
berá ser observado o disposto no parágra-  
fo 2º do art. 214 do CPC. I. Em, 24.09.90

\*\*\*\*\*  
ALIMENTOS - PROC. 098/90  
RET.: TAINAH DE O. BARBOSA, menor rep. por sua  
mãe NELMA DE JESUS GARCIA DE OLIVEIRA  
ADV.: RAIMUNDO NONATO O. NERY  
RÉU: JOJO AVIZ BARBOSA  
DESP.: Intime-se a A. na conformidade do art. 267,  
II, parágrafo 1º do CPC a dar cumprimento  
a determinação constante do despacho ante-  
rior quanto a regularização da representa-  
ção e complementação da petição inicial es-  
clarecendo sobre o vínculo empregatício do  
R. no prazo de quarenta e oito horas (48hs)  
sob pena de extinção e arquivamento. I. Em  
24.09.90

\*\*\*\*\*  
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - PROC. 105/90  
CONST.: ROBERTO VALEIRO FILHO E OUTROS  
ADV.: MARY M. SCALERCIO  
CONSD.: NICE MARIA TAVARES JINKINS  
ADV.: CELESTINA MARIA DUARTE ELLERES  
DESP.: Manifestem-se os Ad. no prazo legal sobre  
as alegações a fls. retro. I. Em, 24.09.  
90

\*\*\*\*\*



**EXECUÇÃO - PROC. 125/90**

EXT.: CREDICARD S/A - ADM. CARTÕES DE CRÉDITO  
ADV.: ELIANA NAZARÉ DE O. NASCIMENTO  
EXD.: LUÍZIO DO E. S. VIANA CARNEIRO  
DESP.: Manifeste-se o Exequente sobre a certidão expedida pelo Sr. Oficial de Justiça a fls. retro, I, Em, 24.09.90

**RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL - PR. nº 129/90**

RET.: C. SANTOS COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES LTDA.  
ADV.: CARLOS EDUARDO COELHO E SILVA  
RED.: MARIA TEREZA MACHADO DA SILVA LIMA E OUTROS  
DESP.: Intime-se o A. na conformidade do art. 267 parágrafo 1º do CPC para providências o andamento do feito em 48 horas sob pena de extinção e arquivamento, Em, 21.09.90

**RECEBIMENTO E DEPÓSITO - PROC. 158/90**

AUT.: MEMÓRIA COMPUTADORES E SUPRIMENTOS LTDA  
ADV.: LOMAR N. M. PEREIRA  
RE.: N.M. REPRESENTAÇÕES LTDA.  
ADV.: FERNANDO ALVES SOARES  
DESP.: Consoante despacho anterior determino a sus-pensão da tramitação do feito até decisão (no mandado de Segurança interposto, Em, 24.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 165/90**

EXT.: CREDICARD S/A  
ADV.: JACIREMA DE ALMEIDA  
REU.: IVAN DIAS FEITOSA  
DESP.: Intime-se o exequente como preceitua o art. 267, inciso III, parágrafo 1º do CPC para em 48 hs. dar cumprimento a diligência ordenada comprovando os requisitos do caput do art. 586 do CPC sob pena de extinção e arquivamento, I, Em, 24.09.90

**REVISIONAL DE ALUGUEL - PROC. 188/90**

RET.: MANOEL DE MATOS GARRIDO  
ADV.: VANILSON F. HESKETH  
RED.: MARIA DA CONCEIÇÃO PORTUGAL MARTINS  
ADV.: ARTHUR ALVES RAMOS  
DESP.: Certifico o Sr. Escrivão se a habilitação do patrona da Suplicada não foi entregue e com as razões de defesa, caso em que fica concedido o prazo de 24 hs. para que seja sanada a omissão, I, Em, 21.09.90

**REINTEGRAÇÃO DE POSSE - PROC. 200/90**

AUT.: JOÃO GOMES MARTINS E OUTROS  
ADV.: JOSÉ DA ROCHA MOREIRA  
REUS: OTÁVIO MIRANDA SALES E OUTROS  
ADV.: WILSON MONTEIRO  
DESP.: Encontrando-se designada a audiência de Jutificação reserve-me a apreciação posterior sobre as razões da Contestação produzida a fls. retro. Outrossim, fica esclarecido que a este Juízo é facultado por ocasião da realização da justificação ouvir, se entender necessário as testemunhas indicadas Rr. I, Em, 21.09.90

**DESPESJO - PROC. 205/90**

AUT.: JOSÉ GERALDO SOARES DE LIMA  
ADV.: WALDIR OLIVEIRA  
REU.: EYMAR TEIXEIRA MACHADO JR.  
DESP.: Dou por cumprida a diligência, Cite-se, Em, 24.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 212/90**

EXT.: PERACHI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.  
ADV.: FERNANDO RICARDO WENZELER  
RED.: BRASIL COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.  
ADV.: JORGE LUIZ S. GAMA  
DESP.: Ao Contador do Juízo para levantamento total do débito conforme pedido de fls. retro Arbitro honorários em 10% sobre o valor apenas ficando concedido o prazo de vinte e quatro horas (24hs.) para a formalização da quitação a partir da intimação da conta sob pena de prosseguimento da execução, I, Em, 24.09.90

**RENOVAÇÃO - PROC. 219/90**

AUT.: AMIN HAAM DAOU  
ADV.: ANTONIO BORGES ABLEEM  
REU.: BERNARDO KOURY  
ADV.: SILVANA GWILHON SALIM  
DESP.: Manifeste-se o A. no prazo legal, I, Em, 24.09.90

**EXCEÇÃO DECLINATÓRIA - PROC. 233/90**

EXCIPIENTE: FLÁVIO AUGUSTO TITAN VIEGAS  
ADV.: ROSA CRISTINA GIOIA SANTOS  
EXCEPTO: COD. DO ED. JOSÉ PEIXOTO DA COSTA  
ADV.: JOSÉ MARIA PAES LOURINHO  
DESP.: Recebo a exceção oposta e determino a Suspensão da Ação. Manifeste-se o Exce-pto no prazo legal ex vi art. 306 e 308 do CPC, Em, 14.09.90

**INTERDITO PROIBITÓRIO - PROC. 239/90**

RET.: JOSÉ FIRMINO GOMES  
ADV.: CESAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA  
RED.: PARAGÁS DISTRIBUIDORA LTDA.  
DESP.: Oficie-se ao Exmo. Dr. Juiz Titular da 13ª. Vara Cível solicitando informações sobre a Ação Possessória para no sentido de prove-nir conexão ficar esclarecido a data da propositura da ação e da citação, I, Em, 24.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 251/90**

EXT.: BANCO DO BRASIL S/A  
ADV.: GRAÇA REALE DE OLIVEIRA  
EXD.: SSI - COMÉRCIO LTDA. HUGO CÉLIO NUNES DE MIRANDA e FERNANDO JOSÉ DA SILVA NEGRÃO  
DESP.: Expeça-se o competente mandado para a citação dos Executados, I, Em, 21.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 252/90**

EXT.: IND. COM. DE MADEIRAS CAÇULA LTDA.  
ADV.: CLAUDIO ROBERTO VASCONCELOS AFFONSO  
EXD.: REGINALDO CUNHA LISBOA  
DESP.: Cite-se, Em, 21.09.90

**ALIMENTOS - PROC. 284/90**

RET.: GRACE VANIA PEREIRA DE PÁDUA  
ADV.: RUBILAR DE BARAUNA  
RED.: ANTONIO CERNEIRO DE PÁDUA  
DESP.: Considerando o disposto no art. 400 do C. Civil, arbitro alimentos provisórios em valor correspondente a quarenta por cento (40%) do salário e vantagens auferidas pelo Su-plicado ressaltando os descontos obrigató-rios. Designo o dia 21.11.90 às 10:00hs. pa-ra realização da audiência de Conciliação e Julgamento, ficando concedido o prazo de quinze (15) dias a partir da citação para o oferecimento de contestação. Procedam-se a dvertências as partes quanto ao disposto no art. 79 da Lei 5.478/68. Expeçam-se a Carta Precatória de citação e os ofícios e manda-dos que se fizerem necessários. Ciente o Ilmo Rep. do M. Público, I, Em, 24.09.90

**SEPARAÇÃO CONSENSUAL - PROC. 255/90**

RETS.: CARLOS MARIO TADEU ARAGÃO DE ABREU E LUCIA DE FATIMA MENEZES ABREU  
ADV.: JOSÉ LOBATO MAIA  
DESP.: Designo o dia 01.10.90 às 8:30 hs. para a realização da audiência dos conjugues, I, Em, 24.09.90

**DIVÓRCIO LITIGIOSO - PROC. 256/90**

RET.: JOSÉ PLÍNIO GURGEL SOUZA MOREIRA  
ADV.: JOSÉ LOBATO MAIA  
RED.: ANTONIETA GOMES MOREIRA  
DESP.: Designo o dia 14.11.90 às 10:00hs. para a realização da audiência dos conjugues, Cite-se fazendo constar que o prazo de contes-tação decorrerá da data da audiência ora designada, I, Em, 21.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 258/90**

EXT.: VALE REFEIÇÃO LTDA.  
ADV.: MONCLAR DA ROCHA BASTOS  
EXD.: WATT COMERCIAL LTDA.  
DESP.: Cite-se, Em, 24.09.90

**INTERPELAÇÃO E NOTIFICAÇÃO JUDICIAL - PROC. 259/90**

RET.: SÉRGIO DE OLIVEIRA GABRIEL  
ADV.: CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER  
RED.: VERÔNICA BARBOSA PINHEIRO  
DESP.: Defiro. Expeça-se o competente mandado, Em, 24.09.90

**SUMARÍSSIMA - PROC. 260/90**

RET.: J. CRUZ ENGENHARIA LTDA.  
ADV.: CELSO BURLAMAQUI FREIRE  
RED.: VITACAO PERPETUO SOCORRO LTDA.  
DESP.: Designo o dia 13.11.90, às 10:00hs. para a realização da audiência instrução e julga-mento, Cite-se ex vi art. 278 do CPC, Em, 24.09.90

**CONVS. DE SEP. EM DIVÓRCIO - PROC. 261/90**

RETS.: ELSON PESSOA DA MOTA E ANA DAS GRAÇAS BEN-tes FICANÇO  
DESP.: HELDER LUIZ SILVA PANTOJA  
DESP.: Manifeste-se o Ilmo. Dr. Rep. do M. Públi-co, I, Em, 24.09.90

**CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - PROC. 262/90**

CONST.: SABER-SERVIÇO DE ATENDIMENTO BÁSICA EM REABILITAÇÃO S/C  
ADV.: BERNARDO NUNES DE MORAES  
CONSD.: MARIA DAS GRAÇAS ABREU  
DESP.: Cite-se o Suplicado para receber o valor Consignado dia 08.10.90 às 11 hs. ou con-testar a Ação. Não comparecendo deposite-se em Caderneta de Poupança do Banco do Estado do Pará juntando-se comprovante. Em caso de quitação ficam arbitrados honorá-rios advocatícios em 10% sobre o valor consignado. Intimem-se Belém, 24.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 263/90**

RET.: BENEDITO MUTRAN FILHO  
ADV.: CARLOS BALBINO TORRES POTIGUAR  
EXD.: AFONSO DE SOUZA CARVALHO  
DESP.: Cite-se, Belém, 24.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 021/90**

EXT.: BANCO DO BRASIL S/A  
ADV.: TALISMÁN S. M. SÊNIOR  
EXED.: NELSON PALMA DE FIGUEIREDO E CIA LTDA E OU-TROS  
ADV.: JOAQUIM FIGUEIREDO

DESP.: Vistos, etc... Considerando a manifestação do Exequente a fls. retro na conformidade do art. 79º inciso I do CPC, declaro extinto a presente Execução. Certificado a quitação de custas, devolvam-se os documentos, dê-se baixa e arquivem-se. P.R.I. Em, 24.09.90

**EXECUÇÃO - PROC. 103/90**

EXT.: MARIA JOSÉ DE RIBAMAR MUNIZ NASCIMENTO  
ADV.: JOSÉ RUBENS B. DE LÊAO  
RE.: MARIA DAS GRAÇAS MOREIRA  
DESP.: Vistos, etc... Considerando a certidão expe-dida a fls. 18 pelo Ilmo. Sr. Oficial de Justiça, não impugnada pelo Exequente na em conformidade do art. 267 inciso IV do CPC declaro extinta a presente Ação. Decorrido o prazo legal, devolvam-se os documentos com cautelas, dê-se baixa e Arquivem-se. P.R.I. Em, 24.09.90

CARTÓRIO DA 1ª PRETORIA DO CÍVEL DA CAPITAL  
PRETORA: MARIA LÚCIA XAVIER HANAUER  
RESENHA: 26/09/90

AÇÃO: INDENIZAÇÃO P/PERDAS E DANOS  
REQTE: José Ribamar Cordeiro (adv. Rosemary Souza)

REQDO: Bechara Mattar Neto  
DESPACHO: "Rec. hoje. Remarco para o dia 15/10/90 às 11 horas, observadas as formalidades legais. Int. Belém, 26/09/90."

AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Proc. nº 100/90  
REQTE: Lázaro Vilhena Cardoso (adv. Rosinei Silva)  
REQDA: Odete Fonseca Semblano  
DESPACHO: "Rec. hoje. (sentença) Vistos, etc., Homolo-go por sentença a desistência manifestada às fls. 11 dos autos para os fins do artigo 158, parágrafo único do C.P.C. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 267, VIII do Cod. de Proc. Civil. Sem custas. P.I.R. Autorizo o levantamento da importância depositada pela parte interessada, observadas as formalidades legais. Be-lém, 26/09/90."

AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Proc. nº 102/90  
REQTE: Antônio Carlos dos Santos (adv. Raimundo Dori-val)  
REQDA: Neuci de Castro Menezes  
DESPACHO: "Rec. hoje. Cite-se a ré no endereço for-necido às fls. 12, para vir ou mandar receber a im-portância na inicial referida, no dia 16/10/90, às 10 horas, observadas as formalidades legais. Int. Belém, 26/09/90."

AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Proc. nº 104/90  
REQTE: José de Jesus Ferreira (adv. Benedito Neves)  
REQDOS: Bernadete e seu marido  
DESPACHO: "Rec. hoje. Remarco para o dia 24/10/90, às 11 horas, observadas as formalidades legais. Int. Belém, 26/09/90."

AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Proc. nº 109/90  
REQTE: Ângela Maria da Costa Alves (adv. Ruth Mello)  
REQDA: Maria do Socorro Ruiz  
DESPACHO: "Rec. hoje. Remarco para o dia 17/10/90 às 11 horas, observadas as formalidades legais. Int. Be-lém, 26/09/90."

AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Proc. nº 110/90  
REQTE: Carmosina Farias de Lima (adv. Maria de Naza-ré Russo)  
REQDO: Orvílio Gomes Bezerra  
DESPACHO: "Rec. hoje. Cite-se o réu para vir ou man-dar receber o depósito que ora remarco para o dia 19/10/90, às 10 horas, observadas as formalidades legais. Int. Belém, 16/09/90."

AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Proc. nº 112/90  
REQTE: Raimundo Nonato Pereira da Costa (adv. Rosi-nei Silva)  
REQDO: Orvácio Gomes Bezerra  
DESPACHO: "Rec. hoje. Remarco o depósito para o dia 17/10/90 às 10 h. observadas as formalidades le-gais. Int. Cite-se o réu no endereço fornecido às fls. 12. Belém, 26/09/90."

AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Proc. nº 115/90  
REQTE: Aluisio de Nazaré Oliveira Paes (adv. Raimun-do Dorival)  
REQDA: Enilde Machado  
DESPACHO: "Rec. hoje. Sobre a contestação manifeste-se o autor no prazo legal. Int. Belém, 26/08/90."

AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Proc. nº 96/89  
REQTE: Julieta Barata Ramos (adv. Ana Célia Silva)  
REQDO: Itaylor da Cunha Mendes (ad. Telma Rodrigues)  
DESPACHO: "Rec. hoje. Remarco para o dia 23/10/90 às 11 horas, observadas as formalidades legais. Int. Belém, 25/09/90."

Maria de Nazareth Dutra Mendes  
Escrivã

CARTÓRIO DA 2ª PRETORIA DO CÍVEL DA CAPITAL  
PRETORA: MARIA CECÍLIA DE LIMA PEREIRA  
RESENHA DO DIA 26.09.90

PROC. Nº 121/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: JUSTINO LOPES DOURADO  
ADV. ROSIENI R. DA S. CASTRO E OUTROS  
REQDO: ADILSON ROCHA NERY  
DESP. "Rec. hoje. Remarco para o dia 10 de outubro as 9:00 h. Cite-se. Int. Em, 25.09.90".

PROC. Nº 119/90  
AÇÃO: DESPEJO PARA USO DE DESCENDENTE  
REQTE: JOSÉ CABRAL GOMES  
ADV. RUI BAHIA  
REQDO: REINALDO DE JESUS FERREIRA TAVARES  
DESP. "Rec. hoje. Cite-se. Belém, 25.09.90".

PROC. Nº 141/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: PEDRO OBRAS CASTRO  
ADV. ARNALDO SILVA DA ROSA  
REQDO: ANGELO GIUSTI  
DESP. "Cite-se o requerido para, em cartório, no dia 11 de outubro, às 9:30 h., vir ou mandar re-ber a quantia oferecida, sob pena de ser feito o respectivo depósito, que deverá permanecer a disposição deste Juízo, em caderneta de poupança do BEP. A contestação deverá ser oferecida, sob a sanção da revelia, no prazo de dez (10) dias, contados da data da consignação validamente efe-tivada. Para o caso de aceitação do valor consi-gnado, os honorários advocatícios de dez por cen-to (10%) sobre a importância consignada e as cus-tas, deverão ser retirados no ato, descontando-se do montante do pagamento. Int. Belém, 25.09.90".

PROC. Nº 104/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: TEREZA CRISTINA VALES CORDEIRO  
ADV. ROSINEI RODRIGUES DA S. CASTRO E OUTROS  
REQDA: MARIA ANTONIA DE SOUZA RIBEIRO



DESP. "Rec. hoje. N.A. Diga a parte contrária sobre a contestação e documentos. Int. Belém, 25.09.90".

PROC. Nº 135/90

AÇÃO: INDENIZAÇÃO

REQTE: HONORINA SOARES DE SOUZA

ADV. KÁTIA HELENA COSTEIRA GOMES

REQDA: AUTO LOCADORA TÁGIDE LTDA

DESP. "Rec. hoje. Cite-se, por mandado. Audiência de instrução e julgamento, em 06 de novembro, às 10:30 h., quando as partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos advogados e onde será recebida a eventual contestação e tentada a conciliação. Defiro as provas requeridas. Int. Em, 25.09.90".

PROC. Nº 084/90

AÇÃO: ORDINÁRIA DE DESPEJO

REQTES: ANTÔNIO BENTO SOBRINHO E S/ MULHER

MARIA BEGOT BENTO

ADV. TELMA SUELI LEÃO RODRIGUES E OUTROS

REQDA: EMÍLIA LIMA DE ARAÚJO

ADV. RAIMUNDO DORIVAL NUNES DOS SANTOS

DESP. "Rec. hoje. Em provas, no tríduo. Em, 25.09.90".

PROC. Nº

AÇÃO: EMBARGOS INFRINGENTES

RELATOR: DES. RICARDO BORGES FILHO

EMBE: TOMÁZIA MARIA TEIXEIRA

ADV. PEDRO BENTES PINHEIRO

EMBEA: NAIR SILVA DOS SANTOS

ADV. LUIZ ANTONIO NASCIMENTO RAMOS

DESP. "Aguarde-se providências da parte interessada, referente a execução da respeitável decisão da Egrégia Corte de Justiça. Int. Em, 25.09.90".

*Silvia Leão*  
Maria de Edina Leão Lima  
Escrit. do 2º. Pelotão  
do Cível do Capital

(G.Reg. 33.753)

Resenha do dia 27.09.90

Cartório Moacyr Santiago-1º Ofício do Cível e Comércio, Urubupungá, Ausentes e Interditos.  
Juiz: Des. Lúcio C. Soguin Dias Cruz  
Escrit.: Steel Cália Brasil Santiago

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

Proc. nº 6040/89-A - EMBARGOS À EXECUÇÃO

A: Sílvio Cardoso Ferreira

R: Credicard S/A - Administradora de Cartões de Crédito

Adv. Drs. Luis Otávio P. Rodrigues e Jacirema Bezerra S. de Almeida.

Despacho: R.H. Diga a embargante, quanto à petição de fls. 11/43 e documentos que a acompanham. Em, 24.09.90.

Proc. nº 6387/90 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: Credicard S/A - Administradora de Cartões de Crédito.

R: Mauro Henrique Belard Ruffell

Adv. Dra. Rose Egídia Besselo Crispino

Despacho: R.H. Diga, a autora, quanto à certidão do Sr. Oficial de Justiça. Em, 24.09.90.

Proc. nº 6131/89 - AÇÃO EXECUTIVA HIPOTECÁRIA

A: Tropical - Companhia de Crédito Imobiliário em Liquidação Extrajudicial.

R: José Ribamar da Silva e sua mulher Maria Ester Pimentes da Silva.

Adv. Dr. João José Maroja

Sentença: R.H. Vistos, etc... Homologo, por sentença, a assistência manifestada às fls. 27, para que produza seus legítimos e necessários efeitos, em consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, tudo consoante o disposto no artigo 217, VIII, do C.P.C., devendo o convalescer o controle de financiamento. P.R.I. Belém, 24.09.90.

Proc. nº 6267/90 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: Lundgren Tecidos S/A - Casas Pernambucanas

R: Reinaldo de Cunha

Adv. Dr. Alcino Fernando Brito Silveira

Despacho: R.H. À Conta. Em, 24.09.90.

Proc. nº 6364/90 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: American Express Card do Brasil S/A - Cartão

R: Carlos Sérgio Coelho da Silva

Adv. Dr. Mauro de Lencastre Cruz

Despacho: R.H. Diga, o autor, quanto à certidão do Sr. Oficial de Justiça. Em, 24.09.90.

Proc. nº 5725/89 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: Representações R. Mala

R: Distribuidora Villa Rica Ltda - Comércio e Indústria

Adv. Dr. Félix Emanuel J. de Oliveira

Despacho: R.H. I - Estranhe-se o motivo da petição de fls. 23, 3, 12 não haver encontrado a firma executada. Há um ano e sete meses encontravam-se os autos arquivados. Culpa de quem? Certifique a Sr. Escrivã sobre o assunto. II - Diga o Autor. Em, 24.09.90.

Proc. nº 6460/90 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: Credicard S/A - Administradora de Cartões de Crédito

R: Nazareth de Conceição P. Fernandes

Adv. Dra. Jacirema Bezerra S. de Almeida

Despacho: R.H. Diga, o autor, quanto à certidão do Sr. Oficial de Justiça. Em, 24.09.90.

Proc. nº 5808/89 - INTERDIÇÃO

A: Curadoria da Interdição

R: Maria Luiza de Miranda Araújo

Sentença: Vistos, etc... Isto posto, considerando que o interditando não tem condições de exercer os atos da vida civil, e por isso necessita que se lhe dê proteção legal, nomeio Maria Filomena Coelho de Souza, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade à Av. Mezaré nº 242, para sua curadora, a qual deverá prestar compromisso legal do cargo com observância das formalidades legais. Outras na Forma da Lei. Publique-se. Intime-se e Registre-se. Belém, 24 de Setembro de 1990.

Proc. nº 6054/89 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: José Ronaldo Vieira

R: Reinaldo Rodrigues Soares e outros

Adv. Dr. José Ronaldo Vieira

Despacho: R.H. Diga, o autor, quanto às certidões do Sr. Oficial de Justiça. Em, 24.09.90.

Proc. nº 4856/87 - AÇÃO ORDINÁRIA POR TERROS E DANOS

A: Sérgio Álvares da Costa Neves

R: Paulo Eduardo do Carmo Cunha e outro

Adv. Drs. Roberto Julio Nascimento, Emanuel Raul Lobo, Deise Tereza Magalhães.

Despacho: R.H. Diga, as partes, se ainda tem provas a serem produzidas. Em 25.09.90.

Proc. nº 5683/89-A - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

A: Waldir Eugênio Sampaio

R: Yvette Nunes Correia

Adv. Drs. Clímério M. de Mendonça Neto, Rose Fernanda M. de Souza.

Sentença: Vistos, etc... Na verdade, atualmente, o valor de Cinquenta Centavos não compra um simples bombom, e muito menos deve ser utilizado para um valor de causa por mais inexpressiva que seja a questão, e daí porque sem maiores considerações julgo procedente a impugnação e fixo o valor dado à causa em R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Cruzeiros), devendo ser recolhida a diferença no Cartório do Distribuidor. Condeno a impugnada ao pagamento das despesas processuais de correntes do incidente processual. P.R.I.

Proc. nº 5713/89 - AÇÃO ORDINÁRIA

A: Luis Otávio Lobo Peiva Rodrigues

R: Tágide Administradora Ltda.

Adv. Dr. Rosomiro Arrais e José Figueiredo de Souza

Despacho: I - R.H. O último despacho do, então, Juiz Auxiliar, data de 30.05.89 (1 ano e três meses) já decorridos. O Sr. Escrivão, em data de 1º de Agosto de 1990 certifica haver o referido Juiz assumindo o cargo de Juiz Titular da 6a. Vara. Pergunta-se: Por que tão longo espaço de tempo para que o mesmo despachasse? A petição incluída aos autos data de 28.06.89 e não foi apreciada pelo mesmo, após um ano arquivada em cartório. E os advogados, não demonstram interesse pelas causas que propõem? II - Diga, as partes, se tem provas a serem produzidas. Em, 25.09.90.

Proc. nº 5274/88 - AÇÃO ORDINÁRIA

A: Eduardo João de Souza Pinto e s/ esposa

R: Pedro Paulo Vires de Matos e s/ esposa

Adv. Drs. Norberto Luvreda Santos, Ana Lafayette P. Franco, Wilfir Pinheiro de Oliveira

Despacho: I - R.H. O último despacho exarado neste processo foi em 28 de Setembro de 1989. A Sr. Escrivã, somente em 1º de Agosto de 1990, certificou haver o então, Juiz Auxiliar assumido a 6a. Vara Cível. II - À Conta, diga, o réu quanto à petição de fls. 71. Em, 25.09.90.

Proc. nº 6381/90 - AÇÃO ORDINÁRIA

A: Antonio Pereira Brito

R: Concorbrás - Companhia Nacional de Veículos Ltda.

Adv. Dra. José Ronaldo Vieira, Roberto Rodrigues Cardoso

Despacho: R.H. Diga, as partes, se tem provas a serem produzidas. Em, 25.09.90.

Proc. nº 6117/89 - ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE

A: Pol. de Segurança

R: Distribuidor Ivan Dória S/A

Adv. Dra. Vera Lúcia Silva Freitas, Theodoro de Jesus e Silva

Despacho: I - R.H. (24.09.90) - Há um ano e sete, em data de 20 de Abril de 1989, foi apresentada a petição de fls. 107/107. O, então, Juiz Auxiliar, ao arquivar o Cartório, não houve providência tomada, ficando, os autos, arquivados. Pergunta-se: Por que tão longo espaço de tempo para que o mesmo despachasse? A petição incluída aos autos data de 28.06.89 e não foi apreciada pelo mesmo, após um ano arquivada em cartório. E os advogados, não demonstram interesse pelas causas que propõem? II - Diga, as partes, se tem provas a serem produzidas. Em, 25.09.90.

Proc. nº 5713/89 - AÇÃO ORDINÁRIA

A: José Carlos de Almeida

R: Distribuidora Villa Rica Ltda - Comércio e Indústria

Adv. Dr. Félix Emanuel J. de Oliveira

Despacho: R.H. I - Estranhe-se o motivo da petição de fls. 23, 3, 12 não haver encontrado a firma executada. Há um ano e sete meses encontravam-se os autos arquivados. Culpa de quem? Certifique a Sr. Escrivã sobre o assunto. II - Diga o Autor. Em, 24.09.90.

dim Cruz, Rosomiro Arrais.

Tant nos Vistos, etc... É preciso que saiba que a alienação imobiliária só se efetiva, face ao que determina o art. 1.111, inciso I, do Código Civil, com a transcrição da respectiva título no Registro de Imóveis. Portanto, sinte-se que a efetivação da alienação em execução provisória não seria suficiente para promover essa alienação, tanto assim que somente com a expedição da respectiva Carta de Arrematação isso seria possível, e ele nem ao menos seria expedido. Assim, nenhum motivo que justifique a apreensão de embargante bavarista, estando, portanto, sob todos os aspectos, protegidos, eficientemente, todos os interesses do embargante. Por outro lado, tendo o Exmo. Sr. Dr. Corregedor Geral de Justiça, expedido a realização da segunda preça, por força de despacho exarado na Reclamação nº 073/89, e sendo este o principal objetivo dos embargos, este ficou sem objeto. Expositis, denago os presentes embargos. Custas pelo embargante. Intime-se. Belém, 24 de Setembro de 1990.

Proc. nº 6453/90 - AÇÃO SUMARÍSSIMA

A: Ariston Marques Neves

R: S.H. Engenharia Ltda.

Adv. Drs. Meloise Helena N. Canali, José Maria Tuma Haber

Despacho: R.H. Diga, os interessados se tem assistentes técnicos para atuarem junto ao perito. Em, 25.09.90.

Proc. nº 6379/90 - MEDIDA CAUTELAR INIMINADA

A: Claudia Cristiane Viana Nogueira e outros

R: Secretaria Municipal de Urbanismo, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Construtora Villa Del Rey Ltda.

Adv. Drs. Lázaro Mengabeira de Silva, Antonio Cândido B. Monteiro de Brito

Proc. nº 6379/90 - MEDIDA CAUTELAR INIMINADA

Despacho: R.H. Informe, o Sr. Escrivão, se o despacho de fls. 277 já foi publicado no D.O. e após conclusos para a proclamação do pedido de fls. 278 e seguintes. Em, 25.09.90.

Proc. nº 6025/89 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: Guajará Veículos Ltda

R: Louzenre Com. Ind. Ltda.

Adv. Drs. José de Arimatea M. de Azeite, Sérgio B. do Espírito Santo

Despacho: I - R.H. As fls. 38 a 44 destes autos pertencem aos Embargos (processo nº 6025/89). II - À Sr. Escrivã, p/ corrigir tal falta e, após, conclusos. Em, 24.09.90.

Proc. nº 4945/88 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: Banco da Amazônia S/A

R: Walter Araújo Empreendimentos Ltda

Adv. Drs. Ana Leuda Tavares, Nelson Montalvão das Neves, Ana Margarida Godinho, Maria da Graça M. Martins

Despacho: R.H. O autor não se pronunciou quanto à petição de fls. 44, na qual o réu propõe um acordo. Dê-se Vistos ao autor para se pronunciar nesse sentido. Em, 24.09.90.

Proc. nº 6348/90 - INDENTIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL

A: O Condomínio do Conjunto Residencial "Angusture"

R: Construtora Villa Del Rey Ltda.

Adv. Drs. Neyvaldo Costa de Silva, Deusdedit Freire Brasil

Despacho: R.H. À Contadores do Juízo, tendo em vista a revogação da ré. Em, 21.09.90.

Proc. nº 6701/89 - PROCESSO DE EXECUÇÃO

A: Banco do Brasil S/A

R: Lunorte S/A - Equipamentos de Segurança e outros

Adv. Dra. José Timundo F. Canto, Leôncio de A. Lencastre

Sentença: R.H. Vistos, etc... Homologo, por sentença, o acordo manifestado às fls. 56 e 55, para que produza os seus devidos e legais efeitos. Suspensa-se a execução durante o prazo concedido pelo credor, para que o devedor cumpra, voluntariamente a obrigação. Cumram-se as formalidades legais. P.R.I. Belém, 24.09.90.

Proc. nº 6221/89 - AÇÃO SUMARÍSSIMA DE INDENIZAÇÃO CIVIL

A: Maria das Graças Araújo Brasil

R: Construtora Villa Del Rey Ltda.

Adv. Drs. Helena Mingarilho, Nelson Souza, Antonio Cândido M. de Brito.

Despacho: Recebidos, somente, hoje. Designo o dia 15 de Novembro, às 10hs, p/ a lizção do julgamento. Int. Em, 24.9.90

Proc. nº 6163/89 - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

A: Anedeu de Lima Paraguassu

R: Maria de Carmo Riquinho Souza

Adv. Dra. Inocência Martins Coelho Junior, Lenam Cruz

Despacho: R.H. Clamo este à ordem, a fim de que seja ouvido o autor sobre a contestação de fls. Em, 25.09.90.

Belém, 27 de Setembro de 1990.

*Steel Santiago*  
Steel Santiago  
ESCRIVÃO

EXPEDIENTE DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 1990 - 5ª FEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO CÍVEL - COMÉRCIO E FAMÍLIA

FÓRUM - PALÁCIO DA JUSTIÇA - 3º ANDAR - SALA 306

BELÉM - PARÁ

ESCRIVÃO: FERNANDO CAMARA LEÃO

EXPEDIENTE REMETIDO AOS JUÍZES

4ª VARA

Processos: 747/88; 490/90; 374/88; 698/89; 65/90; 352/90; 398/90; 757/88.



## EXPEDIENTE RECEBIDO DOS JUIZES

4ª VARA SEPARAÇÃO JUDICIAL  
Proc. nº 487/90  
Req.: Francisco da Silva Xavier

Nair Maria Miroalha Xavier  
Adv.: Helene C. Miroalha Pingarilho  
DESP.: ... Lavra-se o termo de ratificação. ...  
Proc. nº 352/90 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
Aut.: Flavio Augusto Titan Viegas  
Adv.: Flavio Antonio P. Viegas  
Reu.: Condomínio do Ed. "José Peixoto da Costa"  
DESP.: Certifique o Sr. Escrivão a data da publicação da sentença.

Proc. nº 658/89 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
Aut.: Universal Agroindustrial S/A  
Adv.: Rui G. Tocantins  
Reu.: José Maria dos Santos Rodrigues  
Adv.: L. Indefiro o pedido de fls. 79, de vez que não foram feitos os depósitos anteriores, correspondentes aos meses de Junho e Julho. II. Cumpra-se item II do despacho de fls. 67V.  
Reu. do réu: Benedito C. de Souza.

Proc. nº 747/88 SUMARISSIMA  
Aut.: Sebastião Cocivera Monteiro de Jesus  
Adv.: Flavio C. Maroja  
Reu.: Unidos Rent a Car - Emp. Unidos Veic. Serv. Ltda.  
Adv.: Paulo Peixoto Caldas  
DESP.: Intime-se o autor a vir receber em Cartório o cheque de fls. 107, com as cautelas legais.

Proc. nº 757/88 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
Aut.: Antonio Villar Pantoja  
Adv.: Antonio Carlos Silva Pantoja  
Reu.: Concorbora Cons. Nac. de Veiculos Ltda.  
Adv.: Roberto Rodrigues Cardoso  
SENT.: Vistos, etc. Homologo por sentença para que produza seus efeitos legais, o acordo feito entre o autor Antonio Villar Pantoja e a suplicada Concorbora Concorbora Nacional de Veiculos Ltda. e constantes as fls. 110 dos autos, e Julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do item III, do art. 269, do C.P.C. Autorizo o levantamento da importância depositada pelo seu destinatário. Após o pagamento das custas judiciais, de-se baixar na distribuição e arquivem-se os autos com as cautelas legais. Custas "ex lege". P.R.I.

Proc. nº 374/88 SUMARISSIMA  
Aut.: Hospital Adventista de Belém  
Adv.: Jono Bosco de Carvalho  
Reu.: Augusto Celio Guimarães Costa  
SENT.: Vistos, etc. Homologo por sentença o cálculo de fls. 45, para que produza seus efeitos legais. Expeça-se o competente Mandado Executivo cível, observado a determinação constante no § único, do art. 605, do C.P.C. P.R.

EXPEDIENTE DO CONTADOR E DISTRIBUIDOR  
RECEBIDO  
Proc. nº 837/88-A;

ADVOCADOS  
Proc. nºs: 756/87; 286/90; 399/90; 362/90;

DEVOLVIDOS  
Proc. nºs: 465/90; 355/90; 424/90; 404/90;

MANDADOS  
Proc. nº 656/89; 14/89;

AUDIÊNCIA

4ª VARA - As 9 hs.  
Proc. nº 394/90 - Indenização  
Elina Fernandes Feitosa  
Locadora Belauto Ltda e Outra  
Obs.: Foi aceito um acordo pelas partes que foi homologado por sentença.

REQUERIMENTOS DE  
José Wanderley Holanda e Outro n. 020139  
American Express Card do Brasil S/A n. 020135  
Cesecio L. S. A. n. 020125  
Lendy Góes da Costa n. 020120  
Flaviano B. Pereira Junior e Outro n. 020121  
Belconar S/A Construção Naval n. 020097  
Bastilho Vig. e Transp. do Valparaíso Ltd n. 020052  
Belém, 27 de setembro de 1990.

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

os mandados e ofícios necessários. P.R.I.  
Em, 27/09/90. Dr. Paulo Sérgio Frota e  
Silva - Juiz de Direito.  
Advogado: Guilherme Salame.

5ª VARA - DIVÓRCIO CONSENSUAL  
Requerentes: SÉRGIO DE BARROS TAVARES E  
LUCIELI DO SOCORRO MACHADO TAVARES  
Despacho: Ao M.P. para parecer sobre a  
pretensão. Int. Em, 27/09/90. Dr. Paulo  
Sérgio Frota e Silva - Juiz de Direito  
Advogado: Eliezer Puraça Machado.

5ª VARA - REINTEGRAÇÃO DE POSSE  
Requerente: LEONILIA GOMES MENDES  
Requerido: RAIMUNDO RAMOS DE OLIVEIRA  
Despacho: Consoante se verifica à fls.  
63 a A. formalizou a comunicação sobre o  
falecimento do suplicado ressaltando carac-  
terizada a hipótese do art. 265, VI para  
grau 1º do CPC cabendo portanto a sus-  
pensão da tramitação do feito até que  
concluída a habilitação dos herdeiros a-  
través do procedimento específico do pa-  
ra o art. 1065 e seguintes do CPC o  
que não foi cumprido, em face do  
que deixou de definir as providências  
pleiteadas a fls. 76. Int. Em, 26/  
09/90. Dra. Albandira Lobato Benemey  
Juiz de Direito da 18ª Vara Cível  
vinculada a este processo.  
Advogados: Augusto Costa e Silva,  
Norma Esteves, Francisco Assis dos  
Santos Filho.

5ª VARA - SEPARAÇÃO JUDICIAL  
Requerente: ADENAR CALUMBY FILHO  
Requerida: EDNA AMOEDO CALUMBY  
Despacho: Determino as seguintes provi-  
dências. - proceda-se o traslado de có-  
pia do termo de depósito de fls. 74,  
75 dos autos de medida cautelar para os  
presentes autos. - Oficie-se ao setor  
competente solicitando a designação de  
uma assistente social para proceder a  
investigação social das partes a fim de  
que sejam colhidos elementos sobre a con-  
veniência dos menores permanecerem ou  
não sob a guarda concedida na medida  
cautelar formalizando-se o compromisso  
legal. - considerando que a menor Isis  
Deanne Amodeo Calumbi é estudante de ní-  
vel universitário ensejando a presunção  
de que possua capacidade para adminis-  
trar suas despesas pessoais expeça-se  
notificação a seu avô paterno para que  
proceda a entrega diretamente a ela con-  
tra recibo da parcela correspondente a  
sua pensão alimentícia juntando compo-  
nente dos autos. designo o dia 23 de ou-  
tubro às 9:00 hs para prosseguimento da  
instrução, ciente a Ilma. Dra. Rep. do  
M. Público. Intimem-se. Em, 27/09/90.  
Dra. Albandira Lobato Benemey - Juiz  
de Direito da 18ª Vara Cível vinculada  
a este processo.  
Advogados: José Maria do Nascimento,  
Hayilton Reis.

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO CÍVEL  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Vistos, etc. Homologo, por sentença o laudo de fls.  
32 e seguintes, para que produza seus jurídicos e  
locais efeitos.

REVISÃO DE ALUGUEL  
Requerente: TELMA MARIA LOPES NASCIMENTO-Adv. Abra-  
hão Assayag  
Requerido: CUTILHERMINA COUTINHO ALVES-Adv. Roland  
Raad Massoud  
Despacho: - Homologo, por sentença o acordo de fls.  
50, para que produza seus jurídicos e locais efeitos.

AGRAVO DE INSTRUMENTO  
Requerente: NEWTON SILVA DE LIMA-Adv. Jandir S. Fa-  
rias  
Requerido: - NÉLIO SILVA DE LIMA  
Despacho: - Intime-se o agravo para responder, no  
prazo legal.

Juiz de 6ª Vara  
Requerimento do ANTONIO CORDEIRO, por seu advogado  
na Ação de EMBARGOS DE OBRA NOVA, requerendo cobran-  
ça de autos-Adv. Rubens Mota  
OBS: Recebido em 26/09/90

Requerimento do BANCO SUDAMERIS BRASIL, por seu ad-  
vogado, nos autos de EXECUÇÃO C/EMBARGOS que move  
contra LABORATÓRIO MARIO BITENCOURT e outros, falan-  
do sobre o despacho de fls 18-Adv. Raimundo Benedito  
de Souza Conte  
OBS: Recebido em 27/09/90

Requerimento do BANCO SUDAMERIS BRASIL, por seu ad-  
vogado, na Ação de EXECUÇÃO que move contra CABE  
COMERCIAL E ADMINISTRAÇÃO, requerendo juntada de  
paginas de o LIBERAL-Adv. Aey Marcos dos Santos  
OBS: Recebido em 27/09/90

Requerimento de EXPRESSO MERCANTIL TURISMO, por s/  
advogado, na Ação de EXECUÇÃO que move contra CABE  
COMERCIAL E ADMINISTRAÇÃO, requerendo juntada de  
paginas de o LIBERAL-Adv. Aey Marcos dos Santos  
OBS: Recebido em 27/09/90

DIVÓRCIO  
Requerente: - - - - - Adv. Glanilda Ferreira  
Requerido: - - - - -  
Despacho: - As causas da Defensoria pública, por  
serem gratuitas, são de competência de uma das Va-  
ras da Assistência Judiciária. Assim, sejam os mes-  
mos redistribuídos.

DESPEDIDO  
Requerente: - ESPÓLIO DE AEMILIA ABRANDES SIQUEIRA-  
Adv. Pedro Washington da Silva  
Requerido: - J. SALIM  
Despacho: - Cite-se

EXECUÇÃO  
Requerente: - CREDICARD S/A-Adv. Rosa Egídia Crispí-  
no  
Requerido: - PAULO F. DE OLIVEIRA  
Despacho: - Junte-se o extrato de conta

DESPEDIDO  
Requerente: - RAIMUNDO BRAGA SAMPAIO-Adv. Laurênio  
Miranda da Rocha  
Requerido: - ALBANO RAIMUNDO LEITE-Adv. Monlar da  
Rocha Bastos  
Despacho: - Diga a parte contrária S/ contestação

IMPUGNAÇÃO VALOR DA CAUSA  
Requerente: - ALBANO RAIMUNDO LEITE-Adv. Monlar da  
Rocha Bastos  
Requerido: - RAIMUNDO BRAGA SAMPAIO  
Despacho: - Impugnação

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990

Cartório do 7º Ofício Cível  
Escritório - Carlos A. Trindade  
Resenha do dia 27/09/1990







XXXXXXXXXXXX



PROC. nº 949/90-ALIMENTOS. Reqte. MARIA DE PÁTIMA VIA NA MARIALVA (Adv. Jose Ferreira das Neves). Reqd. NELSON GONÇALVES MARIALVA. Desp. Defiro a Gratuidade processual, arbitro os alimentos provisórios em 25% dos vencimentos do requerido a partir da citação e designo o dia 04 de dezembro de 1990, às 09:30 horas. Cite-se o réu e intime-se a autora. Expeçam-se ofícios para informação e descontos, se requeridos. Belém, 25 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 934/90-DIVÓRCIO LITIGIOSO. Reqte. LENIDALRA MARIA DA SILVA NASCIMENTO (Adv. Vera Lucia da Silva Marques). Reqd. JOSÉ SILVA DO NASCIMENTO. Desp. Oficie-se ao T.R.E. solicitando informações sobre o endereço do requerido. Designo o dia 04 de dezembro às 11:00 horas para a conciliação. Cite-se por edital com o prazo de 30 dias, para comparecer a audiência, ou contestar querendo o prazo para a contestação passará a fluir, após a data designada para a conciliação. Belém, 25 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 943/90-JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. Reqte. FRANCY GOMES DA SILVEIRA (Adv. Jose M. L. Pedreira de A. Junior). Desp. Designo o dia 03 de dezembro, às 11:30 horas, para justificação. Apresente o requerente as testemunhas que irão depor. Cite-se a esposa do "de cujos" bem como o M.P. Apresente a requerente o endereço da esposa do "de cujos", bem como dos filhos se forem maiores. Belém, 25 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 947/90-HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. Reqtas. JOSE GILBERTO DA CONCEIÇÃO LIRA e ROSELENE DE PÁTIMA RODRIGUES DA SILVA (Adv. Marlene da Costa Lima). Desp. Ao M.P. Belém, 25 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 946/90-HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. Reqtas. ALUI SIO DE ALMEIDA MATOS e MARIA IOLANDA MEDEIROS (Adv. Regina L. Barata Pinheiro). Desp. Ao M.P. Belém, 25 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 714/90-HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. Reqtas. ODETE DA CUNHA SANTOS e JOSE ALBERTINO DA CUNHA (Adv. Marilena Armona S. Silva). Desp. Ao M.P. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 246/89-DIVÓRCIO CONSENSUAL. Reqtas. PAULO SERGIO SOUZA DAS ILVA e MARIA DE NAZARE OLIVEIRA DA SILVA (Adv. Nazare Gonçalves Santos). Desp. Renovem-se as diligências para o dia 03 de dezembro, às 10:30 horas. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 930/90-ALVARÁ. Reqte. RODILSON SANDRO GOMES AMORAS e outro (Adv. Odoldira A. E. Figueiredo). Desp. Apresente a requerente os autos de justificação mencionados, em 10 dias. Belém, 20 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 266/90-DIVÓRCIO LITIGIOSO. Reqte. MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DIAS (Adv. Telma Rodrigues). Reqd. JOSE CARLOS DIAS. Desp. Aos Drs. Curadores de Ausentes e após ao M.P. Belém, 25 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 663/89-DIVÓRCIO LITIGIOSO. Reqte. MANOEL PEDRO DE ALMEIDA BORGES (Adv. Joseleia C. Kauffman). Reqd. MARIA EUCLENICE DA COSTA BORGES. Desp. Renovem-se as diligências para o dia 03 de dezembro, às 10:00 horas. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 941/90-ALVARÁ JUDICIAL. Reqte. VALÉRIO LOBO MONTEIRO e OUTROS (Adv. Antonio F. Ferreira Américo). Desp. Apresentem os requerentes certidão de dependência do órgão previdenciário. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 939/90-ALIMENTOS. Reqte. PAULO SERGIO MARTINS DE ALMEIDA JUNIOR (Adv. Dalva Maria dos Santos Carvalho). Reqd. PAULO SERGIO MARTINS DE ALMEIDA. Desp. Autentique o requerente a Certidão de Nascimento. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 259/90-INTERDIÇÃO. Reqte. ZILA CABRAL CORREIA (Adv. Clelia Conde da Silva). Desp. Oficie-se ao Instituto "Renato Chaves", para que seja feita a perícia médica, no Interditando. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 871/90-DIVÓRCIO CONSENSUAL. Reqtas. FRANCISCA MATILDE AVIZ DE LIMA e JORGE SOARES DE LIMA (Adv.

Carlos Rogério L. de Araújo). Desp. Designo o dia 23 de novembro, às 11:30 horas, para serem ouvidas as testemunhas, previamente arroladas. Intime-se inclusive o M.P. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 711/90-DIVÓRCIO CONSENSUAL. Reqtas. LUCILA DE JESUS LIMA OLIVEIRA e PAULO SERGIO DA SILVA OLIVEIRA (Adv. Telma Rodrigues). Desp. Designo o dia 22 de novembro, às 11:00 horas, para serem ouvidas as testemunhas, previamente arroladas. Intime-se inclusive o M.P. Belém, 24 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

PROC. nº 933/90-DIVÓRCIO LITIGIOSO. Reqte. JOCELIA APARECIDA KESSIAS (Adv. Ana Célia Silva Carneiro). Reqd. DOMIZEN ANTONIO KESSIAS. Desp. Designo o dia 04 de dezembro, às 10:30 horas, para audiência de conciliação. Cite-se o requerido para comparecer a audiência designada, advertindo-o de que o prazo para contestação passará a fluir desta data. Belém, 25 de setembro de 1990. Dra. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA.

XXXXXXXXXXXXXX

ANGELA TEREZINHA DE SOUZA COELHO, Escrivã substituta, subscrevi.

CARTÓRIO DA 17ª VARA CÍVEL, COMÉRCIO E FAMILIA. JUÍZA TITULAR: EDNA ANJOS NUNES. ESCRIVÃ TITULAR: MARIA GAUDENCIA S. NUNES. RESENHA DO DIA: 27/09/90.

Proc. nº 301900639842 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPIANTE: SOCIEDADE CIVIS "PÁTRIA E CULTURA" E "SE NADOR LEMOS". IMPETRO: CONSELHO E SEC. DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEDUC. Adv. Jerônimo Noronha Serrão. Despacho: Vista ao Promotor de Justiça. (24/09/90).

Proc. nº 301900695166 - AÇÃO CÍVEIS DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO CAUSADO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. (SUMARÍSSIMO). Reqtas: MARIA DALZIZA SILVA MATOS e OUTROS. Reqd: SEBASTIÃO NAGIB JATENE. Adv. Rosemay Souza de Castro. Despacho: Concedo-lhe o benefício da Justiça Gratuita. Designo o dia 23 de outubro, às 10:30 horas, para audiência de instrução e julgamento, deferindo as provas de natureza oral e documental, e feitas as devidas intimações. Cite-se o requerido para comparecer ao ato, nele podendo oferecer defesa e produzir provas. (24/09/90).

Proc. nº 301900731748 - AÇÃO REIVINDICATÓRIA. Reqte: MARIA DE NAZARÉ ALVES. Reqd: DOMINGOS DA SILVA FARIAS. Adv. Humberto Henrique Contente de Barros. Despacho: A. Cite-se. (24/09/90).

Proc. nº 301900720360 - DIVÓRCIO CONSENSUAL. Reqtas: ROSA LAURA RODRIGUES PESSOA GILBERTO MARTINS PESSOA. Adv. Odoldira A. E. de Figueiredo. Despacho: Designo o dia 08 de outubro para ouvir os conjuges, as testemunhas arroladas e o Promotor de Justiça; às 12:00 horas. (24/09/90).

Proc. nº 301900697063 - DIVÓRCIO LITIGIOSO (14.064). Reqte: GICELMA PINTO BARATA. Reqd: JOSÉ EDIEL PRAXEDES BARATA. Adv. Nazare Elleres. Despacho: Renove-se as diligências para audiência prévia de conciliação para o dia 21 de novembro, às 10:30 horas. Cite-se o requerido por Edital, ficando o cliente que a partir da data da audiência começa o prazo para resposta sob pena de revelia. Intime-se a requerente e o Promotor de Justiça. (14/09/90).

Proc. nº 301900740996 - CARTA PRECATÓRIA DEPCANTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NATAL-RN. DEPCADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BELÉM-PA. Despacho: Rh. A. Cumpra-se.

Proc. nº 301900725815 - BUSCA E APREENSÃO (607/90). Reqte: ROSÂNGELA DOS SANTOS NASCIMENTO. Reqd: PAULO SERGIO PINHEIRO NASCIMENTO. Adv. Margaret Elleres Nascimento. Despacho: Designo o dia 08 de outubro, às 11:30 horas para ouvir o requerido, presente a requerente e o Promotor de Justiça. (24/09/90).

Proc. 301900715832 - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. Reqte: CARLOS ALBERTO SILVA SANTOS. Reqd: ANTONIO TIDEU REBELO. Adv. Mauro Guilherme da Silva Couto. Despacho: Renove-se o empenho para a justificação que fixo para o dia 11 de outubro, às 12:00 horas; Cite-se o requerido para comparecer e apresentar o contato de compra e venda. Ciente o requerente. De firo o pedido de substituição de testemunha de fls. 21. Intime-se as testemunhas. (24/09/90).

Proc. nº 301900635139 - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA JUDICIAL. Reqte: ALTAIR ALVES QUINDERÉ. Reqd: FÁTIMA SUELI BRITO PESSOA. Adv. Ana Célia Silva Carneiro.

Despacho: (SENTENÇA)...

Vistos, etc...

O Promotor de Justiça em parecer de fls. 16 Verso, diz que a dependência econômica em matéria de fato foi comprovada, assim sendo pedido, deve ser deferido para que o requerente possa legalizar sua situação junto aos órgãos competentes. Considerando os documentos junto aos autos, a prova testemunhal e parecer do Promotor de Justiça, defiro o pedido de fls. 03 e expago o competente Atestado de Dependência Econômica. P.R.I. (25/09/90).

Proc. nº 301900742828 - AÇÃO DE ALIMENTOS. Reqte: ODETE CASTRO DO ROSÁRIO. Reqd: PLÁCIDO DO ROSÁRIO. Adv. Roberto Castano de Menezes Parente. Despacho: Junta a requerente comprovante que a filha menor de 21 anos estuda, como alegou na inicial conclusos. (19/09/90).

Proc. nº 301900707276 - ALVARÁ JUDICIAL. Reqte: CÂNDIDA DE SOUZA COSTA. Adv. Emilia Marentina de Souza. Despacho: Ao Promotor de Justiça. (19/09/90).

Proc. nº 301900723836 - ALVARÁ JUDICIAL (13.069). Reqte: RUI DANIEL SILVA FERREIRA. Adv. Luiz Paulo de Albuquerque Franco. Despacho: Cumpra-se a solicitação da Promotora de Justiça. (18/09/90).

## O CONTADOR-DISTRIBUIDOR E PARTIDOR DO JUIZO.

REZENHA DO DIA, 27 DE SETEMBRO DE 1990.

JUIZODA 6ª VARA E CARTÓRIO RUY BARATA. DESPEJO-(Recurso de Apelação). Apelante-CLÉA CALANDRINI DE AZEVEDO e outro. Adv. Mauro M. Silva. Apelado -ANTONIO PIMENTEL PIQUEIRA. Adv. Paulo E. Souza. Efetuada conta: 20.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 10ª VARA E CARTÓRIO SARMAHO. REVISIONAL DE ALUGUEL-(Recurso de Apelação). Apelante-SOLON COUTO RODRIGUES. Adv. Orlando M. Rodrigues. Apelado -CHARLES FARID ELIAS MASSOUD. Adv. Marta Tabosa Vinagre. Efetuada conta: 24.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 5ª VARA E CARTÓRIO PEPES. ORDINÁRIA-(Recurso de Apelação). Apelante-BELAUTO ADMINISTRADORA LTDA. Adv. Augusto Roberto K. de Araújo. Apelado -NEWTON ROBERTO ALVES DE CAMPOS. Adv. Regina M. Lima. Efetuada conta: 24.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 10ª VARA E CARTÓRIO SARMAHO. DESPEJO-(Recurso de Apelação). Apelante-CEAGRO-CENTRAL AGROQUIMICA DO PARÁ LTDA. Adv. Lo Marival Monteiro. Apelado -ANTONIO FERREIRA DE AREDE. Adv. Celso Burlamaqui Freire. Efetuada conta: 26.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 6ª VARA E CARTÓRIO RUY BARATA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. Agravante-AMADEU CAVALCANTE FILHO. Adv. Jose C. Campos. Agravado -ENAL LTDA. Adv. Waldemar F. Filho. Efetuada conta: 26.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 11ª VARA E CARTÓRIO EDGAR LOBATO. EMBARGOS A EXECUÇÃO-(Recurso de Apelação). Apelante-BANCO REAL S.A. Adv. Paulo Sa. Apelado -MOREIRA JR COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA e avalistas. Adv. Elias Pinto de Almeida. Efetuada conta: 24.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 11ª VARA E CARTÓRIO EDGAR LOBATO. EMBARGOS A EXECUÇÃO-(Recurso de Apelação). Apelante-ALMERINDO GUERREIRO CARNEIRO. Adv. Adelmir Carneiro Maia. Apelado -BANCO COMERCIAL RANESA S/A. Adv. Raimundo M. Junior. Efetuada conta: 21.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 7ª VARA E CARTÓRIO CARLOS TRINDADE. DESPEJO-(Recurso de Apelação). Apelante-UNIVERTUR S/A. Adv. Adelmir Maia. Apelado -LOURIVAL SEABRA BOULHOSA. Adv. Luis Neto. Efetuada conta: 21.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 5ª VARA E CARTÓRIO PEPES. AGRAVO DE INSTRUMENTO. Agravante-SEBASTIÃO JOSÉ DE SOUZA. Adv. Alvaro Augusto de Paula Vilhena. Agravado -DANIEL LOPES DE ALMEIDA. Adv. Sérgio Frezão do Couto. Efetuada conta: 05.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 14ª VARA E CARTÓRIO SARMAHO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-(Recurso de Apelação). XXXX Apelante-TELEPARA S/A. Adv. Luiz Mindello. Apelado -PARALAR TRANSPORTES DE MUDANÇAS LTDA. Adv. Fernando Gonçalves. Efetuada conta: 26.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 13ª VARA E CARTÓRIO EDMILTON SAMPAIO. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA-(Recurso de Apelação). Apelante-JOSÉ MARIA SILVA NOVAES. Adv. Edilea Valério. Apelado -ALDA MARIA DE PINHO DO COUTO. Adv. Flavio Maroja. Efetuada conta: 26.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 18ª VARA E CARTÓRIO CARLOS M. GOMES. DESPEJO-(Recurso de Apelação). Apelante-GERALDO BAUER & CIA LTDA. Adv. Raimundo B. Costa. Apelado -JOSE FERREIRA DIÓGO. Adv. Paulo Ernesto de Souza. Efetuada conta: 25.09.90, para pagamento em Cartório JUIZO DA 10ª VARA E CARTÓRIO SARMAHO. PRESTAÇÃO DE CONTAS-(Recurso de Apelação). Apelante-FRANCISCO DEUZETTI NEGRÃO JUNIOR. Adv. Fernando Gonçalves.



Apelado - CARLOS NASCIMENTO LEVY.  
Adv. Adilson Verçosa.  
Efetuada conta: 25.09.90, para pagamento em Cartório  
JUIZO DA 5ª VARA E CARTÓRIO PESES.  
CAUTELAR INOMINADA PREPARATÓRIA - (Recurso de Apelação)  
Apelante - RAYMUNDO OLIVEIRA MIRANDA.  
Adv. Inocência Coelho Junior.  
Apelado - LEONIDAS MARQUES DA SILVA.  
Adv. Manoel Vitalino Martins.  
Efetuada conta: 25.09.90, para pagamento em Cartório

Belém-Pâm27 de setembro de 1990

O CONTADOR DISTRIBUIDOR E PARTIDOR DO JUIZO.  
Umraci da Rocha Sidrim.

CARTÓRIO DA 2ª PRETORIA DO CÍVEL DA CAPITAL  
PRETORIA: MARIA CECILIA DE LIMA PEREIRA  
RESENHA DO DIA 27.09.90

PROC. Nº 108/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: JOSÉ PEREIRA MIAIA  
ADV: ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO E OUTROS  
REQDA: JOANA SANTOS SANTANA  
ADV: ARMINDO MARINHO BENTES E OUTRO  
DESP.: "N.A. Sim. Em, 25.09.90".  
!!!!!!

PROC. Nº 95/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: PONEI SATURNIN  
ADV: ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO E OUTROS  
REQDO: DILSO OLIVEIRA RAMOS FILHO  
DESP.: "Nula a citação, pois, havendo suspeita de que o réu se esconde, o oficial após procurar o requerido por três vezes, em seu domicílio ou residência, dirigir-se a uma pessoa da família, avisando que voltará no dia imediato, para efetuar a citação. No caso em questão, o oficial deu o requerido como citado, através de uma serviçal, inobservando as formalidades legais. Renove-se a citação, designado o dia 11 de outubro, às 9.00h. Int. Em, 25.09.90."

PROC. Nº 124/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: DANIEL REBISSE GIESE  
ADV: RUI GUILHERME GALVÃO DE SOUZA  
REQDO: JOAQUIM MARQUES DOS REIS  
ADV: PAULO RUBENS XAVIER DE SÁ  
DESP.: "N.A. Sim, com as cautelas legais. Em, 25.09.90."

PROC. Nº 111/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: PAULINO EVERALDO GOMES DA ROCHA  
ADV: AUGUSTO MAGNO M. CARDOSO PEREIRA  
REQDA: SANDRA REDONDO DA SILVA  
ADV: SÉRGIO GABRIEL DA SILVA  
DESP.: "N.A. Sim, com as cautelas legais. Em, 25.09.90."

PROC. Nº 85/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: FRANCISCO CESAR MARADEI TEIXEIRA  
ADV: RAYMUNDO DORIVAL NUNES DOS SANTOS E OUTROS  
REQDO: SALOMÃO CORREA DE SOUZA  
ADV: ALBERTO PINTO COELHO DA SILVA E OUTROS  
DESP.: "N.A. Aguarda-se a oportunidade própria, uma vez que na ocasião, deve ser atendido o despacho de fls. 23. Int. Em, 25.09.90."

PROC. Nº 120/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: IZABEL FERRAZ DE SOUZA  
ADV: MARIA DE NAZARÉ RUSSO RAMOS E OUTROS  
REQDA: MARIANA MEDEIROS LIMA  
DESP.: "Cite-se a ré para, em cartório, no dia 15 de outubro, às 9.00h., vir ou mandar receber a quantia oferecida, sob pena de ser feito o respectivo depósito, que deverá permanecer à disposição desta Juízo, em caderneta de poupança do S.F.P. A contestação deverá ser oferecida, sob a sanção da revelia, no prazo de dez (10) dias, contados da data da consignação validamente efetivada. Para o caso de aceitação do valor consignado, fixo os honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre a importância consignada e as custas de responsabilidade do consignado deverão ser deduzidos no ato do montante do pagamento. Int. Belém, 26 de setembro de 1990."

PROC. Nº 124/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: DANIEL REBISSE GIESE  
ADV: RUI GUILHERME GALVÃO DE SOUZA  
REQDO: JOAQUIM MARQUES DOS REIS  
ADV: PAULO RUBENS XAVIER DE SÁ  
DESP.: "N.A. Diga a parte contrária. Em, 25.09.90."

PROC. Nº 111/90  
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
REQTE: PAULINO EVERALDO GOMES DA ROCHA  
ADV: AUGUSTO MAGNO M. CARDOSO PEREIRA  
REQDA: SANDRA REDONDO DA SILVA  
ADV: SÉRGIO GABRIEL DA SILVA  
DESP.: (FINAL DE SENTENÇA): "Vistos, etc...  
Face ao exposto, Julgo Procedente a ação e Declaro extinta a obrigação. Na forma do artigo 897, parágrafo único, do Código de Processo Civil, pagará a parte ré as custas processuais e os honorários advocatícios, já arbitrados no despacho inicial, as fls. 5. Descabe a execução quanto às custas e honorários, devidos a consignada e já em depósito, cabendo deduzi-los do valor a ser recebido pela consignada Sandra Redondo da Silva. Autorizo o levantamento, pelos destinatários, de custas, honorários e demais importâncias. P.R.I. Belém, 25 de setembro de 1990."

Maria de Fátima Leão Lima  
Escrivã da 2ª Pretoria  
do Cível da Capital

(G.Reg.33.779)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

PROCESSO TRI Nº R EX OFF e RD 1011/89  
RECORRENTE - ESTADO DO AMAPÁ  
Advogado: Dr. Pail-Lord Bentes da Silva  
RECORRIDOS - MARIA RAIMUNDA MACHADO BARRETO e OUTROS  
Advogado: Dr. José Coxias Lobato

DESPACHO

I - A revista de fls. 143/148 está em ordem e fundamentada nas alíneas a e b do art. 896 da CLT.

II - Não conformado com a decisão da Regional, no v. Acórdão nº 1458/80, que o reincluiu na lide, o Estado do Amapá recorre de revista, alegando violação ao art. 235 da Constituição Federal vigente, ao art. 35 da Lei Complementar nº 41/81 além da divergência jurisprudencial. No meu entender, não tem razão. Quanto à violação, trata-se de matéria interpretativa que, ao teor do Enunciado nº 221 do C. TST, não pode ser objeto de recurso de revista. E, no que diz respeito à divergência, o paradigma apresentado como divergente, apenas confirma, em sua fundamentação, o entendimento do acórdão recorrido, apesar de sua conclusão confirmar a sentença de 1ª instância, quanto à exclusão do Estado do Amapá.

III - Ante o exposto, nego o seguimento do recurso. Intimar.  
Belém, 06 de setembro de 1990.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

PROCESSO TRI R EX OFF e RD 561/90  
RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ - DEFENSORIA PÚBLICA  
Advogado: DR. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior  
RECORRIDO: NÁNCIO AUGUSTO ALVES  
Advogado: Dr. Francisco Carlos P.S. Quairoz

DESPACHO

I - A Revista preenche os pressupostos objetivos de admissibilidade e fundamenta-se no art. 896, alíneas "a" e "b", da CLT.

II - Inconformado com a decisão que deferiu diferenças de direitos trabalhistas, decorrentes da aplicação de "gatilhos salariais" e "URPE". Inicialmente, argui a inconstitucionalidade do Decreto-Lei 2.335/87, em argumento de não se enquadrar no art. 55 da Constituição entretanto, evoca, outrossim, a norma do art. 20 de Lei 6.708/78, ressaltando a omissão, quanto à matéria, aos servidores autônomos da Administração Direta. Aponta, também, violação do art. 13, V, da C.F./87 e da Lei dos Orçamentos (4.320/64) além da divergência jurisprudencial.

III - Não obstante os argumentos expendidos no arrematado, entendo que não assiste razão ao recorrente. Trata-se de matéria interpretativa, que, ao teor do Enunciado nº 221 do TST, não enseja a admissibilidade de revista, por violação de lei. Quanto aos arestos transcritos a fls. 98/99, por não preencherem as exigências do Enunciado nº 208 do TST, entendo serem inservíveis à configuração do conflito.

IV - Face ao exposto, denega a interposição do apelo. Intimar-se.

Belém, 06 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

PROCESSO TRI Nº R EX OFF e RD 897/90  
RECORRENTE - ESTADO DO AMAPÁ  
Advogado: Dra. Suely Maria Miranda de Miranda  
RECORRIDO - SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS CIVIS DO ESTADO DO AMAPÁ  
Advogado: Dr. José Coxias Lobato

DESPACHO

I - A revista de fls. 176/182 está em ordem e fundamentada nas alíneas a e b do art. 896 consolidado.

II - Não se conformando o Estado recorrente com a decisão Regional, no v. Acórdão nº 1272/90, que o reincluiu na lide, alega violação da Lei Complementar nº 41/81, além da divergência jurisprudencial.

Trata-se de matéria interpretativa. O Dilema Regional fundamenta sua decisão do seguinte modo: "No entanto, como vem entendendo este Regional, o Estado deve ser condenado solidariamente, já que embora se seja a União que assessoria os substituídos, é ao Estado que os mesmos prestam serviços, que os dirige e controla, e enquanto vigente a cessão, dúvida não há quanto à necessidade de presença do Estado do Amapá no feito, inclusive face o seu indiscutível interesse jurídico. Os substituídos são, pois, empregados de fato do Estado e, por isso razão, o condenado solidariamente com a União."

No que diz respeito ao aresto apresentado do como paradigma conflitante, não poderá ser acatado tal. Apesar de sua conclusão confirmar a decisão do MM. Juízo, quanto à exclusão do recorrente, e sua fundamentação foi diversa, volvida em sentido idêntico ao do acórdão recorrido.

III - Diante do exposto, e não configurados os pressupostos para admissibilidade de recurso de revista, denega a interposição do apelo. Intimar.  
Belém, 04 de setembro de 1990.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

PROCESSO TRI Nº R EX OFF e RD 97/90

RECORRENTE - ESTADO DO AMAPÁ  
Advogado: Dr. Pail-Lord Bentes da Silva  
RECORRIDOS - DEETE BARBOSA GONÇALVES e OUTROS  
Advogado: Dr. José Coxias Lobato

DESPACHO

I - A revista de fls. 254/258 está em ordem e fundamenta-se nas alíneas a e b do art. 896 da CLT.

II - Inconformado com a decisão da Regional, no v. Acórdão nº 1384/90, que o reincluiu na lide, o recorrente apela de revista, alegando violação ao art. 235 da Constituição Federal, art. 35 da Lei Complementar nº 41/81, além do strito jurisprudencial.

Não me entendo, não existiu qualquer violação. Trata-se de matéria de cunho eminentemente interpretativo que, ao teor do Enunciado nº 221 do C. TST, não admite revista. Quanto à divergência, o paradigma, apresentado como divergente, confirma, em sua fundamentação, o entendimento do v. acórdão recorrido, ou seja, o Estado do Amapá deve ser sujeito passivo ao lado da União, na presente lide.

III - Ante o exposto, e não configurados os pressupostos necessários a admissão de revista, nego o seguimento do apelo. Intimar.  
Belém, 06 de setembro de 1990.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

PROCESSO TRI Nº R EX OFF e RD 657/90  
RECORRENTE - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ  
Advogada: Dra. Iracília de Oliveira Voz  
RECORRIDOS - JOÃO DE SOUZA e OUTROS  
Advogado: Dra. Edilene Valério e outros

DESPACHO

I - A recorrente, entidade beneficiada pelo Decreto-Lei nº 779/69, inconformada com o v. Acórdão nº 1446/80, recorre, tempestivamente, de revista, fundamentada na alínea b do art. 896, consolidado.

II - O Regional, sem divergência, decretou a inconstitucionalidade do § 4º do art. 6º do Decreto-Lei nº 2335/87, inciso I do art. 1º do Decreto-Lei nº 2425/88 e dos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/88, por maioria mantendo a sentença quanto à apuração da diferença salarial do Plano Bresser e URP de fev/89 e repercussões consequentes, e, por unanimidade, manteve a sentença em seus demais termos.

A recorrente alega violação ao art. 169 da Constituição Federal em vigor.

III - No meu entender, não houve violação. Trata-se de matéria interpretativa que, ao teor do Enunciado nº 221 do C. TST, não pode ser objeto de revista. Além de que, o instrumento de mandato da subscritora do apelo, anexo a fls. 203, descumpra o Enunciado nº 270 do TST, pois apresenta-se apenas em cópia xerox, sem qualquer reconhecimento ou autenticação.

IV - Ante o exposto, denega a interposição do apelo. Intimar.  
Belém, 04 de setembro de 1990.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

PROCESSO TRI Nº R EX OFF e RD 20/90  
RECORRENTE - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ  
Advogada: Dra. Iracília de Oliveira Voz  
RECORRIDOS - JACIEL CONCEIÇÃO DO AMARAL e OUTROS  
Advogado: Dra. Edilene Valério e outros

DESPACHO

I - A recorrente, entidade beneficiada pelo Decreto-Lei nº 779/69, insurge-se contra o v. Acórdão nº 1453/90, que confirmou a decisão da MM. Juízo, alegando violação ao art. 169 da Constituição Federal em vigor. Fundamento o revista, de fls. 299/301, na alínea b do art. 896 consolidado.

II - O apelo, entretanto, não pode ser conhecido, pois trata-se de matéria de cunho eminentemente interpretativo que, ao teor do Enunciado nº 221 do C. TST, não pode ser objeto de revista. Além de que, o instrumento de mandato, o fls. 235, referente a subscritora do recurso, é apenas uma cópia xerox sem qualquer reconhecimento ou autenticação, descumpra o Enunciado nº 270 do TST.

III - Ante o exposto, denega a interposição do apelo. Intimar.  
Belém, 04 de setembro de 1990.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência



PROCESSO TRT Nº R EX OFF 2627/89

RECORRENTE - ESTADO DO AMAPÁ

Advogado: Dr. Maria de Fátima Matias Tavares

RECORRIDA - MARIA DA GRAÇA COUTINHO AMORAS

Advogado: Dr. Antônio Fernando da Silva e Silva

## DESPACHO

I - A revista de fls. 98/102 está em ordem e fundamenta-se nas alíneas a e b do art. 896 consolidado.

II - O Estado recorre, inconformado com sua reclusão na presente lide, alega violação à Lei Complementar nº 41/81 e divergência jurisprudencial.

Trata-se da matéria interpretativa que, ao teor do Enunciado nº 221 do C. TST, não dá ensejo a recurso de revista. Quanto aos arestos transcritos como paradigmas divergentes, a fls. 100/101, estão em desacordo com o Enunciado nº 38, do mesmo TST.

III - Ante o exposto, o não configurados nenhum dos pressupostos do art. 896, com solidade, nego o seguimento do apelo. Intimar.

Belém, 04 de setembro de 1990.

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(G.Reg.33.472)

PROCESSO TRT Nº R EX OFF e RO 2544/89

RECORRENTE - ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - SAGRI

Procurador: Dr. Edison Messias de Almeida

RECORRIDO - ANTONIO DE JESUS ATHAR ESTUMANO

Advogado: Dr. Milton Jorge B. Atnyde

## DESPACHO

I - O recurso preenche os requisitos comuns para a sua admissibilidade. Fundamenta-se nas alíneas a e c do art. 896 da CLT.

II - Insurge-se o recorrente contra a decisão da MM. Junta, ratificada pela E. Tribunal, que deferiu a contumida do pagamento do salário profissional a engenheiro florestal, servidor estadual, com base na Lei nº 4.950-A, de 22.4.66, tendo em vista que a aplicação, no caso, do salário mínimo de referência, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.351/87, iria de encontro ao princípio constitucional do direito adquirido e à irredutibilidade de salários, consagrada no art. 468 da CLT. Alega afronta ao art. 98, parágrafo único da Constituição de 1967 (art. 37 inciso XIII da Constituição em vigor), ao art. 13 do Decreto-Lei nº 1.820, de 11.12.80 e ao Decreto-Lei nº 2.351/87, além da divergência jurisprudencial.

III - Matéria de natureza interpretativa, atrela a incidência do Enunciado nº 221 do Colendo TST. No que se refere à divergência, a decisão, trazida para confronto, torna-se desvaliosa ante o contexto fático da questão.

IV - Pelo exposto, nego seguimento à revista. Intime-se.

Belém, 6 de setembro de 1990

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência

PROCESSO TRT Nº R EX OFF e RO 48/90

RECORRENTE - ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

Advogado: Dr. Maria Sônia Rodrigues Lobo Gluck Pául

RECORRIDO - CUSTÓDIO RAIMUNDO DIÓGO DE CAMPOS

Advogado: Dr. Luiz Elmar Miranda Tavares

## DESPACHO

I - O recurso de fls. 142/148 está em ordem e fundamenta-se nas alíneas a e c do art. 896 da CLT.

II - Inconformado com o V. Acórdão nº 1346 / 90 (fls. 134/140), o Estado recorre interpele revista, alegando violação a várias disposições da Constituição Federal e Estadual, além do estricto jurisprudencial.

III - A tese de irredutibilidade de salários é uma das discussões destas autos. O recorrente sustenta, em suas razões, ser impossível falar-se em ajuste tácito de remuneração em 0,5 salários mínimos. Pois tanto a CF/87 proíbe vinculação de qualquer natureza, como a Carta em vigor, no art. 7º, IV, proíbe, expressamente, vinculação do salário mínimo para qualquer finalidade; por isso, impossível, também, alegar-se direito adquirido. Aduz, ainda, que o recorrido jamais sofreu redução salarial - o que, aliás, seria possível ocorrer, com base no art. 17 das Disposições Constitucionais Transitórias. A redução, porventura havida, foi no valor real do salário e ocasionada pela "terrível inflação" que vem assolando o nosso país, considerando-se que o recorrido foi beneficiado com os aumentos e reajustes salariais, concedidos pelo Poder Executivo Estadual.

IV - A decisão recorrida, fundada em norma constitucional e no art. 458 da CLT, não incorreu em violação. A lei estadual não teria força para reduzir, legitimamente, salário contratual tácito, nem a lei federal poderia violar direito adquirido; por isso, não foi aplicado o DL 2351/87.

Quanto ao argumento do princípio da autonomia estadual, sabendo nas leis maiores, aplicáveis às relações de trabalho, as quais também o servidor do Estado está sujeito, posto que não pode ter seu salário diminuído.

Quanto à divergência, também não pode ser admitida. Os arestos transcritos a fls. 145/146, oriundos do STF e da Turma do TST, são inservíveis para revista e o de 12a. Região refere-se à matéria de natureza interpretativa que, ao teor do Enunciado nº 221 do TST, afasta a possibilidade de recurso de revista.

V - Diante do exposto, nego o seguimento do recurso. Intimar.

Belém, 06 de setembro de 1990.

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência

PROCESSO TRT R EX OFF e RO 1.199/90

RECORRENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER

Advogado: Dra. Ana Maria Cavalcanti Simão Luiz

RECORRIDOS: CARMEM ROSANE BRASIL DE CARVALHO e OUTROS

Advogado: Dr. Alin Sílvia Afonso Garcia

## DESPACHO

I - A Revista de fls. 68/73 foi interposta no prazo legal, por procuradora habilitada e fundamenta-se no art. 896, alíneas "a" e "c", da CLT.

II - No arrazado, o órgão recorrente manifesta seu inconformismo com a parte da decisão que declarou a inconstitucionalidade do § 4º, art. 8º, do Decreto-Lei nº 2.335/87, deferindo as diferenças consequentes. Aponta violação legal e conflito jurisprudencial, ressaltando, também, que a declaração de inconstitucionalidade resultou em julgamento extra petita, já que não foi objeto do pedido dos reclamantes.

III - Considerando-se o aresto transcrito a fls. 71/72, sobre alteração da política econômica, entendendo configurado o conflito jurisprudencial, admitindo, assim, a interposição do apelo, no efeito devolutivo, deixando de apreciar as demais matérias, em razão do contido no Enunciado nº 285 do TST. Intime-se.

Belém, 8 de setembro de 1990

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência

PROCESSO TRT Nº R EX OFF e RO 491/90

RECORRENTE - ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Procurador: Dr. Rui Alberto Peixoto Vasconcelos

RECORRIDO - LEONARDO RODRIGUES DE LÊAO

Advogado: Dr. Antonio Dias e outra

## DESPACHO

I - Revista em ordem, fundamentada nas alíneas b e c do art. 896 da CLT.

II - Não se conforma o Estado recorrente com a decisão do E. Tribunal que reconheceu o vínculo empregatício entre as partes, por não terem sido observadas, na admissão do reclamante, normas da Lei Estadual nº 5.389, de 16.9.87, que rege as contratações para serviços de caráter temporário (artigo 106 da Constituição de 1967). Alega, em recurso de revista, afronta ao art. 37, IX, da Constituição Federal e divergência jurisprudencial.

III - No que concerne à violação, não restou demonstrada a afronta ao preceito constitucional invocado. Além, a matéria não se presta para solução através da revista, uma vez que, para a sua verificação, há necessidade de serem reexaminados fatos e provas, o que não é permitido nesta fase do processo (Enunciado nº 126 do C. TST). Diante disso, desvaliosa também a jurisprudência trazida para confronto.

IV - Pelo exposto, nego seguimento ao apelo. Intime-se.

Belém, 9 de setembro de 1990

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência

(G.Reg.33.559)

PROCESSO TRT RO 2.393/89

RECORRENTE: HOTAMA - HOYIS DE TURISMO DA AMAZONIA S/A

Advogado: Dra. Edilene Valério e outros

RECORRIDO - GERALDO BARREIROS DIAS

Advogado: Dr. Antônio Carlos de Andrade Monteiro

## DESPACHO

I - A Revista preenche os pressupostos objetivos de admissibilidade e fundamenta-se no art. 896 da CLT.

II - Trata-se de decisão que não decretou a prescrição bienal, ao fundamento de não ter sido arguida na contestação.

III - O recorrente aponta divergência jurisprudencial, inclusive com o Enunciado nº 153 do TST. Considero avulso o conflito, admitindo, assim, a interposição do apelo, no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 12 de setembro de 1990

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência

PROCESSO TRT Nº RO 371/86

RECORRENTE - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A

Advogado: Dra. Maria Lúcia Seráfico de Carvalho

RECORRIDO - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARÁ

Advogado: Dr. Antonio dos Reis Pereira

## DESPACHO

I - O recurso de revista de fls. 96/98, embora tempestivo e firmado por advogado habilitado, não tem condições de admissibilidade. E que, apesar do fundamentado nas alíneas a e b do art. 896 da CLT, não indica, explicitamente, o dispositivo de lei que teria sido violado pelo acórdão recorrido, nem traz qualquer aresto para caracterizar a divergência jurisprudencial.

II - Pelo exposto, denego a interposição do apelo. Intime-se.

Belém, 13 de setembro de 1990

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência

PROCESSO TRT Nº RO 421/90

RECORRENTE - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A

Advogado: Dra. Rosa Maria Reimundo

RECORRIDO - DIONIZIO ROSA SANTOS

## DESPACHO

I - O recurso de fls. 79/85 é tempestivo, axiomaticamente habilitado nos autos, foram recolhidas as custas e efetuado o depósito. A revista fundamenta-se nas alíneas a e b do art. 896 da CLT.

II - O recorrente, não conformado com o V. Acórdão nº 1518/90 que considerou deserto o seu RO por estar o depósito recursal à disposição do juízo, mas fora da sede. Alega violação legal e divergência jurisprudencial.

III - Com as transcrições de fls. a ao teor do Enunciado nº 185, consegue demonstrar o estricto jurisprudencial. Desnecessário enfrentar-se o outro pressuposto.

IV - Configurada a divergência, admito a interposição da revista, em seu regular efeito. Intimar.

Belém, 14 de setembro de 1990.

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência

PROCESSO - TRT RO 519/90

RECORRENTE - ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

Procurador: Dr. Edison Messias de Almeida

RECORRIDO - ADEMAR LEÃO DE OLIVEIRA

Advogado: Dr. Laogênio Gonçalves Gomes

## DESPACHO

I. Recurso em ordem, com fundamento nas alíneas a e b do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II. Insurge-se o recorrente contra a vinculação do salário do servidor ao salário mínimo.

III. Contudo, nenhuma manifestação existe no acórdão recorrido a respeito do assunto. A MM. Junta julgara a reclamação totalmente improcedente. O Egrégio Tribunal julgou procedente a diferença salarial pleiteada, examinando, porém, tão somente o direito do reclamante a ela, durante licença para tratamento de saúde. A firma o recorrente, que, em sua exordial, o reclamante diz equivelar o seu salário a três salários mínimos, em razão de decisão judicial anterior, estando implícito na decisão recorrida o reconhecimento daquele piso.

IV. Preclusa, contudo, está a matéria, ao teor do Enunciado nº 287 do C. TST, já que não interpele o recorrente embargos da declaração e a decisão impugnada não adotou "explicitamente" tese de respeito, para configurar o prequestionamento.

V. Diante do exposto, nego seguimento ao apelo. Intime-se.

Belém, 14 de setembro de 1990

*Rui Nogueira de Brito*  
RUI NOGUEIRA DE BRITO  
Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência

PROCESSO - TRT RO 535/90

RECORRENTES - ADEMAR MATOS DE MELO e outros

Advogados: Drs. Itair Silva e Paulo Freassi e Matti Silva

RECORRIDOS - BANCO DA AMAZONIA S/A

Advogados: Drs. Deusdedita Freire Bragil e outros

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZONIA S/A - CAPAF  
Advogado: Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior



DESPACHO

- I. Recurso de revista que atende aos pressupostos objetivos de admissibilidade exigidos por lei.
- II. Sem dúvida, como consta do próprio enunciação recorrida, conflita este com o Enunciado nº 288, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, autorizando a admissão do presente recurso.
- III. Diante do exposto, admito a interposição do apelo. Intime-se.

Belo, 14 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE NO  
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO TRT RO 563/80

RECORRENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER  
Advogada: Dra. Ana Maria Cavalcanti Simão Luiz  
RECORRIDOS: ALCIDOR GUIMARÃES LEAL e OUTROS  
Advogado: Dr. Alin Silveiro Afonso Garcia

DESPACHO

- I - Revista em ordem e fundamentada no art. 896, alíneas "a" e "c", da CLT.
- II - Trata-se de decisão que, decretando a inconstitucionalidade do inciso I do art. 1º do Decreto-Lei 2425/68 e dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89, reformou a sentença de primeiro grau e deferiu as diferenças decorrentes, pleiteadas na peça inicial. O recorrente aponta violação legal e conflito jurisprudencial, ressaltando, ainda, que a declaração de inconstitucionalidade resultou em julgamento extra petita, já que não foi objeto do pedido dos reclamantes.
- III - Considerando-se o aresto transcrito a fls. 78, sobre alteração de política econômica, entendo configurado o conflito jurisprudencial, admitindo, assim, a interposição do apelo, no efeito devolutivo, deixando de apreciar as demais matérias, em razão do disposto no Enunciado nº 285 do TST. Intime-se.

Belo, 12 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência.

PROCESSO TRT RO 729/90

RECORRENTE: CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A  
Advogada: Dra. Rosa Maria Reimundo e outros  
RECORRIDO: HÉLIO JOSÉ ROQUE

DESPACHO

- I - Revista em ordem e interposta com fundamento no art. 896, alíneas "a" e "b", da CLT.
- II - Trata-se de decisão que julgou deserto o recurso ordinário, de fls. 69/70, no fundamento de que o depósito recursal, efetuado fora da jurisdição da Junta, impede o seu levantamento imediato por simples despacho do Juiz. A recorrente alega que a decisão contrariou o art. 896, § 4º, da CLT e, também, o Enunciado nº 165 do TST.
- III - Considerando-se o disposto no citado Enunciado, entendo configurada a divergência, admitindo, assim, a interposição do apelo, no efeito devolutivo. Intime-se.

Belo, 12 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência.

PROCESSO TRT N° R EX OFF 570/80

RECORRENTE - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER  
Advogado: Dr. Roberto Tadeu da Freitas Araújo  
RECORRIDOS - JOSÉ PEIXOTO DA SILVA e OUTROS  
Advogado: Dr. Alin Silveiro Afonso Garcia

DESPACHO

- I - A inconstitucionalidade da revista de revista da fls. 67/71 não configura prejuízo, pois licito nos autos o levantamento do mandato de cumprimento do apelo.
- II - Ante o exposto, nego seguimento ao apelo.

Belo, 06 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência

PROCESSO TRT N° R EX OFF 670/90

RECORRENTE - ESTADO DO AMAPÁ  
Advogado: Dr. Pail-Lord Bentes da Silva  
RECORRIDO - JOÃO TAVARES GOMES e OUTROS  
Advogado: Dr. José Carlos Lobato

DESPACHO

- I - O recurso de fls. está em ordem e fundamentado nas alíneas a e b do art. 896 da CLT.
- II - Não conformado com a decisão Regional no v. Acórdão nº 1477/80, que o rejeitou na lide, o Estado do Amapá recorre, de revista, alegando violação ao art. 235 da Constituição Federal vigente, ao art. 35 da Lei Complementar nº 41/81, além de atrito jurisprudencial.
- No meu entender, não lhe assiste razão. Quanto à violação, trata-se de matéria de cunho eminentemente interpretativo que, ao teor do Enunciado nº 221 do C. TST, não pode ser objeto de recurso de revista. E, quanto à divergência, o paradigma apresentado como divergente apenas confirma, em sua fundamentação, o entendimento do acórdão recorrido; apesar de sua conclusão confirmar a sentença de primeira instância quanto à exclusão do Estado do Amapá.
- III - Diante do exposto, a não demonstrada suficientemente os pressupostos para admissibilidade da revista, nego seguimento ao apelo. Intime-se.

Belo, 14 de setembro de 1990.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência

PROCESSO TRT R EX OFF 883/90

RECORRENTE: SONIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA  
Advogada: Dra. Solange Fátima Sanches e outra  
RECORRIDO - MUNICÍPIO DE MARADÁ - PREFEITURA MUNICIPAL  
Advogada: Dra. Kelli Rangel Vilela e outras

DESPACHO

- I - Recurso em ordem e interposto com fundamento nos artigos 893, item III, 896, letra "c", 899 e 900, da CLT.
- II - No arrazado de fls. 218/222, a recorrente manifesta seu inconformismo com a decisão que, reformando parcialmente a sentença de primeiro grau, excluiu da condenação a parcela de diferença salarial, pleiteada com base no valor correspondente ao da contratação, equivalente a 4,11 salários mínimos. Apontando violação do art. 7º, VI, da C.F., a recorrente reporta-se às provas constantes dos autos a transcrição doutrina sobre irredutibilidade salarial.
- III - Considerando-se que a indefinição da parcela teve como fundamento a falta de prova das alegações de reclamante, entendo que não restou configurada a citada violação, até porque, a questão consiste no rixame de fatos e provas, que, ao teor do Enunciado nº 126 do TST, é insusceptível através do recurso de revista.
- IV - Em face do exposto, denego a interposição do apelo. Intime-se.

Belo, 12 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência.

PROCESSO TRT R EX OFF n° RO 1.651/80

RECORRENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA-SUDAM  
Advogado: Dr. Antônio Cândido Monteiro de Brito  
RECORRIDAS: HELIANA DA SILVA JATENE e ALICE DE SOUZA MELLO  
Advogado: Dr. Itair Silva e outras

DESPACHO

- I - Revista em ordem e interposta com fundamento no art. 896, alíneas "a" e "c", da CLT.
- II - Discute-se, nos autos, o pleito do rescisão contratual, com a indenização dos respectivos direitos trabalhistas, além das vantagens previstas no Decreto-Lei nº 2.424/68, as quais foram deferidas pela decisão impugnada.
- III - Apontando violação legal, a recorrente, inicialmente, avoca a proteção do art. 34 da Decreto-Lei nº 2.403/67, que trata da subordinação das entidades autárquicas às normas emanadas da Organização Central do Sistema da Previdência Social da Administração Federal. Depois, resalta a não observância dos requisitos cumulativos para concessão de exoneração ou dispensa de servidores, prevista no art. 3º do Decreto-Lei 2.405/68, além do disposto em seu art. 15, relativamente à expedição das instruções necessárias à execução desse Decreto-Lei.
- IV - A fim de configurar a divergência jurisprudencial, o recorrente transcreveu, a fls. 254/260, acórdão do TST. Considerando que a matéria, objeto do aresto, evidência o conflito de decisões, admito, assim, a interposição do apelo, no efeito devolutivo, deixando de apreciar as demais questões, em razão do contido no Enunciado nº 295 do TST. Intime-se.

Belo, 13 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência.

PROCESSO TRT N° R EX OFF n° RO 1.651/80

RECORRENTE: ESTADO DO AMAPÁ  
Advogado: Dr. Pail-Lord Bentes da Silva  
RECORRIDOS: JOÃO TAVARES GOMES e OUTROS  
Advogado: Dr. José Carlos Lobato

DESPACHO

- I - Revista em ordem, fundamentada nas alíneas a e b do art. 896 da CLT.
- II - Alegando violação no art. 35 da Lei Complementar nº 41/81 e conflito de jurisprudência, o Estado reclamando recorre de revista da decisão do R. Tribunal, que o rejeitou na lide.
- III - A matéria versada no recurso, de natureza nitidamente interpretativa, não dá ensejo à revista com fundamento na violação, ao teor do contido no Enunciado nº 221 do C. TST, no tocante à divergência, no meu entender, não restou demonstrada, e que a decisão trazida para confronto, embora em sua conclusão não o faça expressamente, na fundamentação preconiza entendimento idêntico ao adotado pelo acórdão recorrido, no sentido de considerar o litisconsórcio passivo envolvendo a União Federal e o Estado do Amapá, fazendo a exclusão unicamente do antigo território.
- IV - Pelo exposto, denego a interposição do apelo. Intime-se.

Belo, 11 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE NO  
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO TRT R EX OFF n° RO 2.593/80

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA  
Advogada: Dra. Maria Avelina Imbiriba Heshath  
RECORRIDOS: ANTÔNIA NAZIDE VAZ DA FONSECA e OUTROS  
Advogado: Dr. Haroldo Souza Silva

DESPACHO

- I - Revista em ordem e fundamentada no art. 896, alíneas "a" e "c", da CLT.
- II - No arrazado de fls. 392/403, o recorrente manifesta seu inconformismo com a decisão que, com base no princípio da irredutibilidade salarial, manteve a parcela de diferença salarial correspondente a 0,5 salários mínimos. Aponta violação de dispositivos constitucionais e conflito de decisão.
- III - Não obstante os argumentos expendidos no arrazado, entendo que a natureza interpretativa da matéria afasta a admissibilidade da revista, por violação de lei, ao teor do Enunciado nº 221 do TST. Quanto ao aresto transcrito a fls. 395, por ser inespecífico, considero inservível para configuração de divergência, ao teor do Enunciado nº 286 do TST.
- IV - Pelo exposto, denego a interposição do apelo. Intime-se.

Belo, 12 de setembro de 1990

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência.

PROCESSO TRT N° R EX OFF n° RO 612/90

RECORRENTE - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER  
Advogado: Dr. Antônio da Lima Freitas  
RECORRIDOS - GERALDO SOARES PAIVA e OUTROS  
Advogado: Dr. Alin Silveiro Afonso Garcia

DESPACHO

- I - O recurso de revista de fls. 124/130 não merece ser conhecido. O instrumento de mandato do subscritor do apelo, a fls. 93 e 95, descumpra o Enunciado nº 270, do TST, tratando, apenas, de uma cópia em xerox, sem qualquer autenticação ou reconhecimento.
- II - Ante o exposto, nego seguimento ao apelo, por inexistente. Intime-se.

Belo, 06 de setembro de 1990.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
JUIZ VICE-PRESIDENTE, no exercício  
da Presidência

JUSTIÇA FEDERAL

JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA

JUIZ FEDERAL: DR. ARISTIDES PORTO DE MENEZES  
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. HAMILTON DE SÁ DANTAS  
DIRETOR DE SECRETARIA: DR. FERNANDO N. TOCANTINS

EXPEDIENTE DO DIA 17/09/90

GABINETE DO JUIZ FEDERAL

Telex nº 569/90 - SP Plenário - Brasília - DF.  
DESPACHO: À Secretaria.

Telex(s) nºs 563, 565 e 567/90 - SP Plenário - Brasília - DF.  
DESPACHO: À Secretaria.

Ofício nº 486/90-GC TRF 1ª Reg. Brasília - DF.  
DESPACHO: À Secretaria.

Ofício-Circular nº 021/90-GC Brasília - DF.  
DESPACHO: À Secretaria.

Petição Ref. Proc. nº 00.26584-5  
Reqte. : SERPAL - Serraria Paraense Ltda.  
Adv. : Dr. Raphael Siqueira



DESPACHO : R. A. Conclusos.  
 Petição : Ref. Proc. nº 89.00446-3  
 Repte. : Sebastião Silva Santos  
 Adv. : Dr. Waldir S. Bandeira de Sousa  
 DESPACHO : R. A. Conclusos.  
 Petição : Ref. Proc. nº 00.0010404-3  
 Repte. : Anaura Cristti, a Leição Feitorça  
 DESPACHO : Junte-se aos autos.

**DESPACHOS EM PROC. ESCO**

Proc. nº 00.0034883-0 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : SUNAB  
 Adv. : Dra. Heloisa M. Cavaleiro Fagundes  
 Excdos. : Paulo Clímaco Maia Filho  
 DESPACHO : Arquivo-se.

Procs. nºs 00.0018611-9 00.002537-1  
 EXECUÇÕES FISCAIS  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dr. Edvan Capuche e Dr. José A. Santos  
 Excdos. : Manoel Joaquim Almeida - Construções Ge-  
 rais Ltda. e H. M. da Rocha.  
 DESPACHO : Arquivo-se.

Proc. nº 00.0030442-5 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : União Federal  
 Adv. : Dr. Fernando Facury Scaff.  
 Excdos. : Palmazon S/A.  
 DESPACHO : Arquivo-se.

Proc. nº 89.0002246-6 EXECUÇÕES FISCAIS  
 Expte. : INCRA  
 Adv. : Dr. Irsef Ivan Araújo Souza  
 Excdos. : Ademar Dias Rodrigues  
 DESPACHO : Considerando que, por força do estatui-  
 do no art. 1º, caput, da Lei nº 8.022,  
 de 12/4/90, terá sido transferida do  
 INCRA e atribuída diretamente à União  
 Federal a competência ex nunc para apre-  
 ciação e inscrição, bem como para a ex-  
 cução (evidentemente através de represen-  
 tantes judiciais da mesma - § 3º do  
 art. 131 da CF/88; § 5º do art. 2º do  
 ADCT/88) da chamada dívida ativa referen-  
 te às receitas até então autônomas a  
 serem arrecadadas in limine processus na  
 referida autarquia, o que caracteri-  
 za superveniente perda de capacidade  
 processual desta, - com fundamento no  
 que prevê o art. 265, caput, inc. I, do  
 art. 598, tudo do CPC, suspendo o pro-  
 ceço do presente feito pelo prazo de 30  
 dias (art. 177), para que a nova parte  
 ativa (União Federal) intervenha e assu-  
 ma a titularidade na presente demanda  
 (art. 41).

Procs. nºs 89.0000006-3 89.0002438-3  
 EXECUÇÕES FISCAIS  
 Expte. : INCRA  
 Adv. : Dr. João Luiz Colares e outra.  
 Excdos. : Enid Batista Tembra e Dinart Con. Dist.  
 Imp. e Exp. Ltda.  
 DESPACHO : Idêntico ao anterior.

Proc. nº 90.0000016-5 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : SUNAB  
 Adv. : Dr. Maria A. Ribeiro de Oliveira.  
 Excdos. : Edivaldo Melo da Costa  
 DESPACHO : Diga o (a) Exequentes.

Procs. nºs 90.0001024-1 90.0001604-5  
 EXECUÇÕES FISCAIS  
 Expte. : União Federal  
 Adv. : Dr. Fernando F. Scaff.  
 Excdos. : Raul Amaral Engenharia e Comércio Ltda e  
 Núcleo de Fisioterapia do Pará Ltda.  
 DESPACHO : Esclareça a Exequerente se a dívida foi a  
 paga antes da propositura do presente  
 feito, caso em que o ajuizamento terá  
 então ocorrido por lapso, justificando  
 destarte o cancelamento da respectiva  
 inscrição, nos termos do art. 26 da Lei  
 nº 6.830, de 22/9/80.

Procs. nºs 90.0000247-8 90.000175-7  
 89.0001351-3 EXECUÇÕES FISCAIS  
 Expte. : SUNAB  
 Adv. : Dra. Maria Sílvia Guimarães Pineta e Dra.  
 Heloisa M. Cavaleiro Fagundes.  
 Excdos. : Supermercado Canadá Ltda., Varejo de Je-  
 sus dos Santos Carneiro, e J. Cunha da  
 Silva.

Procs. nºs 90.0000122-6 90.0000193-5  
 EXECUÇÕES FISCAIS  
 Expte. : SUNAB  
 Adv. : Dra. Heloisa Cavaleiro Fagundes e outra  
 Excdos. : Francisco Carlos Santos Martins e outro  
 Afonso dos Santos V. Azevedo.  
 DESPACHO : Cite-se no endereço indicado a fim

Procs. nºs 90.0002034-0 90.0002034-1  
 89.0002034-9 EXECUÇÕES FISCAIS  
 Expte. : Fazer-se a citação no endereço indicado  
 Adv. : Dr. Fernando F. Scaff.  
 Excdos. : Fazer-se a citação no endereço indicado  
 DESPACHO : Diga o (a) Exequentes.

Proc. nº 00.0027707-3 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dr. Gregório Santos Aragão  
 Excdos. : Comércio de Mat. M. de Construção  
 DESPACHO : ... Ante todo o exposto, assinando o pra-  
 zo de 10 dias para que o alegado procura-  
 dor do Exequerente comprove a afirma-  
 da condição, inclusive com apresentação  
 do respectivo instrumento de mandato.

Proc. nº 00.0023847-3 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dr. Joaquim Moreira Rocha  
 Excdos. : Construtora Comercial Carmo Ltda.  
 DESPACHO : Ante todo o exposto, assinando o prazo de  
 10 dias para que o alegado procurador do  
 novo Exequerente comprove a afirmada condi-  
 ção, inclusive com apresentação do respec-  
 tivo instrumento de mandato. Intime-se.

Proc. nº 00.0007768-8 EXECUÇÃO DIVERSA  
 Expte. : Caixa Econômica Federal  
 Adv. : Dr. Maria Cecília M. Rodrigues  
 Excdos. : Julio Ferreira de Almeida e outros

DESPACHO : Defiro o requerimento formulado pela E  
 xequerente a fls. 34.

Proc. nº 00.0008684-3 EXECUÇÃO DIVERSA  
 Expte. : Caixa Econômica Federal  
 Adv. : Dr. Max Luiz C. D'Oliveira  
 Excdos. : Trajano de Almeida e outros.  
 DESPACHO : Comprove no prazo de 2 dias o doutor  
 Max Luiz Carvalho D'Oliveira, - que a  
 fls. 32 interveio na alegada condição  
 de advogado da Exequerente, - a existência  
 a do correspondente mandato ad judicium.

Proc. nº 00.0004864-0 EXECUÇÃO DIVERSA  
 Expte. : Caixa Econômica Federal  
 Adv. : Dra. Maria Amélia M. Franco  
 Excdos. : Orlando Paulo Ferreira de Oliveira e  
 outro.  
 DESPACHO : Defiro o requerimento formulado pela E  
 xequerente a fls. 36.

Procs. nºs 00.0012022-7 00.0020381-5  
 EXECUÇÕES DIVERSAS  
 Expte. : Caixa Econômica Federal  
 Adv. : Dra. Maria Amélia Maia Franco  
 Excdos. : Manoel Antonio de Sales e outros e  
 Francisco Rinciro Lopes e outros.  
 DESPACHO : Reiterem-se os termos do Ofício de fls.

Procs. nºs 00.0007729-1 00.0011104-0  
 EXECUÇÕES DIVERSAS  
 Expte. : Caixa Econômica Federal  
 Adv. : Dra. Maria Amélia Maia Franco  
 Excdos. : Ozen de Araújo Moraes e outros e Raimun-  
 da Silva dos Santos e outros.  
 DESPACHO : ... Ante todo o exposto, indefiro o  
 pedido formulado pelo Exequerente a fls.  
 Intime-se.

Procs. nºs 00.0007717-8 00.0020520-6  
 EXECUÇÕES DIVERSAS  
 Expte. : Caixa Econômica Federal  
 Adv. : Dra. Maria Cecília M. Rodrigues  
 Excdos. : José Iolando de Lima e outros e Getu-  
 lio Mendes Lopes e outros.  
 DESPACHO : Diga a Exequerente.

Procs. nºs 00.0007421-7 00.0007485-3  
 00.0008383-6 00.0008688-6  
 00.0008636-6 00.0008846-3  
 00.0008840-0 00.0010295-4  
 00.0011141-4 00.0012865-1  
 00.0012956-9 00.0013128-6  
 00.0013133-4 00.0015198-0  
 00.0020673-3 00.0020730-6

EXECUÇÕES DIVERSAS  
 Expte. : Caixa Econômica Federal  
 Excdos. : Maria Elza Souza Cardoso, Manoel Felipe  
 da Rocha e outros, Claudio Fernandes Vag-  
 nes e outros, Alenares Alves Pereira e  
 outros Raul Antonio de Jesus e outros,  
 Sebastião Lima Pinheiro e outros, Jura-  
 cy Raul Leite e outros, Luiz Maria de  
 Jesus Soares e outros, Dirce Souza Fala-  
 go e outros, Jônias Heres e outros,  
 João Bosco Lariz Martins e outros, Iva-  
 neide dos Santos Araújo e outros, Raimun-  
 da Noronha Moura e outros, Manoel da Pa-  
 zão Sales e outros, Manoel de Sousa dos  
 Santos e outros e Raimundo Gomes Lacer-  
 da e outros, respectivamente.

DESPACHO : Arquivo-se.

Proc. nº 00.0012030-0 EXECUÇÃO DIVERSA  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Companhia Comércio e Indústria S/A.  
 DESPACHO : Arquivo-se.

Proc. nº 00.0007761-1 EXECUÇÃO DIVERSA  
 Expte. : União Federal  
 Adv. : Dr. Alcides Moraes Filho  
 Excdos. : Fazer-se a citação no endereço indicado

Proc. nº 00.0007761-1 00.0007761-2  
 00.0007761-3 EXECUÇÕES DIVERSAS  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Fazer-se a citação no endereço indicado

Adv. : Dr. Wilson Oliveira e Silva  
 Excdos. : Zenalide da Silva dos Prazeres, Irmãos  
 Gaia Ltda. e Eneas de Souza Fonseca.  
 DESPACHO : Arquivo-se.

Proc. nº 00.0026115-0 EXECUÇÃO DIVERSA  
 Expte. : Companhia de Financiamento da Produção.  
 Adv. : Dr. Arnaldo Lourenço Villena  
 Excdos. : Francisco Edilson Pineta  
 DESPACHO : Certifique-se se foi interposto algum  
 recurso contra a sentença de fls. 18/20.

Proc. nº 90.0000591-5 EMBARGOS A EXECUÇÃO  
 Embate. : Rádio e Televisão Gaúara Ltda.  
 Adv. : Dr. Aldemiro Klautau Neto  
 Embgo. : União Federal  
 Adv. : Dr. Fernando Facury Scaff.  
 DESPACHO : Arquivo-se.

Proc. nº 00.0029079-3 EMBARGOS A EXECUÇÃO  
 Embate. : Sociedade Elias Viana  
 Embgo. : IAPAS  
 DESPACHO : Arquivo-se.

Procs. nºs 00.0030737-8 89.0000528-6  
 00.0021259-8 89.0000993-1  
 AÇÕES PENAIS

Autor : Ministério Público  
 Rep. MPF : Dr. José A. T. Potiguar e Dr. Almerindo  
 Trindade.

Réus : Fernando Costa Firaça e outro, Tsien Kwam  
 Tai Siem Kiem Freddy, José Gonçalves Pe-  
 reira e outro e Eduardo Augusto Correa  
 da Barros, respectivamente.

DESPACHO : Apresentem-se estes autos ao Exmo. Sr.  
 Dr. Hamilton de Sá Dantas, Juiz Federal  
 Substituto, ora em função de auxílio a  
 esta Vara, Auto MPF/1 n. 154, de 5/6/90).

**SENTENÇAS PROFERIDAS**

Procs. nºs 90.0001631-2 90.0001177-9  
 90.0000976-6 90.0001051-9  
 EXECUÇÕES FISCAIS

Expte. : União Federal  
 Adv. : Dr. Fernando Facury Scaff.

Excdos. : Bermesa Madeiras Tropicais, Construtora  
 Varella Magno Ltda., Renda Friçoi Indús-  
 trias S/A. e Bermesa Madeiras Tropicais  
 S/A., respectivamente.

SENTENÇA : "Vistos, etc., Considerando que as fls.  
 afirmou a Exequerente haver sido cancela-  
 da a inscrição da dívida Ativa, com fun-  
 damento no que prevê o art. 26 da Lei nº  
 6.830, de 22 de setembro de 1980, julgo  
 extinta a Execução e mando que se arqui-  
 vem os autos. P. R. I., Belém, 170990,  
 Dr. Aristides Porto de Medeiros, Juiz  
 Federal da 2ª Vara."

**GABINETE DO JUÍZ FEDERAL SUBSTITUTO****DESPACHOS EM PROCESSOS**

Proc. nº 00.0018345-8 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dra. Waldise Melo  
 Excdos. : Achilles J. Cordeiro

DESPACHO : Atenda-se o requerido às fls. 17 verso,  
 reavaliando-se o bem penhorado.

Proc. nº 00.0024361-0 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dra. Waldise Melo  
 Excdos. : Amazônia Desbravadora Ltda.  
 DESPACHO : Cite-se por Mandado.

Proc. nº 27477 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dra. Waldise Melo  
 Excdos. : ENVIPEL - Empreito Vizeu de Pescado  
 Ltda.  
 DESPACHO : Defiro a suspensão requerida às fls. 11.

Procs. nºs 90.0000737-2 90.0000787-9  
 90.0000803-4 90.0000862-0  
 90.0001503-0 90.0001514-6  
 90.0001517-0 90.0001552-9  
 90.0001538-3 90.0001558-8  
 90.0001540-5 EXECUÇÕES FISCAIS

Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dra. Waldise Melo e outros  
 Excdos. : A. Gomes de Oliveira, Cleonice Assunção  
 Reis, COMESA Centro Cesta Norte Nordes-  
 te Engenharia S/A e outro, Waldomiro de  
 Melo e Silva, F. Amador, Guilherme San-  
 ta Rosa Dourado, J. C. Silva, Manoel  
 Raimundo Martins da Luz, Lucimar da Sil-  
 va Andrade, Hilma Souza & Cia. e outros,  
 e Luiz Ferreira de Souza, respectivamen-  
 te.

DESPACHO : Cite-se. Arbitro os honorários de advo-  
 cado em 10%, salvo embargos.

Proc. nº 90.000794-1 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dra. Elisabeth Lopes Figueiredo  
 Excdos. : Estância Farias Ltda e outros.  
 DESPACHO : Diga o (a) Exequerente.

Proc. nº 90.0001730-0 EXECUÇÃO FISCAL  
 Expte. : IAPAS  
 Adv. : Dr. Edmundo Maurício dos Santos



Exco. : Domingos Diniz  
DESPACHO : Cite-se. Arbitro os honorários de advogado em 10%, salvo embargos.

Proc. nº 90.0000808-5 90.0000816-6  
90.0000818-2 90.0000820-4  
90.0000830-1 90.0000833-6  
90.0000835-2 90.0000839-5  
90.0000845-0 EXECUÇÕES FISCAIS

Expte. : SUNAB

Exco. : A. Moraes e Cia. Ltda., Amazônia Agropecuária Importação e Exportação Ltda., N. T. Magazine Ltda., R. A. I. Machado, Rafael Domingos Brandão da Conceição, Indústria e Com. de Produtos Alimentícios os Manjar Ltda., José Raimundo Santos Bastos, Z. S. Oliveira e Icoaraciense A bastecedor de Alimentos Ltda., respectivamente.

DESPACHO : Cite-se. Arbitro os honorários de advogado em 10%, salvo embargos.

Proc. nº 00.0034062-6 EXECUÇÃO FISCAL  
Expte. : União Federal  
Adv. : Dr. Fernando Pacury Scaff.  
Exco. : CBM Comercial Brasileira de Máquinas Ltda.

DESPACHO : 1. Processada a reavaliação, conforme laudo de fls. 18, faça-se alienação do bem penhorado em leilão público, a realizar-se no átrio do fórum, em dia e hora a serem designados pelo Sr. Diretor de Secretaria, obedecidas as formalidades de estilo, indicando, ainda, a exequente leiloeiro de sua preferência. 2. Publique-se o Edital respectivo, com prazo de 15 (quinze) dias.

Proc. nºs 90.0000458-6 90.0000461-6  
90.0000464-0 90.0000469-1  
90.0000888-3 90.0000890-5  
90.0000895-6 90.0000904-9  
90.0000907-3 90.0000909-0  
90.0000930-8 90.0000937-5  
90.0000943-0 90.0000953-7  
90.0000954-5 90.0000955-3  
90.0000956-1 90.0000963-4  
90.0000971-5 90.0000974-0  
90.0000975-8 90.0000987-1  
90.0000991-0 90.0000993-6  
90.0001009-8 90.0001015-2  
90.0001037-3 90.0001038-1  
90.0001043-8 90.0001057-8  
90.0001058-6 90.0001088-3  
90.0001072-1 90.0001096-9  
90.0001097-7 90.0001138-8  
90.0001139-6 90.0001149-3  
90.0001154-0 90.0001166-3  
90.0001167-1 90.0001172-8  
90.0001180-9 90.0001195-7  
90.0001314-3 90.0001318-6  
90.0001325-9 90.0001327-5  
90.0001337-2 90.0001332-1  
90.0001355-0 90.0001357-7  
90.0001358-5 90.0001373-9  
90.0001387-9 90.0001395-0  
90.0001397-6 90.0001433-6  
90.0001435-2 90.0001450-6  
90.0001451-4 90.0001458-1  
90.0001459-0 90.0001469-7  
90.0001568-5 90.0001576-6

90.0001593-6 90.0001598-7  
90.0001602-9 90.0001608-8  
90.0001636-3 90.0001641-0

EXECUÇÕES FISCAIS

Exco. : Rádio e Televisão Guajará Ltda., Rádio e Televisão Guajará Ltda., Rádio e Televisão Guajará Ltda., Dispersos Distribuidores de Perfumes Cosm. e Med. Ltda., Sidney de Moraes Lourinko, Rádio e Televisão Guajará Ltda., Ataides Agostinho de Gusmão, Rubertex Comércio e Indústria S/A., Ferreira e Gonzalez Ltda., Xilo do Brasil Exportação S/A., Empresa Rauland Ltda., Alves Empreendimentos, Associação Civil Padre Angelo Carri, Rubertex Com. e Ind. SA., Rubertex Com. e Ind. SA., Rubertex Com. e Ind. SA., Cooperativa dos Motoristas Prof. de Taxi de Belém, Rubertex Com. Ind. SA., Condomínio do Ed. Araujo Mape Eng. e Com. Ltda., Renda Priori Indústrias SA., A. Stopfilm Ltda, Tucano Bar Teatro Villalba Cia. Ltda., Instituto Nacional de Assistência Médica, Carlos Emilio Goyzueta Quintana, Marc Philippe Maurice Michele, Chaperal Comércio e Transportes Ltda., Veiga e Chaves Ltda., Newton Carneiro, Construtora Barrogo Ribeiro Ltda., Restaurante Paladar Caseiro Ltda., Ego Engenharia Ltda., Macor Madeiras e Materiais de Construção Ltda., Pimentel e Félix Ltda, W. Prestadora de Serviços Ltda., NE. Comércio Travel Assessoria Representações Ltda., Visual Clínica de Estética e Fisioterapia Ltda., Agência de Vigilância e Segurança Modelo Ltda., Condomínio do Edifício Time Square Engesplan, Cipa Co

Mercio e Indústria Fará Ltda., Agência de Vigilância e Segurança Modelo Ltda., Agência de Vigilância e Segurança Modelo Ltda., Sociedade Civil Centro de Estudos Delta, O Caranguejo Ltda., Galpão Rio Comércio e Confecções Ltda., Mo delo Panificadora Ltda., Frigoríficos Central Ltda., Construtora Flávio Espírito Santo Ltda., Agência de Segurança Tapações Ltda., Madeireira Guajará Comércio e Indústria Ltda., Rádio e Televisão Guajará Ltda., Condomínio do Edifício Augusto Araújo, Domingos Neri Branco Malouka, Francisco Galdino Vieira Filho, ..

W. Prestadora de Serviços Ltda., Adalberto Campos Tavares (Fazenda Alvorada), C. A. da Silva Pacheco Exportador, Segurança Patrimonial Norte Ltda., Cartec Comércio e Indústria Ltda., Churrascaria na Brasa Ltda., D. Boadana e Cia Ltda., D. Boadana e Cia. Ltda., Africa na Tecidos S/A., M. L. Serviços de Segurança Ltda., Banco da Amazônia S/A., Armando de Oliveira Cardoso, Hélio de Mirandaz Flor, R. Mendes e Cia. Ltda. Ind. e Com., Conessa Engenharia S/A., Comig Companhia Madeireira São Miguel, Construtora Flávio Espírito Santo Ltda., Herberto Santiago Junior e Curbel Comércio e Indústria S/A., respectivamente.

DESPACHO : Cite-se.

Proc. nº 00.0021504-0 EXECUÇÃO DIVERSA  
Expte. : Caixa Econômica Federal  
Adv. : Dr. Edwiges Conceição Rocha de Moraes.  
Exco. : Acácio Manuel Simões Rolo e outro.  
DESPACHO : Ao cálculo, sega não-se expedição do mandado de intimação para que os executados recolham as custas finais. Belém, 17.09.90, Dr. Hamilton de Sá Dantas, Juiz Federal Substituto.

JUÍZ FEDERAL DA 3ª VARA

IRAN VILASCO MACHADO - Juiz Federal  
FERNANDO DE SOUZA VILASCO - Diretor de Secretaria

EXPEDIENTE DE 17.09.90

OFÍCIOS:

Nº : 214/90 - SECRETARIA DE POLÍCIA FEDERAL - Secretário ROMEU TUGA.  
Assunto : Encaminha informações referente ao Mandado de Segurança nº 90.1534-0.  
DESPACHO : J. Conclusos.

Nº : 491/90 - TRF DA 1ª REGIÃO - Juiz José Anselmo de Figueiredo Santiago.  
Assunto : Comunica e apreciação do processo de Inspeção Ordinária desta Vara pelo Conselho de Administração daquela Tribunal.  
DESPACHO : A Secretaria para atendimento imediato e providências que o caso requer.

Nº : 021/90 - TRF DA 1ª REGIÃO - Juiz José Anselmo de Figueiredo Santiago.  
Assunto : Encaminha cópia do Provimento nº 007-90 de 11.09.90.  
DESPACHO : A Secretaria para as providências necessárias.

PETIÇÕES:

Do : I N C R A (16 petições)  
Proc. : Dr. Maria de Fátima de Oliveira  
Assunto : Requer a redistribuição dos feitos nºs 36.205, 35.666, 35.655, 35.646, 36.005, 36.009, 36.013, 36.821, 36.829, 35.637, 36.793, 35.861, 36.789, 39.00000392-5, 39.027-9 e 39.0461-2 para a 1ª Vara desta Seção Judiciária.  
DESPACHO : J. Conclusos.

De : CARLOS ROLAND DE FREITAS BRANDÃO  
Adv. : Dr. Benedito M. M. David  
Assunto : Verificar se concorda com os cálculos de fls. 46/49 do proc. nº 37.401.  
DESPACHO : J. Conclusos.

De : ARNÉLIO ANTONIO TRINDADE e outros  
Adv. : Dr. João Nascimento Rocha  
Assunto : Vem manifestar-se nos autos do processo nº 90.0000-1.  
DESPACHO : J. Conclusos.

De : UNIÃO FEDERAL  
Proc. : Dr. Raimundo Guimarães I. Filho

Assunto : Requer a extinção do processo 90.1602-1, com fulcro no art. 269, II, do CPC.  
DESPACHO : J. Conclusos.

PETIÇÃO INICIAL:

Nº : 90.1029-3  
De : J. A.  
Proc. : Dr. Maria de Fátima de Oliveira  
Assunto : Requer a Ação de Execução Fiscal contra JOÃO DA SILVA LAMARCA.  
DESPACHO : Cite-se. Arbitro os honorários em 10%

sobre o valor da causa salvo se houver embargos.

CARTA PRECATÓRIA - INCLUSÃO

Depto : JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA - 13  
DESPACHO : Junte-se aos respectivos autos.

PROJECOS:

CLASSE 05000 - AÇÃO DIVULG.

Nº : 34.590  
Autor : PAULO PEDRANCO NERY LAMARCA  
Adv. : em causa própria  
Téu : EMILIO e outros  
Adv. : Dr. Antonio Mary de S. Júnior e outros  
DESPACHO : Considerando a informação de Fl. 533-v, vista ao Ministério Público.

CLASSE 05004 - AGRADO DE INSTUMENTO

Nº : 90.1315-1  
Agvte : MINISTÉRIO PÚBLICO  
Adv. : Dr. Paulo Rúbio de Souza Kaira  
Agvte : S/A BITAR ET AL e outros  
Adv. : Dr. Manoel Lima Lagalhões  
DESPACHO : 1. Defiro a informação do agravo, com a transladação das peças do processo indicadas pela agravante, inclusive as obrigatorias previstas no parágrafo único do art. 523 do CPC. 2. Notifiquem-se os agravados para as providências do art. 524 do CPC.

JUÍZ FEDERAL DA 4ª VARA

DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal  
WALDIR BORGES CORRÊA - Diretor de Secretaria

EXPEDIENTE DO DIA 17.09.90

OFÍCIOS:

Nº 130/90 - SPT-TRF/1ª Região  
DA : Diretora da Subsecretaria da 1ª Turma  
Assunto: Solicita a devolução da Remessa "EX OFFICIO" de nº 90.01.02484-0/PA.

DESPACHO : A Secretaria para providenciar.

Of. Circular Nº 021/90-GC

DO : Juiz Vice-Presidente e Corregedor do TRF - 1ª Região  
Assunto: Encaminha os novos modelos dos boletins tipos 1, 2, Anexo 3 e Anexo 3A, juntamente com cópia do Provimento nº 007-GC.

DESPACHO : A Secretaria.

PETIÇÕES:

I N C R A

Proc.: Maria Lúcia Ribeiro Barroso

Assunto: Requer o prosseguimento do feito, uma vez que o novo endereço do executado foi localizado. Proc. 89.2443/

DESPACHO : J. Conclusos.

José Maria do Nascimento

Assunto: Vem requerer vista do processo e prazo para defesa prévia do acusado, em face de estar entrando no processo agora. Ref. Proc. nº 89.000453-0

DESPACHO : J. Defiro a vista, pelo prazo do artigo 395, cujo prazo fica deferido.

Madeireira BANNACH Ltda

Adv.: Nelson Roffé Borges

Assunto: Vem desistir da referida Ação. Proc. nº 90.01810-2

DESPACHO : J. Conclusos.

Rádio e Televisão Guajará Ltda

Adv.: Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Neto

Assunto: Vem oferecer bem a penhora no Proc. nº 89.2754-9.

DESPACHO : J. Conclusos.

I N C R A

Proc.: Maria de Fátima de Oliveira

Assunto: Requer o sobrestamento das Ações de nºs 89.2431-0, 89.267-8, 89.263-5, 89.250-3, 89.311-9, 89.2475-2, 89.2479-5 e 89.2169-9.

DESPACHO : J. Conclusos.

CARTA PRECATÓRIA DEVOLVIDA:

Nº 90.0004220-8 - CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL GRAVOSA

Repte: Ministério Público Federal

Rego: Alfredo Jorge Cabral de Carvalho

DESPACHO : Junte-se aos autos.

CLASSE VII - AÇÕES PENAIS

Nº 89.0000615-0

Autor: Justiça Pública

Proc.: Moacir Guimarães Moraes Filho

Réu.: Elisiário de Jesus Silva Nogueira e outro

DESPACHO : Os denunciados Elisiário de Jesus Silva Nogueira e Adesueli Trindade, citados na forma da lei, não compareceram à audiência designada para o interrogatório. Em consequência, aplico-lhes a pena de revelia e nomeio para defendê-los nestes autos a doutora Lúcia Leão Israel, advogada com endereço nesta cidade, que deverá ser intimada da investidura e fins do art. 395 do CPP.

Belém, 17 de setembro de 1990. (a) Daniel Paes Ribeiro, Juiz Federal da 4ª Vara.

(G.Reg.33.634)